

adermos ao
erceiro
mundo

22

O Vietnam
por dentro
fr Gabriel Garcia Marquez

1980

40\$00 ESC. 40,00 KZ

ESC. MOC. 40,00 PG

ANO III N.º 22

LÍBANO:
a mecha
acesa



ARAFAT:
QUE IRÁ PASSAR-SE
NO MÉDIO ORIENTE?

ZIMBABWE:
vitória
nas urnas

GUINÉ-BISSAU:
Viagem ao país
de Amílcar Cabral

Saiu o Guia do Terceiro Mundo 1980



Suplemento anual dos
terceiro mundo

1980

Esc 240.000
KZ 240.00
Esc Moç 240.000
PG 240.00

ÁSIA, ÁFRICA E
AMÉRICA LATINA
NUM SÓ VOLUME

HISTÓRIA
GEOGRAFIA
ECONOMIA
POLÍTICA



MAPAS, DADOS ESTATÍSTICOS
E MONOGRAFIAS
DE MAIS DE
130 PAÍSES



... de que nem todos gostam.

**cadernos do
terceiro
mundo 22**

neste número:

editorial

4



Libano: Aqui pode começar a 3.ª Guerra
— Neiva Moreira e Beatriz Rizzo

9

Beirute: Entre as balas e as «boutiques»

17

Nabatieh: «Do outro lado» estão os canhões israelitas

22

Entrevista com Yasser Arafat

25

Irão: Os documentos secretos da embaixada

31

Vietname: Refugiados, corrupção que foge

35

— Gabriel García Marquez

Coreia: Reunificação, meta histórica

49

— Adérito Lopes

Timor-Leste: Entrevista com Mari Alkatiri

56

Ásia



Especial Guiné-Bissau:

61

— Baptista da Silva

Zimbabве: A vitória nas urnas

89

— Etevaldo Hipólito

África



Colômbia: 20 anos de guerrilha
— Ernesto Villa

95

Nicarágua: Entrevista com Tomás Borge
— Roberto Rento

102

A América Latina na década de 80
— Juan Somovia

107

América Latina



cultura

Literaturas africanas de língua portuguesa

117

— Manuel Ferreira

panorama

126

Publicação Mensal — n.º 22 — Abril de 1980

Edição em Português dos «Cuadernos del Tercer Mundo» e «Third World»

Director: Pablo Piacentini

Editor Internacional: Neiva Moreira

Editora Adjunta: Beatriz Bissio

Redactor-Chefe: Roberto Remo

Apartado Postal 20-572 — México 20, D. F.

Edição em Espanhol — Ano IV — N.º 37

Periodistas del Tercer Mundo, A. C.

San Lorenzo, 153, Desp. 406

México 12, D. F. — Tel. 559-3013

Editor: Gerônimo Cardoso

Edição em Inglês — Ano II — N.º 7

Editor: Fernando Molina

Edição em Português — Ano III — N.º 22

Tiragem deste número: 37 000 exemplares

Propriedade da

Tricontinental Editora, Lda.

Calçada do Combro 10, 1.º

1200 Lisboa

Redacção e Sede

Calçada do Combro 10, 1.º — Telef. 320650

Lisboa 1200

Editor: Altair L. Campos

Administração: Ernesto Pádua

Redacção: Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos

João Escadinha

Colaboraram neste número: Adérito Lopes, Ernesto Villa, Etevaldo Hipólito, Gabriel García Marquez, João Quintino, Juan Samovia e Manuel Ferreira

Os Cadernos do Terceiro Mundo utilizam os serviços de:

Agência de Informação Moçambicana (AIM), Angola Press (ANGOP), Inter Press Service (IPS), Irakian National Agency (INA), SHIHATA (Tanzânia), Nipon Agency News (NAN) e Prensa Latina (PL). Mantém intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Tempo (Moçambique), Novembro (Angola) e Prisma latinoamericano (Cuba)

Distribuição: Dijornal/Distribuidora de Livros e Periódicos, Lda. — Rua Joaquim António de Aguiar, 64, 2.º, Dt.º — Lisboa.

Composição e Impressão: Empresa do «Jornal do Comércio» — Rua Dr. Luís de Almeida e Albuquerque, 5 — Lisboa 1200 — Portugal.

DISTRIBUIÇÃO

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira, Praça Farinha Leitão, 27, Luanda. **BELICE:** Cathedral Book Center, Belize City. **CABO VERDE:** Instituto Caboverdeano do Livro, Rua 5 de Julho, Cidade da Praia. **COSTA RICA:** Librería Tercer Mundo, S. A., Contiguo Palácio Municipal, San Pedro Montes de Oca. **EQUADOR:** Ediciones Sociales, Córdoval 601 y Mendiburu Guayaquil, Ecuador. Librería Siglo XX, García 420 y 6 de Diciembre, Quito. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente No. 1030. **ESTADOS UNIDOS:** Librería Libro-Libre, 220 W. 14th St., N. Y., 10011. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espanola et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 15009 Paris. **GRÃ-BRETANHA:** Latin American Book shop, 29 Islington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e do Disco. Conselho Nacional de Cultura. **HOLANDA:** Athenaeum Bockhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **ITALIA:** Paesi Nuovi, Piazza di Montecitorio 59/60 Roma — Feltrinelli, Via del Babuino, 41, Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita Banchi Vecchi, 45, Roma. **MÉXICO:** Unión de Expendedores y Vozadores de Periódicos, Humboldt N.º 47, México 1, D. F. — Distribuidora Say Rois de Publicaciones, S. A. Mier y Pesado N.º 130, México 12, D. F. — Metropolitana de Publicaciones, Librerías de Cristal, y 100 librerías en todo el país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto Nacional do Livro e do Disco, Av. Ho Chi Minh, 103, Maputo. **PANAMÁ:** Librería Cultural Panameña, S. A. Av. España, 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima-1. **PORTO RICO:** Librería Puerto Rico, Calle Huancayo 1009, Rio Piedras, San Juan — Librería La Tertulia, Amália Marin, esq. Av. González, Rio Piedras. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Instituto Americano del Libro, Calle Arzobispo Noel, 358, Santo Domingo — Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez, 41, Santo Domingo. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUÉCIA:** Wennergren-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S. A., Av. México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

ASSINATURAS

Portugal

Anual (12 números)

Esc. 380\$00

Semestral (6 números)

Esc. 220\$00

Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe:

(12 números, via aérea)

Esc. 600\$00

ou US\$ 14.00

Restantes países

(12 números, via aérea)

US\$ 17.00

Líbano, Zimbabwe, Guiné Bissau e Vietname

São estes os quatro temas de capa deste número dos Cadernos. Do Líbano, Neiva Moreira e Beatriz Bissio trazem a convicção de que não é no Afeganistão que se situam os maiores perigos de confrontação mundial mas no barril de pólvora que há muitos anos é toda a região do Médio Oriente. Petróleo e questão palestina são os rastilhos locais que não cessam de arder. Na entrevista com Yasser Arafat encontram-se expressas as soluções que tardam a ser tomadas na resolução de um desses aspectos: a autodeterminação do povo palestino.

À esmagadora vitória eleitoral da ZANU e de Robert Mugabe só explicável pelo reconhecimento que o povo do Zimbabwe deu a quem mais consequentemente promoveu a luta armada e que mais tarde a soube defender na mesa das conversações, dedicamos o editorial completado por um texto do nosso correspondente no Maputo, Etevaldo Hipólito.

Baptista da Silva esteve três sema-

nas em trabalho na Guiné-Bissau e em Cabo Verde. Neste número inserimos um dossier muito completo relativo ao primeiro destes países. Seguir-se-á o de Cabo Verde.

Hoje temos a satisfação de contar entre os nossos colaboradores um grande escritor e jornalista, o colombiano Gabriel García Marquez. Numa prosa cristalina que não raras vezes deixa transparecer a emoção e o fascínio pelo visto e sentido, García Marquez dá-nos o testemunho de uma longa viagem pela terra heróica do Vietname.

Um outro escritor, este português, participa nestas páginas. Manuel Ferreira, director da revista literária *Africa* escreve sobre os quatro estágios que encontra na evolução da poesia africana de língua portuguesa. Este texto está na linha da orientação iniciada no número anterior com a "Literatura Palestina de Combate" ou seja, proporcionar aos leitores temas da literatura do Terceiro Mundo.

correio do leitor

Sou estudante de Direito e dedico-me ao estudo da evolução económica-social-cultural do Terceiro Mundo, em especial dos jovens países de língua portuguesa, sobre os quais estou a elaborar um aturado estudo que talvez mais tarde venha a dar a conhecer a todos quantos se interessam por estes assuntos.

Neste momento devido ao reaccionarismo que domina a comunicação social, a minha documentação tem ficado cada vez mais difícil. Assim, ocorreu-me a ideia de que através de uma troca de correspondência com outros leitores da vossa e nossa revista (para troca de informações, documentos e ideias) pudesse

vir a superar algumas das dificuldades que se me depõem neste momento, tanto mais que há a facilidade de os interessados me poderem escrever, além do português, em francês, inglês e espanhol.

David Martins Almeida
rua de Damão, 151-3.º Dto.
4450 Matosinhos/Portugal

Há certas lacunas nos temas apresentados normalmente nos "Cadernos". Assinante desde o primeiro número, não me recordo de alguma vez ter lido reportagens sobre países africanos como Nigéria, Niger, Serra Leoa, Alto Volta, Gâmbia, Senegal, etc. Dir-se-á que são países com reduzido interesse jornalístico onde a situação política, que é estacionária, poucas novidades tem para contar. Mas os leitores dos "Cadernos" habituaram-se a procurar nas suas



páginas não só a notícia pontual do acontecimento mas, sobretudo, a análise de uma situação, o "dossier". Penso que uma revista com o crescente prestígio dos "Cadernos" nunca deve deixar de ter em conta a realidade desses países de "segunda linha".

Vítor Serrão
Paris - França

Zimbabwe: o povo sabe eleger

Os Governos, os meios de informação e amplos sectores de opinião do chamado mundo ocidental, confessaram-se surpreendidos com os resultados das eleições no Zimbabwe e também com a proposta de reconciliação por parte dos vencedores.

Enumeremos as principais «surpresas» que expressaram:

1. Era de esperar uma boa votação e até uma maioria relativa para a ZANU-FP liderada por Robert Mugabe, mas não uma esmagadora maioria absoluta, uma nítida opção do eleitorado de cor a seu favor: os 62,9% dos votos e a obtenção de 57 lugares no Parlamento. Isto significa não só a maioria absoluta dos 80 lugares reservados à população negra, mas de todo o Parlamento, no qual a minoria branca (3% do total da população) dispôs de uma dotação privilegiada de 20 lugares, ou seja, 20% do total do Parlamento.

2. Parece-lhes inconcebível que, somadas as votações dos dois partidos da Frente Patriótica, esta recolha um consenso virtualmente unânime dos ex-colonizados; com efeito, os 24,1% dos votos e os 20 lugares que a FP-ZAPU obteve dão cifras surpreendentes: 87% dos votos, 77 lugares que ultrapassam largamente os dois terços do Parlamento, ou seja, os cidadãos negros identificaram-se maciçamente com os nacionalistas que empunharam as armas para conquistar a liberdade e outorgaram-lhes plenos poderes para governar o Zimbabwe independente.

3. É desconcertante — e decepcionante — que o UANC do ex-primeiro-ministro colaboracionista Abel Muzorewa consiga apenas 8,2% dos votos e três lugares; reconhece-se que não tinha sido prevista tão magra colheita para este político que, por um lado, representava os interesses de uma burguesia negra disposta a conciliar-se com os brancos, mantendo o fundamental do sistema vigente, e que, por outro, recebeu fundos para fazer a campanha eleitoral, que foi de longe a mais dispendiosa, executada segundo as técnicas mais modernas e eficientes de propaganda, no estilo norte-americano.

4. Por último, descobrem que Mugabe, após a sua vitória, não se exibe como um guerrilheiro sedento de sangue branco, como um africano intransigente e ressentido, como um radical que tenta-



ria queimar etapas do processo de democratização aberto, socializar e confiscar a passo forçado, pedir auxílio bélico a soviéticos e cubanos e «cair» na «órbita de Moscovo». Assim o havia descrito a minoria branca, assim o reflectiam, a diferentes níveis, os meios de informação ocidentais. Os mesmos estranham agora quando Mugabe declara que na nova sociedade haverá «lugar para todos», se manifesta a favor de um sistema multiracial e democrático e procura integrar rapidamente os guerrilheiros no futuro esquema de defesa nacional. Todas estas atitudes e reacções são, na verdade, as que seriam de esperar de quem, com a mesma informação de que dispunham os «surpreendidos», a tivesse analisado tendo em conta o ponto de vista dos africanos colonizados. Esta é uma prova *a posteriori* — se bem que não confessada — de que os Governos e a Imprensa ocidental reflectiram consciente ou inconscientemente os interesses da maioria branca e das potências ocidentais e, obviamente, os seus interesses económicos.

A ZANU — e Mugabe — representam a linha mais coerente neste processo. O que aos brancos aparecia como intransigência e como radicalismo era simplesmente uma política de não ceder em nada que pudesse comprometer a aspiração a uma independência real e a uma soberania popular plena. E se, na etapa final, Mugabe e o seu partido deram prioridade à luta armada, não foi por uma inexistente vocação militarista deste destacado intelectual mas por ter concluído que só mediante a luta armada se poderia impôr a revisão do «acordo interno» entre os colaboracionistas negros e a minoria branca. Com efeito, nem sequer o Governo da conservadora primeira-ministra inglesa, Margaret Thatcher, que apoiou publicamente este arranjo, pôde de facto reconhecer o Governo de Muzorewa, cujo fracasso, acelerado por efeito da resistência armada, obrigou a um mais amplo.

Reunidas em Londres todas as partes, obteve-se um acordo para uma solução eleitoral na qual os ingleses e os brancos rodeianos se outorgaram todas as vantagens e garantias que puderam e planearem um mecanismo que facilitaria a divisão dos partidos negros. Mas situado dentro de um mecanismo democrático liberal. Aberta a via das urnas, os negros optaram por quem demonstra-

ra ter escolhido o caminho correcto. Logo, era natural que a maioria votasse pela ZANU-FP. Imaginar que tal não sucederia implicava pensar que os negros não saberiam discernir correctamente os seus próprios interesses políticos. É evidente, pois, que nesta surpresa há um dado racista implícito: O pressuposto de que os ex-colonizados, pobres, carentes de educação e de participação na sociedade que lhes foi imposta, não estariam dotados de um instinto político certo. Apesar das diferenças entre a ZANU e a ZAPU e entre as duas vigorosas personalidades que as dirigem, Mugabe e Joshua Nkomo, ambas compõem a Frente Patriótica, ou seja, o movimento de libertação zimbabweano.

Ambas as partes desfraldaram as bandeiras da independência, organizaram politicamente a população de cor, sofreram perseguições e discriminações, não admitiram ser vergados, e — esgotadas todas as vias pacíficas — pegaram em armas, actuando como vanguarda do povo.

De acordo com o raciocínio anterior, é óbvio que a Frente Patriótica representa a imensa maioria negra. E o facto de que, face às propostas mais definidas de Mugabe, a ZANU tenha ultrapassado a ZAPU, deve ser considerado como um factor daí resultante. Esta diferenciação foi reforçada pelo poder branco que identificou Mugabe como o seu inimigo principal e procurou por todos os meios assassiná-lo. Só no período eleitoral Mugabe escapou a três atentados; e os dirigentes da ZANU foram dos que mais sofreram a repressão, perdendo numerosos e valiosos quadros. O que quer dizer que esta perseguição, se representou perdas importantes para a ZANU e dificultou grandemente a campanha eleitoral, coadjuvou ao mesmo tempo o processo de solidariedade para com o partido. E não poderia ter sido de outro modo. Quanto ao revés sofrido por Muzorewa não há que fazer grandes análises para o entender. Primeiro, porque a população repeliu um Governo colaboracionista no qual o poder efectivo ficava de posse da minoria branca, não obstante a cor da pele de quem o presidia. Segundo, porque a base social, que poderia apoiar a sua linha política, era limitada à pequena e média burguesia negra e, como se sabe, o sistema colonial,



dada a sua própria natureza, concentra a propriedade (os recursos económicos) na élite branca, deixando para as classes negras intermédias um espaço muito limitado. Ao contrário, o grosso da população de cor foi marginalizado em relação aos benefícios do sistema e não podia portanto deixar de repudiar a alternativa de Muzorewa. Terceiro, porque não basta uma campanha provida de abundantes meios e de técnicas modernas para alterar a opinião e o sentimento de um povo que, no decurso de uma longa e cruel luta pela sua independência, amadureceu muito mais do que imaginaram os peritos ocidentais em relações públicas e propaganda. Nesse sentido, o afundamento de Muzorewa é um dos indicadores da maturidade e da consciência política obtida pelos zimbabwianos. Por último, vem a questão da suposta mudança de atitude de Mugabe.

Que, de facto, não existe: ele apenas reiterou, nos dias que se seguiram à sua designação, um realismo que caracterizou toda a sua trajectória política. O que aconteceu, na verdade, foi uma alteração nas condições obtidas pelo movimento de libertação no Zimbabwe. E, neste, aspecto, a posição de Mugabe não se diferencia da posição assumida por outros movimentos de libertação africanos, como em Angola ou Moçambique, ou da que postulam os que lutam pela sua liberdade na África do Sul ou na Namíbia.

Se os nacionalistas em Moçambique, em Angola ou na Guiné-Bissau não participaram em eleições foi porque o poder colonial português as não permitiu. Daí que a luta armada tenha constituído a única via possível.⁽¹⁾ Todos os movimentos de libertação africanos se caracterizam pela proposta de uma política de cooperação e coexistência sob condição de que cessem os regimes de minoria branca e se respeitem as soberanias das maiorias.

A repressão colonial, os prejuízos enormes, causados pelos colonialistas que, não admitindo uma situação nova, boicotaram a economia, destruiram ou inutilizaram fábricas ou empresas agrícolas ou desertaram em massa do país, é muito recente na memória dos povos que se libertaram por meio da luta armada. Foi dessa maneira que se produziram alterações bruscas que, deixando vagos

editorial

postos-chave na administração e no campo da produção, impediram também o seu preenchimento a curto prazo, pelo facto de sempre terem impedido a formação de quadros africanos capazes de dirigir o país. Mugabe, precisamente, procura evitar que o seu povo sofra as consequências de um êxodo semelhante e, logo, é sincero, a oferecer a reconciliação aos antigos opressores, sempre e quando estes aceitem as regras do jogo resultantes da vontade popular.

Não está portanto aqui o problema, nem esta linha política é algo que tenha de considerar-se novidade. A questão está em saber se ela é possível e se os mesmos interesses que conformaram o sistema racista e explorador admitem as mudanças introduzidas por um Governo nascido para criar condições de igualdade para todos os habitantes do Zimbabwe.

O conhecimento da história não oferece muitos exemplos de uma sincera aceitação de situações semelhantes; a burguesia branca, e os privilégios que acumulou e não vai ceder facilmente, é apenas um dos factores a ter em conta. A África do Sul, que viu drasticamente reduzida e em rápida mutação, nestes últimos anos, a área sobre que entende exercer uma hegemonia — a África Austral — declarou formalmente que terá de coexistir com a realidade nova do Zimbabwe mas, todos os antecedentes o indicam, utilizará qualquer pretexto para causar dificuldades, seja mediante acções directas, seja mediante operações dos seus serviços de espionagem. E tão pouco ficarão de braços cruzados as potências capitalistas do Ocidente e as empresas transnacionais, na medida em que vêm afectados os seus interesses.

Ao estender a mão e propor a reconciliação, Mugabe oferece uma oportunidade aos seus antigos rivais. Não se trata apenas de generosidade, mas, antes, de uma política destinada a evitar maiores sacrifícios, economizar sangue e avançar rapidamente, no campo económico e no campo social, num país extenuado por um longo combate. Os seus adversários de ontem têm agora a palavra. E a responsabilidade será deles se não compreenderem a realidade e decidirem actuar contra um povo desejoso de paz.

(1) E certamente que tanto os sul-africanos como os namíbios gostariam de desfrutar de liberdades políticas que o regime de Pretória não lhes concede.

LÍBANO

Aqui pode começar a Terceira Guerra Mundial

O problema libanês é complexo: uma direita política, apoiada num clero reaccionário tenta impedir qualquer avanço social. Mas os libaneses progressistas consideram que o Líbano é uma nação árabe e que o problema nacional fundamental é a questão palestina. Perante isso, só uma solução global da crise do Médio Oriente, com a autodeterminação dos palestinos, trará a paz definitiva e um governo democrático e laico ao país

Neiva Moreira e Beatriz Bissio

Todas as contradições e conflitos internacionais, além dos problemas internacionais do mundo árabe estão aqui representados, diz-nos Abu Shariff, membro do Comité Central da Frente Popular pela Libertação da Palestina cujo principal líder é o dr. George Habache.

Shariff tem fortes motivos para crer que esta é a realidade. Actualmente, tem três dedos a menos na mão direita e dois na esquerda. Quando abria um embrulho que viera pelo correio, e que, aparentemente, continha um livro de Che Guevara, uma explosão mutilou-lhe o rosto e as mãos. O "livro" era, nem mais nem menos, que uma bomba de plástico.

De facto, o menor acontecimento que se produza nos países árabes ou nas capitais das grandes potências repercute imediatamente nas suas esferas oficiais e na ultrasensível opinião libanesa.

Nos noticiários e nas actividades diplomáticas vê-se pouco a presença dos Estados Unidos. Mas sentimo-la em toda a parte. O Líbano é hoje uma peça fundamental da estratégia norte-americana e nada do que lá se passa é alheio à Casa Branca.

Neste pequeno país de dez mil quilómetros quadrados e perto de dois milhões de habitantes (outros dois milhões vivem no exterior) confluem os ingredientes que, actualmente, estão na primeira linha de preocupações da Casa Branca: a revolução árabe e o petróleo. Nas pontas desse "quebra-cabeças" para Washington estão os palestinos e no Líbano eles estão solidamente estabeleci-

dos. Mais ainda: por detrás dos palestinos há um imenso conglomerado de povos e governos árabes e um crescente apoio internacional à causa da autodeterminação dessa milenária nação.

Isso explica a razão por que o Médio Oriente é, não só um permanente campo de acção política e diplomática dos Estados Unidos, mas também das suas operações militares, abertas ou camufladas. A revolução iraniana e a operação soviética no Afeganistão desviam, momentaneamente, as atenções mundiais dessa zona mas poucos terão dúvidas de que é aqui, e não em Cabul, que se está a travar uma batalha fundamental na confrontação geopolítica entre os Estados Unidos e os seus aliados e a União Soviética e o campo progressista.

Os acontecimentos do Afeganistão estão, sem dúvida, relacionados com a crise do Médio Oriente. Se não houvesse petróleo no Golfo não haveria norte-americanos no Índico e no Paquistão, nem os soviéticos e a CIA se estariam a defrontar em Cabul.

Os árabes em geral não simpatizam com a presença soviética no Afeganistão e, inclusivamente, os governos mais próximos da URSS desejam que tal presença se torne o mais breve possível. Mas, quando se discute a fundo o tema, há sempre duas observações constantes: a inter-relação das duas situações (Médio Oriente-Afeganistão) e uma certa constatação de que, com os blindados soviéticos na fronteira do Irão, será mais difícil para os Estados Unidos ocuparem militarmente os poços de pe-

tróleo da Arábia Saudita ou outros países aliados seus no Golfo.

A hipótese de desembarque não é irreal. Quando a crise no Afeganistão estava no auge mais de vinte grandes navios de guerra norte-americanos se concentraram no Índico, a maior parte na estratégica entrada do Golfo, vigiando o estreito de Bab-el-Mandeb que separa Oman do Irão. Entre esses barcos estavam — ou estão — os super-porta-aviões "Nimitz" e "Coral Sea" e o porta-helicópteros "Okinawa" com tanques "M-60" e mísseis anti-carros tipo "Tow" e "Dragon". Mil e oitocentos marinheiros constituíam a vanguarda de uma força operacional de mais de 30 000 homens prontos para desembarcar em Oman — um aliado fundamental para Washington à entrada do Golfo — e em outros países que os Estados Unidos consideram amigos.

OS FANTASMAS DE CAMP DAVID

O mais perigoso para a paz mundial é que Washington trava, nessa área, uma corrida contra relógio: que fazer com os acordos de Camp David? Se esses acordos não se completarem com decisões concretas em relação ao problema palestino ficarão desacreditados e, consequentemente, podem diminuir em muito as possibilidades eleitorais do presidente Carter.

O futuro de Camp David parecia já irremediavelmente comprometido quando os árabes, com uma virtual unanimidade, o recusaram e a revolução iraniana destruiu a principal base de agressão da estratégia mili-

tar norte-americana na área.

A reacção árabe não foi um acto emocional, mas o descobrimento – ainda que impreciso mas já revelador – dos verdadeiros objectivos do pacto entre Israel, Estados Unidos e Sadat e que levou o governo egípcio a desertar do campo árabe. No fundo dessa engenhosa manobra diplomática está o domínio do mercado egípcio pelas transnacionais e, a partir do Cairo, uma penetração económica de grandes dimensões nos restantes países árabes, ricos em possibilidades económicas e potenciais consumidores.

Não se pode dizer que essa meta não esteja a ser alcançada. O Egito está invadido pelos investimentos norte-americanos ligados a Israel, através da forte presença dos judeus no con-

trolo dos bancos e das transnacionais nos Estados Unidos. Até os refrigerantes que, devido ao calor que se faz sentir no seu país, os egípcios bebem tanto e que eram já de fabrico nacional começam a ser importados. Para não falar das grandes empresas estatais de indústria pesada que o período nasserista le-gou ao Egito e que estão agora a ser desmanteladas pela pressão transnacional.

Mas o ritmo de penetração noutros países árabes conservadores é mais lento do que planeou a Casa Branca e quanto ao Egito não há uma total confiança política no que ali possa vir a passar-se. Desde a extrema-direita, da Fraternidade dos Irmãos Muçulmanos até à esquerda, o povo está contra Sadat e a CIA já alertou os governantes em

Washington para essa realidade.

O sentimento popular árabe bloqueia assim o êxito de Camp David e a presença de governos independentes como os do Iraque, da Argélia, da Líbia, do Iémen do Sul e da Síria constituem outro pólo de pressão contra os Estados conservadores que, embora contrários a Israel, vacilam em admitir a seu lado um Estado palestino democrático, laico e revolucionário.

“É certo que a diversidade de regimes árabes não nos permitiu, até agora, estabelecer um comando político e militar unificado para defrontarmos Israel, mas a Nação árabe está unida e quer a luta”, diz-nos Abdellahim Ahmed, secretário-geral da Frente de Libertação Árabe e membro do Comité Executivo da OLP. A FLA é uma organi-



Palestino morto, jaz por terra numa rua de Beirute, vítima das balas falangistas...



Resistir, resistir em cada palmo de terreno

zação que segue, na Palestina, a linha ideológica do Partido Bath árabe e socialista que governa no Iraque.

ENTRE POÇOS DE PETRÓLEO, UM PÃO DE AÇÚCAR

As possibilidades de êxito de Camp David reduziram-se muito (ver entrevista a Yasser Arafat neste número). A intransigência da direita israelita, no poder, as suas ambições de expansão territorial e a sua falta de visão histórica global do problema dos palestinos deixam a Carter uma área de manobra política cada vez mais pequena.

O objectivo de uma solução norte-americana "quimicamente pura" ideal para o Médio Oriente seria impor regimes dependentes em todos os países árabes, principalmente nos produtores de petróleo e converter Israel numa mini-potência hegemónica, dirigida de Washington.

A oposição árabe e, sobretudo, uma resistência palestina cada vez mais forte e estruturada política e

Com esse derradeiro objectivo tentariam um acordo com o rei Hussein da Jordânia que, com a discreta aprovação da Arábia Saudita, não simpatiza com a ideia de uma Palestina Revolucionária ao lado do seu reino.

Finalmente, sem maiores problemas militares na zona, Washington lançar-se-ia ao bloqueio ou derrube dos governos progressistas árabes.

OS ALIADOS E OS ADVERSÁRIOS

militarmente é como um "Pão de Açúcar", o imenso bloco de pedra que domina a entrada do Rio de Janeiro: pode ou não gostar-se dele, achá-lo bonito ou feio mas a única coisa que não consegue fazer-se é tirá-lo dali. É um dado com o qual se tem sempre que contar.

Os palestinos são isso. Um Pão de Açúcar encravado na área do Médio Oriente entre os poços de petróleo e as margens do Mediterrâneo.

Face às perspectivas desfavoráveis dos seus esforços diplomáticos, Washington não altera a sua estratégia militar para atingir os seus objectivos: destruir o exército palestino, desmoralizar a resistência nos territórios ocupados, com sérias repercuções em toda a diáspora e, finalmente, impor um acordo de capitulação com uma Palestina dominada. Numa administração títere poderiam colocar um governante burguês pois é uma ilusão pensar-se que todos os palestinos são necessariamente revolucionários e anti-imperialistas.

Desde que a grande base militar foi destruída na Jordânia (o Setembro Negro de 1970) o exército palestino está praticamente concentrado no Líbano, embora na própria Jordânia se tenha dado um avanço e uma reorganização das suas forças combatentes e haja unidades importantes estacionadas em países árabes amigos. Mas o grosso das tropas, as suas melhores unidades, os seus combatentes mais afogueados, a sua artilharia pesada e os seus blindados estão no Líbano.

Para Washington é um objectivo fundamental, uma preocupação de todos os dias, destruir essa força com a ajuda de aliados internos, da direita libanesa ou com a intervenção directa de Israel, se não houver outra solução.

Isto revela-nos que, no Líbano, não há uma guerra religiosa mas uma luta política e ideológica: a direita libanesa que diz ser cristã é hoje uma real aliada de Israel. *"A luta aqui é por um Líbano democrático e laico e não uma guerra entre muçulmanos e cristãos. Vejam: estamos aqui três*

dirigentes do Partido Nacional Popular em guerra, com os palestinos, contra as chamadas "milícias cristãs"; Marwan Farés, responsável pelas relações internacionais, eu, que sou seu adjunto e Salah Daba, responsável pelas acções internacionais do Partido. Somos todos cristãos e estamos em luta, ao lado de muitos outros cristãos e muçulmanos" — diz-nos o jovem advogado Georges Haddad.

Integrada na Frente Nacional Líbana, a direita apoia-se em duas organizações principais: as Kataeb (falanges) dirigidas pela família Gemayel (a Falange foi fundada na década de 30, sob inspiração do regime franquista) e o Partido Liberal, dirigido pelo ex-presidente Camille Chamoun. Grupos menores também se integram na direita mas, acima de tudo, é notório o estímulo da maior parte da hierarquia maronita, um dos cleros mais reaccionários do mun-

do, que, em verdade, tem motivos para se opor a uma mudança no Líbano. Um regime democrático e laico jamais poderia permitir o domínio que o clero maronita hoje exerce sobre o Estado. Assim, ideologicamente, o que lhes resta é apoiar e apoiar-se na direita mesmo que esta esteja cada vez mais dependente de Israel.

Tanto as Falanges como os chamounistas têm poderosas milícias armadas e dominam áreas do país onde o seu poder é a lei.

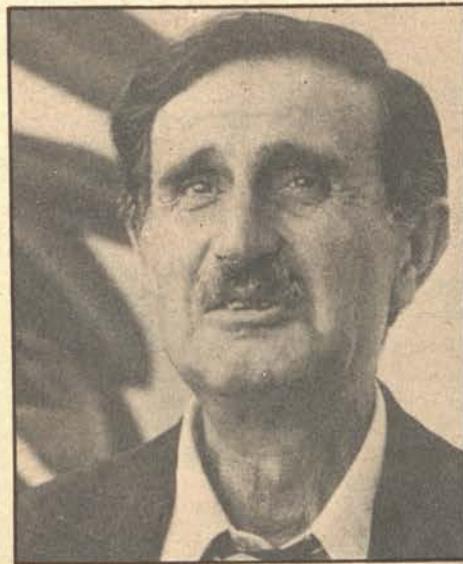
Um exemplo do conúbio entre a direita líbana e Israel é a sublevação do major Said Haddad, um comandante do exército líbano que ocupa uma área estratégicamente importante a sul do Líbano e que, a partir daí, ataca quase diariamente as forças palestinas e as dos partidos libaneses da zona. Apesar de estarem tecnicamente na situação de sublevados, Haddad e os seus soldados, dirigidos e abastecidos pelos israelitas,

continuam a pertencer ao exército líbano e os soldados recebem o seu ordenado regularmente.

Finalmente, o exército líbano em reorganização é um aliado potencial dos Estados Unidos. Os serviços secretos ocidentais fazem crer em Beirute que essa força conta com 20 000 homens e que a sua primeira meta é recuperar o Sul do Líbano hoje dominado, política e militarmente, pelo Movimento Nacional Líbano e pelos seus aliados palestinos.

Peritos militares com quem falámos, em Beirute e em Damasco, não coincidem acerca desse número mas estão de acordo com o facto de que esse exército se está a reconstituir sob moldes e estilos norte-americanos e está a ser consciencializado para aceitar os acordos de Camp David e para expulsar os palestinos do Líbano.

Este conjunto militar está bem abastecido de armas que entram sobretudo, pe-



Kamal Jumblatt, precursor da unidade popular líbana, vítima de um atentado, em 1977, levado a cabo pelos falangistas de Pierre Gemayel (à direita)

lo porto de Jounié, ao norte de Beirute, que é uma espécie de santuário da família Gemayel, dirigentes das Falanges.

Nos últimos meses registraram-se cisões nesse conjunto de forças. A mais notória foi a do grupo do ex-presidente Suleiman Frangie cujo filho foi assassinado (ver entrevista de Arap) no ano passado. Frangie está muito ligado aos sírios e, actualmente, afastou-se da Frente de direita.

Que forças enfrentam este conjunto militar que os Estados Unidos apoiam e abastecem?

O Movimento Nacional Libanês, fundado em 1975, no calor da guerra civil, por Kamal Jumblatt, um precursor da unidade popular libanesa. O actual presidente do MNL é seu filho, Walid Jumblatt, que dirige o maior partido da coligação, o Partido Progressista Socialista. Os outros partidos do Movimento são o Popular Socialista, o Nasserista Independente (Marabitum), o Comunista, o Bath Libanês, um grupo comunista não ortodoxo e outros sectores menores.

Os palestinos com a sua poderosa estrutura política e militar. Há mais de 500 000 palestinos no Líbano e muitos milhares deles estão em armas.

— Os sírios.

“Apenas o enorme apoio popular permitiu que o Movimento Nacional Libanês sobrevivesse e crescesse. É uma lição histórica de que, sem as massas, nenhum movimento progressista ou revolucionário pode crescer”, declarou-nos Ziad Hafez, membro do Conselho de Comando do Movimento Nasserista Independente (Marabitum). “O Movimento é um exemplo para o Mundo Árabe e não tem antecedentes na nossa zona. O extraordinário papel de Kamal Jumblatt e a sua autoridade de lutador patriota ajudaram a formar essa poderosa frente”, acrescenta Albert Farah, membro do Comité Central do Partido Comunista Libanês. “Actualmente somos mais de 70 por cento dos libaneses os que apoiamos a plataforma do Movimento que ocupa perto de 80 por cento do território nacional”, informa o advogado Tarek Chehab, um dos dirigentes do PPS de Jumblatt.

O GRANDE EQUÍVOCO SÍRIO

A posição dos sírios merece uma referência especial.

Historicamente, a Síria e o Líbano constituem uma só nação, balcanizada pelos ingleses e franceses na época da descolonização. A geografia, os interesses políticos e económicos, a comunidade social e até familiar levam-nos à unidade. “Um tiro em Beirute ouve-se em Damasco”, dizia-nos, humorizando, um jornalista sírio.

A Síria tinha, neste modo, no contexto do Mundo Árabe, motivos especiais para actuar na crise libanesa. E fê-lo com decisão, com um exército expedicionário que hoje deve contar aproximadamente com 36 000 homens mas com uma visão muito distorcida e problemática do Líbano.

De um modo geral, a esquerda libanesa critica os sírios pela sua posição na guerra civil, “profundamente equívocada”. Quando os sírios entraram no Líbano, dizem-nos, 85 por cento do território nacional estava em poder da aliança das forças progressistas-palestinas. A força síria actuou militarmente para restabelecer o “equilíbrio” o que, na prática, impedi a vitória definitiva da esquerda. “Eles pensavam — diz-nos um dirigente li-



banês — que, impedindo a vitória da esquerda, seriam aclamados heróis pela direita. No princípio, assim foi. Mas, depois de utilizar os sírios contra a esquerda, quando se viu livre da derrota, a direita mostrou a sua verdadeira face: disse obrigado aos sírios e pediu-lhes que voltassem para a sua terra."

A impressão dominante no Líbano é que os sírios que, em muitos aspectos, têm posições progressistas, deram conta do seu erro. Hoje estão desiludidos com os seus amigos conservadores e sabem quais as suas verdadeiras intenções.

No momento actual desfrontam uma situação desfavorável no Líbano: politicamente, o governo do presidente Elias Sarkis está cada vez mais à direita, distante de Damasco e, em todos os sectores, aumenta a influência norte-americana. Militarmente, o exército sírio perdeu a capacidade operacional, reduzido que foi a uma força policial destinada a impedir o regresso da guerra civil.

A reacção de Damasco é conhecida. Ameaçou deixar o Líbano o que, nas condições actuais, poderia significar o reinício da guerra civil e, como a correlação de forças é favorável às forças progressistas, a intervenção clara de Israel poderia tornar-se inevitável para salvar a direita de uma grande derrota militar.

Um período de intensas negociações entre Damasco e Beirute se iniciou, a partir de então. Os sírios começaram a falar de reagrupamento de tropas em vez de retirada e há poucas pessoas em Beirute que acreditam, realmente, que o presidente sírio Hafez Assad,



Militiaman falangista, proclamam-se cristãos mas o seu símbolo é a morte

pense em evacuar as suas forças no Líbano.

O projecto da direita é claro: exigem agora que os sírios voltem à sua pátria e sejam substituídos pelo exército libanês que, na sua opinião, encarna a legalidade. Por seu turno, o exército libanês está muito ligado a forças de direita e a primeira coisa que faria seria tentar ocupar as posições hoje dominadas pelos palestinos e pelo Movimento Nacional Libanês. E isso não poderia fazer-se sem a ajuda dos Estados Unidos e de Israel e com absoluto desconhecimento dos interesses árabes e sírios na zona. "Nenhum plano de segurança no Líbano pode ignorar os acordos concretizados com a Resistência Palestina e o exército liba-

nês não pode desempenhar nenhum papel nacional fora do quadro da confrontação árabe com Israel" declara o líder do Movimento Nacional, Walid Jumblatt.

ENFIM, QUAL O FUTURO?

Tudo isto nos define a gravidade da situação no Líbano e também a complexidade de uma solução viável para a crise que atravessa. Essa solução passa, inevitavelmente, pelo contexto da situação no Médio Oriente e, particularmente, pelo problema palestino.

Para o conjunto das forças progressistas o problema libanês define-se assim: o Líbano é uma nação árabe. Como tal, está integra-

da na situação global do Mundo Árabe cujo principal problema é a questão da Palestina. Deste modo, só haverá uma paz real no Líbano a partir do reconhecimento da autodeterminação do povo palestino.

Internamente, a esquerda exige um Líbano democrático, pluralista, realmente independente e laico, ou seja uma fórmula inaceitável pela direita que baseia o seu poder nos privilégios da burguesia e na aliança com as camadas mais reaccionárias do clero maronita.

O Líbano beneficia do equilíbrio de forças das

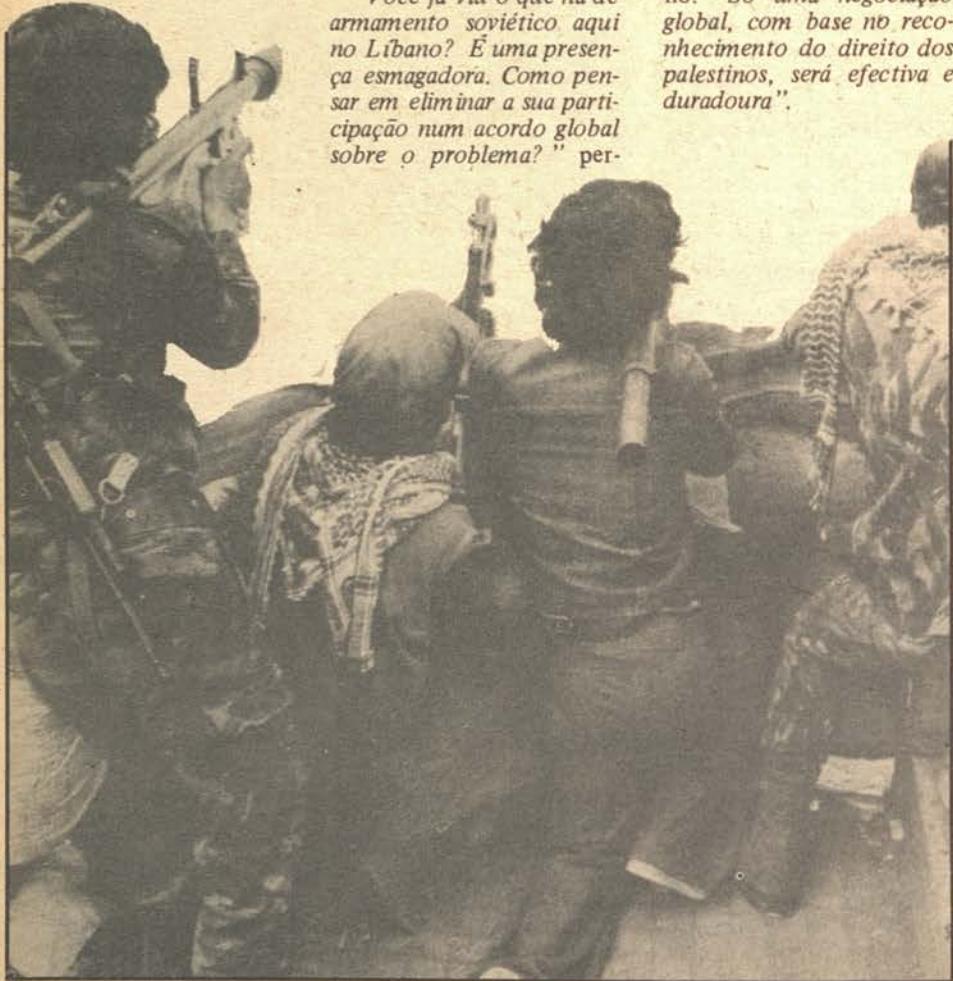
grandes potências que devem agir com cuidado se querem evitar o pior. Essa preocupação deve ser maior para os Estados Unidos que, não tem dúvidas de que um passo em falso nessa área poderia ser a mola detonadora de uma maior confrontação que envolveria a União Soviética.

Os Estados Unidos tentam, através de manobras diplomáticas, irradiar os soviéticos da zona e desconhecer os seus interesses na mesma o que lhes abria o caminho para uma supremacia absoluta.

“Você já viu o que há de armamento soviético aqui no Líbano? É uma presença esmagadora. Como pensar em eliminar a sua participação num acordo global sobre o problema?” per-

guntava-nos um colega palestino.

Seja como for, a política de acender pequenos focos e, depois, negociar o seu controlo, como tem sido norma do governo de Carter, não parece ter muito futuro nem modificar na essência os dados da situação. *“Aqui precisa-se de uma solução urgente. O tempo no Médio Oriente conta-se por dias e não por meses”*, sentenciava um comerciante que, ainda que direitista de coração, não acredita que a direita possa garantir um futuro de paz e independência para o Líbano. *“Só uma negociação global, com base no reconhecimento do direito dos palestinos, será efectiva e duradoura”*.



Beirute, entre as balas e as «boutiques»

A morte pode vir de qualquer lado, mas nem os tiroteios nem a crise económica travam o consumismo



"Uma missão francesa que aqui veio para fazer um levantamento da situação e sugerir fórmulas para se reorganizar a deficiente economia do país, chegou a uma conclusão um tanto dramática: Não sabemos como é que o Líbano funciona. Não é possível, de qualquer modo, explicar como é que não se verificou uma bancarrota. É preferível deixar tudo como está a tomar-se qualquer iniciativa".

É com este exemplo concreto que um diplomata ocidental acreditado em Beirute procura fornecernos elementos para for-

marmos um juízo sobre a situação. Pelo seu lado, um colega da imprensa que está já há dois anos no Líbano observava-nos que a primeira reacção de qualquer estrangeiro é a perplexidade. Ao cabo de poucos dias, "acha que já compreendeu tudo, mas antes de abandonar o país é obrigado a confessar que lhe foi difícil compreender qualquer coisa".

Todavia, para lá do anedótico, vive-se no Líbano, a uma escala experimental, toda a problemática do Médio Oriente e, poderia até dizer-se, mundial. Se houvesse um aparelho capaz de

detectar os homens dos serviços secretos nas ruas de Beirute, não cessaria de tocar. "Não falta aqui nenhum serviço que se ufane de ser bom", dizem-nos.

— E quais são os mais eficientes?

— Os norte-americanos, sem dúvida.

A opinião pública está, de igual modo, perturbada por um caso recente. Uma espia israelita, com passaporte britânico, havia passado, em diversas ocasiões, por Beirute, a fim de estudar os movimentos do chefe da segurança pessoal de Arafat. Consegiu finalmente alugar um aparta-

mento em frente da residência particular do jovem combatente, o qual morreu pouco depois vítima de um atentado cuja "tecnologia" parece ter sido decalcada da do caso Letelier.

No Líbano, a guerra passou já a ser encarada como parte da vida quotidiana. A convivência com a morte faz parte do dia-a-dia. Não existe uma frente definida como em qualquer guerra convencional. A bala que tira a vida pode vir de qualquer direcção.

A recordação da guerra civil está latente e surge em todas as conversas, tal como acontece com o estado do tempo noutras partes do mundo. Em geral, as pessoas são apresentadas a partir da função que desempenharam na guerra. E note-se que não encontramos um único adolescente — palestino ou libanês — que não tivesse no seu *curriculum* qualquer tipo de actividade militar durante a guerra, pelo menos na resistência.

Não abandonar Beirute constituía já uma forma de resistir. Já nos tínhamos acclimulado com Ronda, uma jovem estudante libanesa muçulmana com a qual havíamos viajado de Damasco para Beirute. Ronda não era activista. Está, presentemente, a estudar na Universidade de Damasco. "Mas passei a guerra toda no Líbano". Disse-nos Ronda que o perigo era vivido nas 24 horas do dia. O edifício em frente àquele em que reside com os irmãos e os pais foi destruído durante um dos ataques de artilharia. Foi, também, com Ronda que tivemos a primeira noção do peso do problema religioso na situação libanesa.

Se bem que seja fácil explicar as exacerbações religiosas com um estudo sócio-económico (os cristãos são, na maior parte, membros da burguesia, e os muçulmanos compõem, quase sem excepção, a grande massa dos trabalhadores), não se pode negar a existência de outras conotações. Ronda admitiu sorridente que tencionava casar-se, "mas tem de ser com um muçulmano". Encontrámos, mais tarde, exemplos dramáticos dessa discriminação. Um par de jovens militantes libaneses só depois de estabelecermos relações de amizade é que nos confessaram que as relações entre eles eram mais íntimas do que uma mera camaradagem de companheiros do mesmo partido. Profissionais ambos, não poderiam consorciar-se legalmente, a menos que um deles renunciasse à sua própria religião: ela é muçulmana e ele cristão maronita.

Como não existe legislação laica no Líbano e sómente as igrejas podem consagrar os matrimónios (não existe, certamente, o divórcio), a solução de alguns pares é irem casar-se a Chipre e enfrentarem, no regresso, a discriminação e uma longa peregrinação para que a sua união seja reconhecida.

CONSUMO E BALAS

A sociedade libanesa possui uma burguesia arrogante que não quis renunciar aos seus "encantos", nem sequer em tempo de guerra.

Poucas cidades do mundo, à excepção das quatro ou cinco capitais mais ricas, ostentam tantas "bou-

tiques" de moda como Beirute. Os perfumes franceses, o calçado italiano, os cortes de fazenda inglesa, convivem nas montras com os mais sofisticados modelos de computadores, televisores, gravadores e calculadores japoneses e alemães. Nos cinemas projectam-se os filmes do momento e no teatro podem ser vistos espectáculos tão diferentes como um mimo argentino ou uma peça de um clássico árabe. As noites de discotecas estiveram no auge até os últimos acontecimentos voltarem a fazer imperar o clima de tensão e as pessoas preferirem trocar o programa dançável pelo filme francês ou inglês que a televisão local projecta a cores todas as noites.

Os restaurantes, luxuosos e abundantes, oferecem os pratos mais variados: comida árabe ou chinesa, ocidental ou japonesa.

"Durante a guerra, estas "boutiques" fechavam quando havia bombardeamentos, mas estavam abertas de novo cinco minutos depois. Creio que isso é um reflexo do espírito fenício do povo libanês", dizia-nos um jornalista a quem manifestámos o nosso assombro.

No entanto, nem o consumismo nem a moda, nem sequer a infalível página da vida social dos jornais da gente rica, conseguem dissimular inteiramente o dramático perfil da guerra. Juntamente com toda essa exibição de influências europeias, o Líbano está a jogar o seu destino de bastião de vanguarda no Mundo Árabe. Convivem nesta cidade de cerca de um milhão de habitantes, dividida em dois sectores — o cris-



O quotidiano é uma bala inesperada nas esquinas de Beirute

tão e o muçulmano — pelo menos quatro exércitos: o Exército do Estado libanês; o sírio; o da OLP e o do Movimento Progressista Libanês, com um comando unificado; e o das fracções direitistas cristãs, Falanges e Kataeb, ligadas aos partidários do ex-presidente Chamoun.

Em determinados pontos da cidade, próximos da área de delimitação entre os dois sectores (não assinalada por qualquer construção, nada que possa assemelhar-se ao Muro de Berlim), está-se em "terra de ninguém". Nenhum motorista de táxi quis levá-nos nem se pode chegar ali a pé: "Os franco-atiradores não fazem perguntas, atiram", avisam-nos.

Em muitas esquinas, especialmente na zona que rodeia o aeroporto, são visíveis as peças de artilharia antiaérea. Sucedem-se os postos de vigilância. É difícil percorrer mais de 400 metros de qualquer avenida sem se encontrar um posto militar.

Como reconhecer se são sírios, palestinos ou do exército libanês?

Informaram-nos que podemos reconhecê-los pela boina. Em princípio, as boinas vermelhas são sírias, as de cor de vinho são palestinas e as negras são do exército libanês. Estes tramjam, de resto, de verde azeitona liso, ao passo que os outros têm uniformes camuflados. Fizemos a pro-

va, mas o método não provou ser infalível. Até ao último momento não conseguimos cem por cento de acertos na identificação dos exércitos.

O transporte colectivo é a única concessão da sociedade libanesa ao clima de guerra. Já quase não se vêem autocarros, sendo, em troca, frequentes os automóveis que fazem um serviço colectivo. Têm um itinerário fixo, em princípio, mas depois vão distribuindo os passageiros porta a porta. Ao viajarmos num deles sob uma intensa chuva, fomos os últimos a descer. Não obstante a nossa evidente condição de estrangeiros, o motorista cobrou-nos a tarifa normal.

As barras de ferro cruzadas nas esquinas constituem uma paisagem quotidiana em Beirute. Representam um aviso para se moderar a velocidade antes dum posto militar próximo. Não pudemos fotografá-las.

Os jeeps com artilharia antiaérea confundem-se com os veículos civis e militares que constituem o emaranhado trânsito das ruas da capital. Tem-se a impressão de que o único sinal visível de tensão que a todos domina é a forma como se conduzem os automóveis em Beirute, a uma velocidade exagerada, sem respeito pelas mais elementares regras de trânsito. Quem poderia lembrar-se aqui, na situação de "expectativa" que reina durante as 24 horas do dia, que existem sanções para os infractores? E, por outro lado, não haveria ninguém com autoridade para cobrar as multas...

UM PAÍS ÁRABE

O Líbano é, sem dúvida, um dos países árabes mais politizados. Nas paredes abundam os cartazes alusivos à resistência palestina e à revolução. A presença mais frequente é, contudo, a de Gamal Abdel Nasser. O seu retrato e algumas das suas frases mais conhecidas estão espalhados por toda a cidade e não só em frente das sedes do Movimento Nasserista (Murabitum), que o reconhece, de resto, como o seu inspirador. É sugestivo constatar essa presença silenciosa do líder nacionalista egípcio numa altura em que o seu sucessor, Anwar Sadat, atraiçou tão abertamente o seu legado ao assinar os Acordos de Camp David. Demonstra que, para além dos regimes, os povos têm a sua consciência e a sua memória.

Apesar da beleza do Líbano e da posição excepcional que Beirute ocupa à beira do Mediterrâneo, com pequenas colinas verdes debruçadas sobre o mar, é natural que a guerra tenha acabado com o turismo, a principal fonte de divisas do país, juntamente com a actividade financeira.



Um país incontestavelmente árabe

pág. 20 n.º 22/Abril 80

ra. Os hotéis albergam agora principalmente jornalistas. O "Comodoro", um belo hotel tradicional com um restaurante chinês, cinema todas as noites e outros atractivos da época das "vacas gordas" do turismo, continua desempenhando um papel importante. Foi o único hotel que manteve um telex em funcionamento durante a guerra e hoje mesmo os telegramas chegam pontualmente e são afixados no quadro para consulta dos visitantes da imprensa.

Um dado importante de Beirute, bem como das cidades libanesas por onde passámos, é a incontestável natureza árabe da sua cultura e dos seus costumes. O trajo ocidental, predominante nos homens e nas mulheres, é apenas um verniz europeizante aplicado a um povo profundamente árabe.

— Fui à praia quando cheguei. Julguei ser prudente não usar um fato de banho de duas peças. Tive, no entanto, que desistir. Por muito ocidentais que as mulheres se mostrem aqui quanto à sua maneira de vestir, nas praias são acima de tudo árabes, e banham-se habitualmente vestidas".

O comentário de uma colega europeia é eloquente. A sociedade árabe não cede à imposição cultural do colonizador francês e encerra-se firmemente no mais íntimo da vida da comunidade.

Isto aplica-se inclusivamente à burguesia mais pró-europeia. Talvez se sinta menos entre a comunidade maronita, mas é um erro pensar-se que a moral e os hábitos cristãos se encontram arreigados.

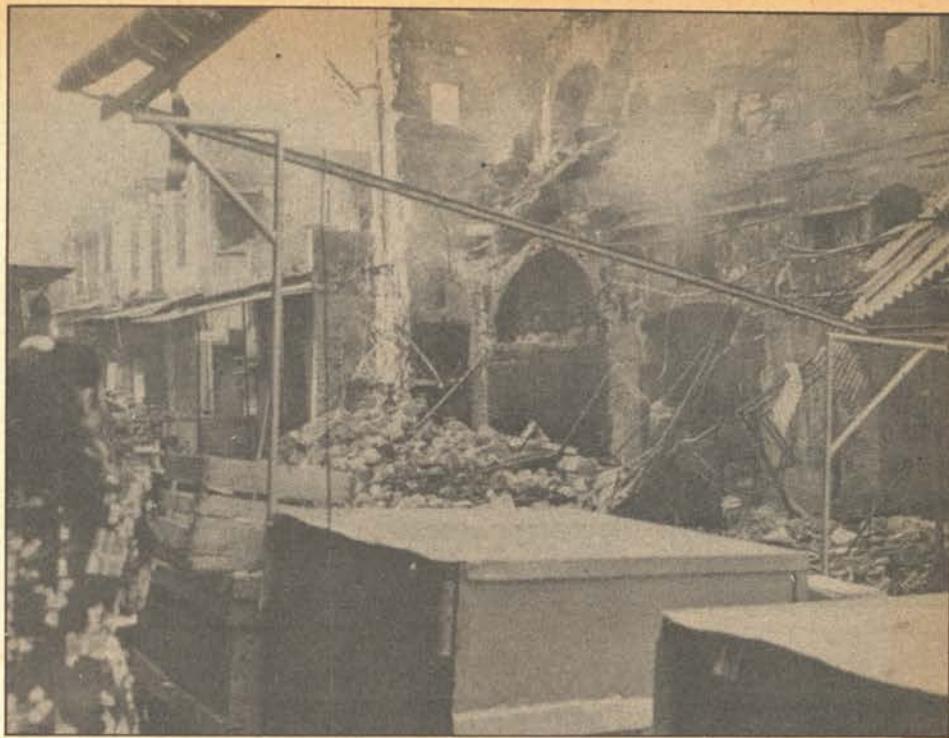
Quando o enviado do Papa visitou a família de Frangié para apresentar-lhe condolências pelo assassinato do seu filho e da sua família e para recordar-lhes também que, como cristãos, não deviam pensar na vingança, a mãe de Frangié respondeu-lhe: "O único que poderia decidir isso está morto". E o enviado papal regressou ao Vaticano sem poder completar a sua missão. A senhora Frangié nunca vestiu luto por seu filho. Jurou que só o usará no dia em que ele for vin-gado.

Tiveram lugar vários assassinatos entre os próprios sectores cristãos de então para cá. Pensa a maior parte dos observadores que se trata de casos de *vendetta*. Poucos dias depois da nossa partida de Beirute registraram-se os violentos acontecimentos que culminaram na morte de alguns familiares de Gemayel, líder militar das Falanges. Parece bastante provável que também estejam vinculados com o caso do filho de Frangié, visto Gemayel ser acusado frequentemente de ter estado ligado àquele episódio.

RESISTÊNCIA À MUDANÇA

Uma das causas da crise é o empenho do sector rico da população libanesa em não perder os seus privilégios e a resistência dos sectores conservadores, principalmente maronitas, à mudança das instituições e dos costumes.

Vimos vários edifícios novos, na zona mais residencial de Beirute, totalmente vazios. Perguntámos porquê: Os seus donos pre-



Uma cidade reduzida a escombros

feriram conservá-los vazios a consentir que os refugiados — libaneses e palestinos — se instalassem neles.

Entretanto, a maior parte dos refugiados vive em condições infra-humanas, muito especialmente os palestinos que são duplamente refugiados, do seu solo patrio e da guerra no Líbano. Vivem em acampamentos, na periferia das cidades. São bairros precários, com casas de materiais baratos: os aglomerados sórdidos, as favelas ou colônias proletárias da América Latina.

Nesses acampamentos, as crianças palestinas começam, aos seis anos de idade, a sua preparação para a guerra. A vida é para eles implacável. Crescem, no entanto, fortes, endurecidos e com a consciência da justiça da sua causa.

É natural e sólida a aliança com os libaneses pobres, as camadas populares, que levaram essa solidariedade com os seus irmãos palestinos às derradeiras consequências: envolverem-se numa guerra que é tão palestina como libanesa, que é, em definitivo, a luta do oprimido contra o opressor. Vimos os campões libaneses a cultivar os seus férteis terrenos no meio das bombas e do fogo da artilharia. Morrendo e colhendo...

Alguns militantes progressistas libaneses com quem falámos explicaram-nos com veemência que foi o grande apoio popular libanês à causa palestina que evitou que voltasse a repetir-se no Líbano o "Setembro negro" vivido pelos refugiados na Jordânia em 1970. Ouvimos, nesse mo-

mento, descargas de artilharia. Perguntámos o que estava a acontecer. O nosso sobressalto causou certa estranheza. Para eles, fazia parte da rotina. "São os aviões israelitas", disseram-nos. "Estão, novamente, a sobrevoar Beirute e, com a artilharia antiaérea, mantemo-los a uma altura suficiente para evitar que fotografem as nossas posições".

Nas noites de Beirute, os tiros isolados confundem-se com os cânticos das mesquitas. São frequentes as rajadas de metralhadora. Mas não voltámos a fazer perguntas. Sabíamos que, no Líbano, é aquela a única lei respeitada. "Numa guerra", dizia-nos um advogado libanês, "nós estamos de mais. A única justiça que se reconhece é a das armas".

Nabatieh:

«Do outro lado»
estão os canhões israelitas



No posto mais avançado dos libaneses progressistas e dos palestinos, a guerra é já uma rotina. Israel está a alguns quilómetros e os milicianos direitistas na margem oposta do rio Litani. O comandante palestino, filho de Jerusalém, responde a perguntas num ambiente carregado de um tom dramático

— "Aquela gente que está mexer-se atrás daquelas árvores são as milícias de Haddad. Aqui em baixo nas margens do rio Litani estão os soldados da ONU. São uns velhotes inofensivos. Não podem fazer nada. Ali, à direita, detrás daquela aldeia é a Palestina."

O comandante daquela posição avançada palestina que nos está a guiar no castelo Beaufort tem pouco mais de 30 anos mas é um dos poucos jovens do posto. Ali, a idade média dos fedayines é superior aos 40 anos. Gente afável e fraternal mas de fisionomia dura e espírito consolidado em muitas batalhas.

O castelo é um cenário

para filmes. Está situado no limite entre a área dominada pelo Movimento Nacional Libanês e pelos palestinos e o "outro lado", ou seja, as milícias direitistas do major Saad Haddad e a frente norte de Israel.

Nos mapas turísticos do Líbano é indicado como uma das suas atrações. Nos tempos de paz é-o, com certeza. Ocupa o cume de uma elevação donde se domina uma área imensa com os seus campos cultivados, o rio Litani, e, mais adiante, as montanhas. Actualmente está em ruínas e é um posto estratégico crítico nesta guerra que as Nações Unidas não reconhe-

cem oficialmente mas que existe. E de que maneira!...

O que mais espanta é a resistência dos seus muros aos bombardeamentos. Submetido, dia e noite, a um implacável ataque de canhões de 173 e 203 milímetros permite, mesmo assim, que, dentro dele, funcione, eficazmente, uma base palestina e que esses rudes beduínos em armas mantenham uma fluída comunicação entre as diferentes secções da posição.

"E leve em conta que os obuses que os norte-americanos estão a fornecer aos israelitas e à gente de Haddad são a última palavra em técnica militar", informa o comandante.

AI, SE APERTAM O GATILHO!

Um artilheiro aproxima-se e chama-nos a atenção para um pormenor expressivo.

"Você sabe que a primeira posição que Sarkis (o presidente do Líbano) quer que entreguemos ao exército libanês é o castelo? Imagine essa gente treinada pelos americanos, aqui, ao lado de Israel e das milícias de Haddad."

— E vocês vão entregá-lo?

— Bom, vão falar em Beirute com Abu Amar (Arafat), não vão? Pois perguntam-lhe a ele. Vocês entregariam uma posição destas? — respondem-nos com um sorriso malicioso.

O combatente do posto mais avançado mostra a Beatriz Bissio e a uma jornalista norte-americana da "National Geographic" o panorama que se contempla por cima dos sacos de areia. Comete, então, um pequeno deslize de segurança: deixa que as jornalistas sejam fotografadas com uma "Kalchtnikov" apontando na direção da Palestina (Israel).

Quando o comandante vê a cena diz-nos assombrado: "se essas jornalistas carregarem no gatilho isto transformar-se-á num inferno e quem sabe se não será a terceira guerra mundial".

Para chegarmos ao castelo avançámos desde Saida e Tiro, milenárias cidades a partir das quais os barcos de cedro dos fenícios atingiram os mares do mundo entre 1200 e 570 antes de Cristo. As duas cidades estão esburacadas pela artilharia inimiga e é admirável o espírito da sua gente que

recusa entregar-se ao pânico gerado pela guerra.

A partir de Saida o ambiente é de campo de batalha. Vê-se muito pouca gente mas é fácil adivinhar que ali, atrás daquele pequeno monte ou de um bosque rodeado de hortas, grandes peças de artilharia ocultam os seus canos dos aviões israelitas que não cessam de sobrevoar a região.

No posto avançado antes do castelo, um grupo de combatentes recebe-nos dentro de rigorosas medidas militares. Daqui em diante nada de máquinas fotográficas nem grupos numerosos. Éramos poucos: um brasileiro, uma uruguaia, suecos, norte-americanos. O tradutor era um jovem jordano estudante na Europa, que passava as férias "ajudando os irmãos palestinos".

Em duas etapas o jeep levou-nos ao castelo, sob a tranquilizadora proteção da artilharia palestina. *"Antes vamos beber uma chávena de chá para aquecer um pouco"* (estávamos a zero graus). Foi a única comodidade que vimos naquele posto onde um grupo de combatentes joga a vida a cada momento.

— E se os do "outro lado" resolvem assustar-nos com uns obuses?

— Às vezes fazem-no. Não é gente muito delicada. Mas agora há uma relativa calma na frente. Vocês estão com sorte, mas sigam as instruções.

"MY HOMELAND"

Antes dessa incursão inesquecível passámos todo um dia visitando acampamentos, bases e áreas bombardeadas em redor de Tiro

e na cidade de Nabatieh. Na porta das casas, velhas e simpáticas perguntavam-nos quando voltariam à Palestina enquanto os jovens nos faziam o V da Vitória e nos cantavam canções palestinas que são como que um elo histórico que os une à pátria de seus pais e que eles consideram a sua própria pátria. Ouvimos, permanentemente, "My homeland".

Nabatieh é um caso aparte. Tantas vezes tínhamos ouvido e lido coisas acerca dela que já nos parecia uma velha conhecida. Em geral, os telex apresentam-no-la como o quartel-general e o maior reduto palestino no sul do Líbano. Não é possível sabê-lo mas não há dúvida de que, não apenas os palestinos mas também os libaneses progressistas, são muito poderosos nesta área.

A cidade é uma dessas encantadoras localidades do interior do Líbano já com alguns edifícios para não ocupar o espaço reservado às plantações e que



O controlo impotente das forças da ONU

antes da guerra e da proximidade de Israel vivia em paz. Dos seus 40 000 habitantes só 15 000 ficaram depois dos bombardeamentos que, diariamente, continuam a sistemática destruição da cidade. Israel está a 11 quilómetros e, desde o posto mais avançado até às milícias de Haddad, não vão muito mais que mil metros.

Num enorme buraco feito por um obus estão os restos de um avião inimigo com esta inscrição: "Presente dos norte-americanos aos jovens libaneses e palestinos. A nova civilização nazi: 450 bombas de fragmentação".

Perguntámos ao comandante do sector se ainda havia gente nos campos.

— Aqui somos camponeiros. Plantamos oliveiras e tabaco. Os nossos guerrilheiros dividem o tempo entre as armas e a terra.

— E as escolas?

— Também funcionam. E anotem um dado que, para nós, tem muito significado. Aqui estamos praticamente debaixo das bombas de Israel mas nas escolas, como em todas as escolas palestinas, ensinamos que os judeus são nossos irmãos, que a nossa luta é ideológica e não racial. Quem ocupa a nossa pátria e nos combate é o sionismo. Por isso, combatemos os sionistas e não os judeus.

— Há trabalho político?

— Claro. Os companheiros do Movimento Nacional Libanês mantêm um contacto estreito com a população e realizam actos políticos pelo menos uma vez por semana.

— Quer dizer que os libaneses progressistas também combatem aqui?

— Como em todo o Líbano. Temos um comando unificado que traça as directrizes políticas e militares.

— Há alarme anti-aéreo?

— Um jeep com altifalante percorre as ruas da cidade quando os nossos serviços especializados detectam os primeiros sinais de ataque inimigo.

— Muitas vítimas?

— A população já sabe defender-se. Mas há sempre vítimas. Ontem morreu uma mulher e ficaram feridas várias pessoas.

— Onde tratam os feridos?

— Em casos de emergência, aqui mesmo. Temos um hospital de campanha. 90% dos que dele necessitam são feridos de guerra.

— Conflitos religiosos?

— Não há. Essa história da guerra religiosa é inventada pelo inimigo. Os muçulmanos aqui são a maioria, com 15% de chiitas. Mas todos nos damos bem.

— E com os sírios?

— Agora, muito bem. Quando eles chegaram pen-

savam que os libaneses progressistas e os palestinos eram criminosos. Hoje em dia estão convencidos do contrário.

— Confia na posição militar palestinos-libaneses progressistas?

— Veja. A correlação de forças, actualmente, é boa. Se o governo de Beirute decidir mandar aqui o exército libanês para tentar ocupar as nossas posições isso poderá criar uma situação difícil.

Esta entrevista foi realizada com um homem de voz suave e gestos tranquilos de apenas 38 anos, nascido em Jerusalém, casado e com três filhos que vivem num campo de refugiados em Tiro.

Quando quisemos fotografá-lo; pediu-nos que não o fizéssemos.

— Tenho muitos parentes em Jerusalém e se os sionistas souberem que eu sou o comandante da região vingar-se-iam neles.

O ambiente estava carregado de tons dramáticos. Estávamos num sótão com grandes sacas de areia fortalecendo as paredes semi-destruídas pela artilharia inimiga. Já não havia luz eléctrica ("a central foi atingida pelos bombardeamentos"). No princípio velas e, no fim da entrevista, um candeeiro a petróleo, "um luxo para momentos especiais", comenta para nós um militante.

— Tem alguma mensagem especial para os nossos leitores?

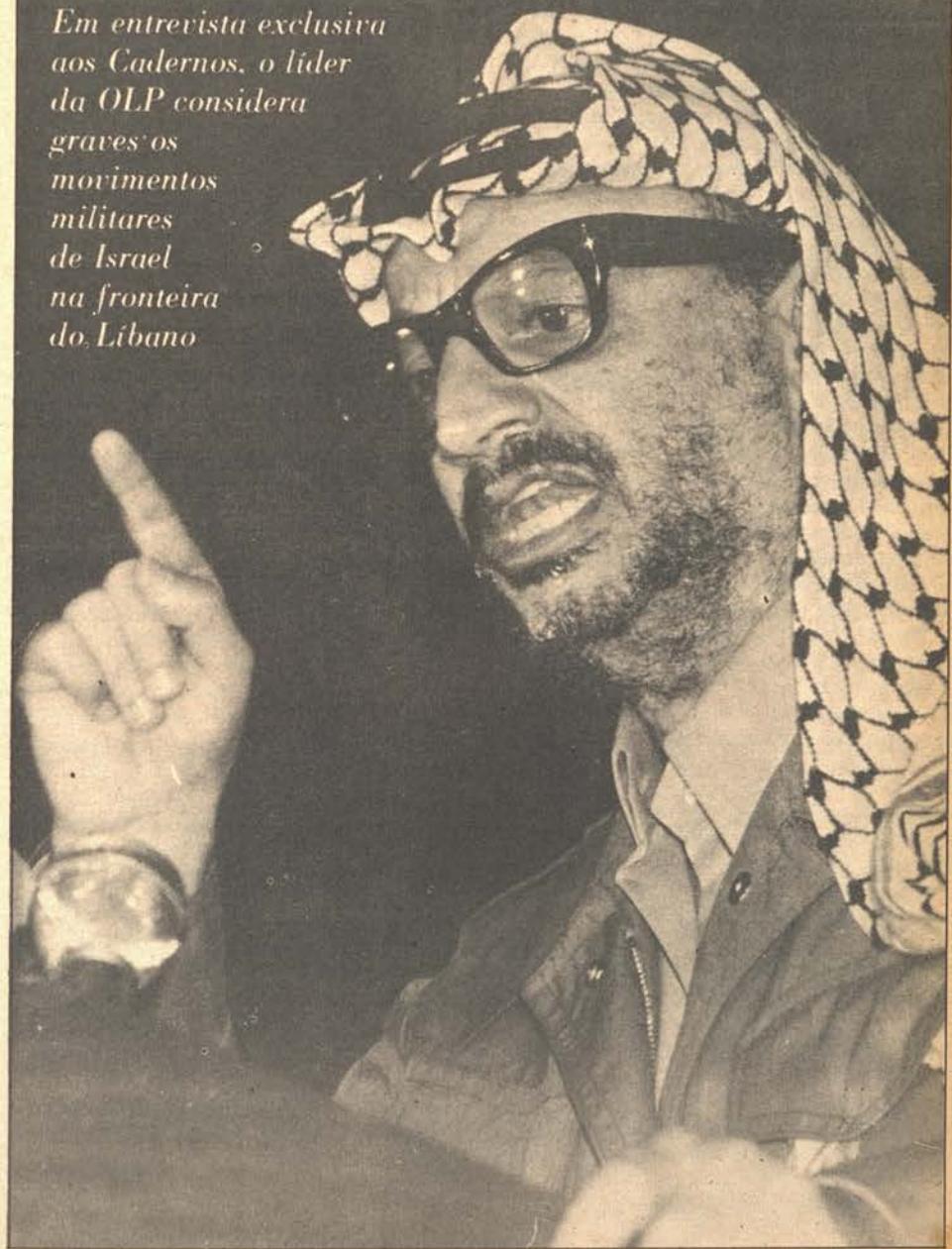
— Que nos ajudem a voltar à nossa Pátria. O que pedimos é um direito elementar que não nos pode ser negado. Aconteça o que acontecer já não deixaremos de lutar por esse direito.



«Centurions» israelitas em território libanês

Arafat: o recrudescimento da guerra

*Em entrevista exclusiva
aos Cadernos, o líder
da OLP considera
graves os
movimentos
militares
de Israel
na fronteira
do Líbano*



Às onze e meia da noite, uma chamada telefónica avisa-nos: "Preparem-se. Estamos aqui em baixo (na recepção do hotel). Partimos dentro de dez minutos para a entrevista com Abu Amar".

A essa hora Beirute está deserta. Parece uma cidade vulgar que dorme. Não há guardas a pedirem a identificação em parte alguma do caminho. Ao chegarmos à área da cidade onde estão situadas as instalações da OLP — nas proximidades da Universidade Árabe de Beirute, fundada por Gamal Abdel Nasser — um miliciano palestino manda-os fazer alto.

No edifício onde Yasser Arafat nos vai receber, os guardas estão bem apetrechados. Em cima, há uma actividade febril. Só há homens ali. A ausência de mulheres dá a essa sede da OLP — com aspecto de quartel-general — um toque muito árabe.

Arafat parece fatigado. "Dormi apenas duas horas nas últimas 48 de intensa actividade no Irão". Com efeito, o presidente da OLP havia sido o convidado principal do governo revolucionário do Irão para as festividades do primeiro aniversário da queda do xá. O ayatollah Khomeini havia-o recebido no seu leito do hospital, numa demonstração especial da sua solidariedade com a luta palestina. As chuvas que na altura do desfile tinham ameaçado arruinar os festejos, haviam afectado Arafat que, além do cansaço, sentia o mal-estar provocado pela febre. Apesar de tudo, os quinze minutos programados para a nossa entrevista prolongaram-se por mais de uma hora, durante a qual o olhar de Abu Amar, como lhe chamam os companheiros, se ia iluminando à medida que ele se apaixonava pelos temas da entrevista.

A sala, dominada por uma mesa de reuniões com todo o aspecto de ter sido utilizada pouco antes, estava enfeitada com um escudo palestino — bordado pelas mulheres da resistência — uma fotografia de Jerusalém, outra de Khomeini e, num dos cantos, um emblema da Frente Sandinista de Libertação Nacional.

O clima de tensão criado no Líbano pelos insistentes ataques da aviação israelita a Beirute e às áreas do sul e o anúncio do governo da Síria de retirar as suas forças da capital dominaram a conversação por constituiram a discussão obrigatória do momento. Todavia, Arafat abordou também o tema do mini-Estado palestino independente que é apresentado, em cer-



tos círculos europeus, como uma solução conjuntural para a crise do Levante e, como seria lógico, referiu-se à visita que havia feito ao Irão poucas horas antes.

O SANGUE VENCEU O AÇO

— O senhor acaba de regressar de Teerão. Os jornais de todo o mundo referiram a sua visita como uma demonstração mais dos crescentes laços de solidariedade entre a revolução iraniana e a resistência palestina...

— São verdadeiros revolucionários. E por isso não lhes está a ser fácil o presente, do mesmo modo que foi elevado o preço que tiveram que pagar pela vitória. Num só dia, caíram cinco mil mártires. E foram inimagináveis os crimes cometidos com a participação de especialistas americanos. Há um ditado que afirma que "o sangue vence o aço". Que significa isso no caso do Irão? Que rios de sangue enfrentaram ali as forças militares.

Nós já esperávamos os problemas que hoje estão a enfrentar. Toda a verdadeira revolução enfrenta problemas temporários. Mas não nos devemos esquecer de que, em menos de um ano, eles alcançaram um grande êxito ao aprovarem a Constituição, bem como agora ao elegerem o primeiro presidente do Irão em dois mil anos. Basta isso para mostrar o que é esta revolução. E em breve terão, também, um Parlamento eleito democraticamente.

— Em que bases assenta a solidariedade irano-palestina?

— Um dos objectivos da revolução do

Irão é apoiar todos os povos oprimidos do mundo. Não apenas os povos muçulmanos mas todos os povos oprimidos. Nesta última visita discutimos esse assunto. O "como", com que métodos e por que caminhos.

— *Como encararam eles a sua sugestão?*

— Não se trata de uma sugestão minha mas sim de uma questão de princípios. Não falámos sobre a decisão em si, que é deles, mas sim sobre os caminhos a seguir. Existe um preceito corânico que fala dos povos oprimidos e eles fazem finca-pé nesse ponto.

EXITOS DIPLOMÁTICOS

— *O senhor efectuou, no ano passado, uma série de viagens, especialmente a países da Europa Ocidental, a que poderíamos chamar uma ofensiva diplomática da OLP em áreas que pareciam ser anteriormente firmes aliadas do Estado de Israel. O que pensa dessa actividade?*

— Tivemos êxito ao sensibilizar muitas pessoas sobre a situação do nosso povo e ao desmascarar a política do regime israelita, as suas agressões contra a nossa gente, a sua verdadeira tarefa: serem instrumento dos monopólios imperialistas e colonialistas na área e ferramenta dos Estados Unidos, guardião dos seus interesses na região. Denunciámos, também, os seus crimes contra os nossos civis, contra as nossas crianças, com o uso das armas mais sofisticadas, incluindo até armas

proibidas como as bombas de fragmentação, bombas plásticas, de napalm e outras cujo nome nem sequer sabemos.

Tivemos de igual modo, êxito ao fazer com que alguns Estados e organizações políticas reconhecessem a OLP como a única representante do povo palestino, com os nossos objectivos de sermos um Estado palestino independente, um país liberto é o regresso à nossa Pátria Palestina de 60 por cento da nossa gente que foi expulsa do território nacional e perseguida pela junta militar israelita.

— *A questão palestina constitui o centro da discussão actual sobre os acordos de Camp David. Como encara a evolução futura de semelhante estratégia para o Médio Oriente?*

— Camp David chegou a um ponto de paralisação. Atingiu um impasse. E não sou eu quem o diz. São alguns círculos europeus e norte-americanos que denunciaram já Camp David como uma conspiração contra o povo palestino. Foi também essa a declaração da VI Cimeira do Movimento Não Alinhado, realizada em Havana, e no mesmo sentido se pronunciou a ONU.

Isso é muito importante. Significa a condenação internacional. Na minha opinião, porém, os norte-americanos, os israelitas e Sadat — reparem bem, não digo os egípcios, digo Sadat — estão a prosseguir nos seus esforços na linha dessa conspiração cujo objectivo é a escravidão para o meu povo. O autogoverno de que se falou em Camp David como solução para o problema palestino, nada é. Não é



Num campo de refugiados no Líbano jovens palestinos recebem treino militar



Manifestação de palestinos em apoio à OLP nas zonas ocupadas por Israel

autodeterminação. É uma auto-administração. De acordo com o projectado autogoverno, não teremos qualquer possibilidade de controlar a nossa terra. Nem sequer poderemos controlar as fontes da água que bebemos. É uma auto-administração exclusivamente para as pessoas. E gostaria de perguntar se existe, no mundo, algum caso de uma aldeia não poder controlar as fontes da água que bebe. Este exemplo é o bastante para mostrar a face real da conspiração.

O MINI-ESTADO

— Qual a posição que assumiriam os países europeus perante a eventualidade da criação de um mini-Estado palestino independente?

— Primeiro do que nada, que fique bem claro que não existe iniciativa alguma para um mini-Estado independente. Aos palestinos, só nos foi oferecida a auto-administração.

É, no entanto, verdade alguns governos europeus terem mencionado o direito do povo palestino a possuir uma Pátria. Nada mais do que isso. Somente slogans e alguns comunicados conjuntos. Conti-

nuam a apoiar os israelitas, os ocupantes da Pátria do meu povo palestino. Apoiam a ocupação da Palestina e mencionam algumas justificações para isso. Estão a dar apoio militar, económico, financeiro, político e diplomático a Israel. Depende do país. Alguns, como os Estados Unidos, concedem-lhes todos esses apoios. Outros apenas alguns.

Começamos a dar-nos conta, é certo, de algumas ligeiras modificações na opinião pública ocidental. Mas nada de decisivo.

— E acha que o mini-Estado seria uma solução viável?

— Não se esqueçam de que eu sou o presidente da OLP e que fui eleito de acordo com um determinado programa...

— Como poderíamos esquecê-lo?

— Bom, tenho que recordar-lhes isso por que um dos pontos importantes do nosso programa, aprovado nas últimas sessões do Congresso Nacional da OLP, estabelece que os palestinos têm direito a estabelecer um Estado independente em qualquer lugar da Palestina do qual os israelitas tenham retirado ou tenha sido libertado. De acordo com essa resolução, estamos a lutar por isso em representação do Congresso Nacional.

A TENSA SITUAÇÃO NO LÍBANO

— Nas últimas semanas, a tensão alcançou, no Líbano, pontos culminantes. Talvez os mais explosivos desde o fim da guerra civil. Em que direção acha o senhor que a situação poderia evoluir? Visitámos há dias Tiro, Saida, Nabatieh e a frente sul. A expectativa era a de um rerudescimento das hostilidades israelitas, o que certamente foi confirmado pelos recentes bombardeamentos de Tiro.

— Estiveram ali? Muito bem. Mas isso nada é em comparação com o que já vivemos aqui.

Os israelitas afirmaram que vão completar a concentração das suas forças na frente norte (de Israel) e fizeram ver que essa medida militar era dirigida, em primeiro lugar, contra a OLP e, em segundo, contra os sírios.

Mais tarde, algumas autoridades militares, como o ministro da Defesa, Ezer Weizmann, e o chefe do serviço secreto israelita, a NUSAT, declararam que iam perseguir os palestinos, inclusive com operações especiais. Houve, recentemente, declarações importantes no sentido de que algumas brigadas militares com unidades de pára-quedistas estavam a preparar-se para ataques contra alvos civis, o que é bastante grave. O general declarou também que interviriam para proteger os cristãos no norte do Líbano e no sul do país. Que significa isso? A questão não é a favor nem contra os cristãos. Não devemos esquecer que os israelitas participaram com as Fálangas numa operação muito sordida em que mataram o filho do ex-presidente Frangié e toda a sua família, não tendo deixado corpo algum com vida na área. E todas as vítimas eram cristãos!

Weizmann diz, apesar de tudo, que "as nossas forças no norte (de Israel) encontram-se em estado de completo alerta". Tenho aqui, nas minhas mãos, uma informação de alto nível israelita sobre a situação no sul do Líbano. Fala no armamento palestino. Trata-se de uma declaração muito importante porque foi feita no Parlamento (Knesset) perante o Comité de Segurança e Relações Exteriores. Este Comité só se reúne em situações de emergência.

— Esperam novos acontecimentos graves num futuro próximo?

— Esperamos novas agressões. Li algumas informações dos serviços secretos israelitas sobre a situação na sua frente norte. Falam nos preparativos das forças sírias e das nossas. Trata-se, no entanto, de uma manobra para encobrir os seus movimentos. Estamos sempre preparados quando eles declaram os seus alertas.

— Acha que as operações que tiveram lugar ultimamente, os recentes incidentes de Beirute, estão vinculados a essa ofensiva global?

— Sim, definitivamente. Constituem uma parte dessa ofensiva. Estão a falar abertamente de uma coordenação com as falanges em Beirute e no norte do Líbano. Já têm até alguns especialistas aqui, no chamado SKS, o departamento de segurança das falanges.

Beguin declarou abertamente que havia oferecido dinheiro, mais de mil milhões de libras — além de apoio militar, armas, tanques e artilharia — às falanges e às forças reacionárias em geral.

— O anúncio da retirada das forças sírias estaria, também, vinculado a essa ofensiva?

— O que os sírios estão a fazer não é retirar mas sim reagrupar as suas Forças Armadas em face dos planos agressivos de Israel. Não podem deixar o seu exército a cumprir missões de polícia quando se esperam ataques em grande escala.



«Temos por nosso lado a determinação...»

TRABALHAR COM TODAS AS PROBABILIDADES

— *E está a OLP a empreender qualquer tipo de iniciativas, a planejar qualquer ofensiva diplomática, para fazer face à situação?*

— Sim. Já informei as Nações Unidas, o Conselho de Segurança e o Dr. Waldeheim pessoalmente.

— *E a outros níveis?*

— Enviámos informações para a Liga Árabe, para o Gabinete de Coordenação dos Não Alinhados e para a Conferência Islâmica. E, de igual modo, para os nossos aliados e amigos.

— *Entre os quais a União Soviética?*

— Naturalmente. Avistei-me pessoalmente com o embaixador da URSS e transmíti-lhe os nossos pontos de vista.

— *Pensa que um ataque no momento presente possa desencadear um conflito mais global no Médio Oriente?*

— No nosso quartel-general temos de pôr na mesa todas as hipóteses. Temos de trabalhar com todas as probabilidades.

— *Acha que os norte-americanos esta-*

riam interessados numa explosão generalizada no Médio Oriente?

— Napoleão disse certa vez que é extremamente difícil combater ou enfrentar um general estúpido, porque não se sabe como poderá reagir, nem onde, nem quando. E, em minha opinião, eles são estúpidos.

FORÇAS DESIGUAIS

— *Como encara o equilíbrio de forças, perante essa perspectiva, entre os israelitas e a resistência palestina?*

— Como é óbvio, em todas as confrontações que tivemos com os israelitas houve sempre uma disparidade de forças.

Não há comparação possível. Recordo-me de que, no ano passado, numa intervenção no Parlamento israelita, Ezer Weizmann declarou, dirigindo-se a nós: "Os palestinos têm de convencer-se de que dispomos de mais artilharia do que eles." Não há comparação possível. Eles têm milhares de bocas de artilharia, nós temos apenas dezenas. De qualquer maneira, estamos a fazer-lhes frente. Temos por nós a determinação.

Um líder norte-americano no Vietname pediu, certa vez, à Administração de Washington, que lhe fornecesse três mil aviões de vários tipos: Phantom, helicópteros e B-52. Segundo disse, logo que recebesse todos esses aeroplanos, estaria em condições de vencer os vietnamitas. E quais foram os resultados? Foi o embaixador norte-americano, em Saigão, ver-se obrigado a fugir num desses aviões...

— *Fizemos-lhe exactamente essa pergunta por notarmos que está cansado, embora não tenso nem preocupado.*

— Podem estar tranquilos. Nós sabemos que o balanço das forças militares está do lado deles. O caso é que nós não estamos a enfrentar Israel, estamos a enfrentar os Estados Unidos. Estamos a enfrentar o Ocidente que apoia e arma Israel.

— Todavia, como disse já, a questão não está nas armas mas sim na determinação de vencer. E nós temos essa determinação. De modo que estou certo de que, mais tarde ou mais cedo, havemos de alcançar a nossa vitória.

Não estamos preocupados com o tempo porque estamos do lado da História. Eles estão contra. E a História nunca mente.

Forças israelitas: altamente treinadas, sofisticação de armamento



IRÃO

secretos

Os documentos da embaixada

As photocópias que publicamos nas nossas páginas fazem parte de uma coleção de documentos que estão em poder dos estudantes iranianos que ocupam a embaixada norte-americana em Teerão. Serão utilizados como provas perante um tribunal internacional que venha eventualmente a formar-se para julgar os crimes do ex-xá e a cumplicidade do governo dos Estados Unidos.

A serem autênticos, bastariam para provar que a sede diplomática actualmente ocupada era "um ninho de víboras" como afirmam os estudantes. Demonstraríam ainda que a protecção dada por Washington a Reza Pahlevi, desde que a CIA lhe restituíu o trono, em 1954, não foi interrompida com a queda deste, em 11 de Fevereiro de 1979, apesar do reconhecimento do governo revolucionário pelos EUA, praticando este país uma clara ingerência nos assuntos internos do Irão.

O primeiro documento, enviado de Teerão para o Departamento de Estado trata, precisamente, da protecção diplomática da embaixada aos agentes secretos. O segundo, datado de Julho de 1979, demonstra que pelo menos a partir dessa data, Washington conhece a intenção do ex-xá de radicar nos Estados Unidos e quer averiguar as implicações de tal atitude, mostrando ao mesmo tempo uma clara simpatia pela

LE RUEUR/NS #8223 221 **
NY 55555 T25
F 010227Z AGO 79
FM AMEMBASSY TEHRAN
TO SECRETARY OF STATE
SUBJ: ASSIGNMENTS
DATE: 11 AUG 1979
ROGER CHANNEL
LIC: SECRET FILE
TADS: FILE
SUSI: SRF ASSIGNMENTS
SPP: STATE 80010 AND 80020
1. C - ENTIRE SFT
2. I CONCURE IN ASSIGNMENTS "ALLEGED RALF AND WILLIAM DAUGHERTY AS DESCRIBED REPORTS.
3. WITH OPPORTUNITY AVAILABLE TO US IN THE SENSE THAT WE ARE STARTING FROM A CLEAN SLATE IN SRF COVERAGE AT THIS MISSION, BUT WITH REGARD ALSO FOR THE GREAT SENSITIVITY LOCALLY TO ANY HINT OF CIA ACTIVITY, IT IS OF THE HIGHEST IMPORTANCE THAT COVER BE THE SFTS WE CAN COME UP WITH. SINCE THERE IS NO QUESTION AS TO THE NEED FOR SECOND AND THIRD SECRETARY TITLES FOR THESE TWO OFFICERS, WE MAY HAVE
4. I BELIEVE COULD ARRANGEMENTS IN TERMS OF ASSIGNMENTS WHICH I BELIEVE ARE APPROPRIATE TO PASSIVE OVERALL STAFFING PATTERN. WE SHOULD FURTHER FOLD TO THE PRESENT TOTAL OF FOUR SRF OFFICER ASSIGNMENTS FOR THE FORESEEABLE FUTURE, KEEPING SUPPORTING STAFF AS SPARSE AS POSSIBLE AS WELL.
5. WE ARE WAITING REPORT TO LIMAIS KNOWLEDGE WHICH THE SFTS OF ALL SRF ASSIGNMENTS THAT REPORT APPERTAIN, ESPECIALLY TO LASTFRONT, PERTAINING TO THE PROGRAM OF WHICH IF IS A VINDICATION AND ABOUT WHICH I HAVE BEEN INFORMED.
6. I SUPPOSE I NEED NOT MIND THE DEPARTMENT THAT THE OLD AND APPARENTLY INEVITABLE PROBLEM OF A DESIGNATION FOR SRF OFFICERS WILL INITIALLY COMPLICATE AND TO SOME DEGREE WEAKEN OUR COVEN EFFORTS LOCALLY, NO MATTER HOW MUCH WORK AT IT. LIMAIS
ST
#8223
NNNN
SECRET

TERAN 8223

ideia. A cópia que publicamos, não é o documento original mas é uma transcrição exacta — até nos erros de máquina — do autêntico, feita pelos ocupantes da embaixada.

O terceiro — que como o primeiro, é uma fotocópia do original —, parece ser uma segunda resposta da embaixada de Teerão ao assunto tratado no documento anterior. Desde que os acontecimentos se precipitaram no Irão que se previam reacções neste país à presença do xá nos Estados

Unidos apesar das tão justificativas "razões humanitárias".

Não nos parece necessário acrescentar mais nada, já que os documentos falam por si.

A MELHOR PROTECÇÃO

SECRETO

9 de Agosto de 1979 (1)

De: Embaixada dos Estados Unidos, Teerão

Para: Secretário de Estado, Washington, D.C.

Assunto: Designação de SRF⁽²⁾

1. Texto completo

2. Concordo com a designação de Malcolm Kalp e William Daugherty...

3. Com esta oportunidade que se nos apresenta de começarmos esta missão de segurança SRF com uma lista limpa, mas olhando à grande sensibilidade local a qualquer alusão às actividades da CIA, é da máxima importância que a protecção seja a melhor que nos for possível. Por essa razão, não há dúvidas quanto à necessidade de estes terem os títulos de segundo e terceiro secretários⁽³⁾. Somos obrigados a isso.

4. Creio que os sistema de segurança, no que se refere às designações dentro da embaixada, se ajustam ao actual padrão de pessoal. No entanto, deveríamos, num futuro previsí-

vel, manter quatro oficiais SRF, assim como ter o menor número possível de pessoal de apoio, até vermos como as coisas correm por aqui.

5. Esforçamo-nos por limitar o conhecimento das designações dentro da embaixada; esse esforço faz-se muito especialmente no caso de Daugherty, de acordo com o novo programa de que ele é um produto e acerca do qual foi informado.

6. Suponho não ser necessário recordar a esse Departamento que o velho problema, aparentemente insolúvel, das designações para oficiais SRF complicará inevitavelmente e irá, até certo ponto, enfraquecer os nossos trabalhos de cobertura locais, por mais esforços que façamos. Laingen Secreto

II. O PEDIDO DO XÁ

25 de Julho de 1979⁽¹⁾
De: Secretário de Estado,
Washington, D.C.
Para: Embaixada em Teerão

SECRETO
NODIS/CHEROKEE. SÓ
PODE SER VISTO PELO
ENCARREGADO LAIN-
GEN

Assunto: O desejo do xá
em residir nos Estados Unidos

I. Estamos de novo a considerar a resposta a dar ao pedido repetidamente feito pelo xá, através de diversos canais, para fixar residência, com a xabano⁽²⁾ e a família, nos Estados Unidos (pode permanecer no México pelo menos até

Outubro). Gostaria de saber a sua opinião pessoal e privada sobre o efeito que tal medida poderá vir a ter sobre os norte-americanos no Irão (especialmente os funcionários norte-americanos da embaixada) assim como nas nossas relações com o governo do Irão.

II. Poderia a sua resposta ser diferente se (a) o xá renunciasse ao seu direito e aos dos seus herdeiros ao trono ou (b) se ele concordasse em não exercer quaisquer actividades políticas e fizesse essa confirmação publicamente.

III. Compreendemos muito bem que a chave para minimizar o impacto da aceitação do xá está na prontidão e capacidade de Bazargan⁽³⁾ e do governo para controlar as forças de

(1) Do cabeçalho traduzimos apenas as expressões cuja interpretação não deixa lugar a dúvidas, ainda que, obviamente, cada número e código deva ter um significado preciso. A data que aparece na terceira linha como AUG 79 e à direita nessa mesma linha como 8/9 (segundo uso norte-americano designa-se o mês em primeiro lugar) repete-se mais abaixo como 8/9/79. O que certamente é um erro de máquina em relação ao ano. A palavra "secreto" aparece quatro vezes no documento e há as instruções arquivar (file) e mostrar a Tom A. ("Show to Tom A") escritas à mão.

(2) Na terminologia do Departamento de Estado é frequente os agentes da CIA que actuam com cobertura diplomática, terem a categoria "S" (Foreign Service Officer) ou "R" (Foreign Service Reserve Officer), mas não conseguimos encontrar, nos últimos trabalhos publicados sobre a CIA, antecedentes da expressão "SRF".

(3) Da embaixada norte-americana em Teerão, obviamente.

segurança que protegem a nossa gente e as nossas famílias nesta situação.

Como este assunto está a ser tratado muito discretamente em Washington, agradecia que não compartilhasse esta mensagem com nenhum membro do seu pessoal. Por favor envie a sua resposta Nodis/Cherokee, para o secretário. Cumprimentos.
S. Vance⁽⁴⁾

(1) Esta data aparece na quinta linha do cabeçalho como "JUL 79" e mais abaixo 7/25/79

(2) Refere-se provavelmente à ex-imperatriz Farah Dibah

(3) Mehdi Bazargan era, nessa altura, primeiro-ministro iraniano

(4) A assinatura é, obviamente, de Cyrus Vance, secretário (S.) de Estado.

III. "RAZÕES HUMANITÁRIAS"

SECRET/NODIS CHE-
ROKEE

30 de Setembro de 1979
De: Embaixada dos Estados Unidos, Teerão

Para: Secretário de Estado, Washington, D.C.

Assunto: xá do Irã

1. (Texto completo)

2. Não posso dizer que tenha havido ainda qualquer mudança significativa nas reacções oficiais e públicas à cerca da ida do xá para os Estados Unidos depois do parecer que lhe dei em fins de(1) Julho (Terror 7930). O cronograma constitucional foi diferido e parece improvável que se instale um novo governo antes do fim do ano. As nossas relações estão a melhorar, embora lentamente, mas ainda não são de molde a permitir enfrentar ade-

quadamente o impacto que produziria a ida do xá para os Estados Unidos.

3. Entretanto, os clérigos estão a ganhar terreno e receio que a atmosfera venha a agudizar-se no que se refere a qualquer gesto da nossa parte em relação ao xá. Isto ficou bem claro na semana passada, com as vigorosas declarações de Khomeini na entrevista que deu a Oriana Fallaci e na qual denunciou o xá como um traidor que deveria voltar ao Irão e ser julgado publicamente pelos cinqüenta anos de crimes contra o povo iraniano.

4. Dado o clima que aqui se vive e ao género de atitudes públicas em relação ao xá, tomadas por aqueles que controlam ou influenciam a opinião pública, duvido que o facto do xá estar doente tenha um efeito positivo nas reac-

ções locais. Provavelmente, o que tornaria a nossa posição mais defensável seria admitir recebê-lo por razões comprovadamente humanitárias.

5. Dizendo isto, é como diz, dá máxima importância falarmos antecipadamente e de um modo calmo, com o governo do Irão, se temos a intenção de aceitá-lo, mesmo que por um período curto. No caso de tomarmos tal atitude e se o assunto é urgente, a melhor maneira de obter alguma cooperação de (ilegível) seria o secretário(2) levantar o assunto ao Yazdi(3) quando se encontrar com ele em 3 de Outubro. Laingen

(1) Refere-se, provavelmente, à resposta do telegrama que transcrevemos anteriormente.

(2) de Estado, obviamente.

(3) Ibrahim Yazdhi, então ministro iraniano dos Negócios Estrangeiros.

L. WE ARE AGAIN CONSIDERING HOW TO RESPOND TO THE IRAN'S CONTINUING QUEST TO USE THROUGH VARIOUS CHANNELS REGARDING ESTABLISHING RESIDENCE FOR KHOMEINI, THE SHAHANSHAH, AND HIS FAMILY IN THE U.S. (HE CAN REMAIN IN MEXICO AT LEAST THROUGH OCTOBER). I WOULD LIKE TO HAVE YOUR PERSONAL ASSESSMENT EVALUATION OF THE EXPERTISE OF SUCH A MOVE (AMERICAN IN IRAN (ESPECIALLY VERY OFFICIAL AMERICANS IN THE COMPOUND) AS WELL AS ON OUR RELATIONS WITH THE GOVERNMENT OF IRAN.

IL. WOULD YOUR ATTORNEY TO THE QUESTION PERTAINING TO PIA LINE REQUESTED IN (A), THAT
SHE RECOMMENDED HIS CLAIM AND WHAT OF HIS NEEDS TO THE INSURER, OR (B) THAT SHE
REFUSED TO PUBLISH POLITICAL ACTIVITY OF ANY KIND AND THAT THIS BE CONFIRMED
SPECIFICALLY.

III. WE CLEARLY UNDERSTAND THAT THE QUESTION REFERRED TO IDENTIFICATION OF THE
HEAVY'S ASSISTANT WOULD BE IN BALKANS AND THE GOVERNMENT'S WILDERNESS
AND ABILITY IN HIGH SITUATION TO CONFIRM THE SECURITY FORCES GUARDED ONE
SUCH HIGH QUESTION IS BEING VERY CLOSELY HELD IN BALKANS. I WOULD APPRECIATE
YOUR HOLDING THEM IN REARDBE WITH ANYTHING HEAVY OF THIS STUFF. PLEASE SEND YOUR
ANSWER AS SOON AS POSSIBLE.

L. TADS

1. (5-EVITE THIS.)
2. I CANNOT SUGGEST THAT THERE HAS BEEN ANY SIGNIFICANT CHANGE AS YET IN THE KIND OF OFFICIAL AND PUBLIC REACTION TO THE VARIOUS TREATIES THE UNITED STATES HAS MADE WITH ASIAN COUNTRIES SINCE THE END OF THE COLD WAR (1990).
CONSTITUTIONAL SIMILARITIES HELPED AND A NEW GOVERNMENT IS NOT OBLIGED TO BE RESTABLISHED BEFORE THE END OF THIS TERM. ONE'S OWN RELIGIOSITY IS IMPROVING

3. MAINTAIN THE CLERICS WHO ARE IN THE SUSPENSE, AND I FEAR ONGENES THE POLITICAL INVESTIGATION AS IT HAS ANYTHING TO DO WITH TOWARD THE SHAH. THAT WAS ILLUSORY. THIS PAST WEEK IN THE VENICE TOUCH REPORTERS BY EACHING HIM CONCERNING THE TALK IN THE REPORTED INTERVIEW WITH OMAR FALUJI, IN WHICH HE DENOUNCED THE SHAH. THAT TALK MUST BE RETURNED TO IRAN AND THE TALK FOR FIFTY YEARS OF CRIMES AGAINST THE IRANIAN PEOPLE.

4. GIVEN THAT KIND OF ATROPHIE AND THE KIND OF
CIVILIAN POSITIONING ABOUT THE SHAB IN TONIGHT'S FWD CONTROL OR
DISCUSSION FOLLOWING OPINION SURVY, I DON'T THINK THE SHAB
ITSELF WILL HAVE MUCH AMPLIFYING EFFECT ON THE
CIVILIAN POSITION. I DON'T THINK THE CIVILIANS ON THE
CIVILIAN POSITION MORE THAN HIGHLIGHT IT. IF THEY WERE SKIN TO ADMIT
THIS WOULD SIGNIFICANTLY HUMANITARIAN CONSIDERATIONS.

5. TELLING SWING SAID, IT IS AS YOU INDICATE OF UPMOST
IMPORTANCE THAT WE TALK ONLY WITH THE GOVERNMENT OF
IRAN IN CHARGE IF WE INTEND TO ACT IN THE NAME OF
THEIR PEOPLE. I TALKED WITH THE IRANIAN GOVERNMENT
IN THE LATE 1970'S. I DON'T KNOW IF THEY ARE IN CHARGE.

STERLING SOME COOPERATION FROM THE 14001 WOULD BE FOR THE SECRETARY TO RAISE IT WITH VANCE V. C MC SEES HIM ON 6/20/68. LAINSEN



Foi Washington que negociou o regresso de Palhevi ao Egito de Sadate

REFÉNS POR ARQUIVOS?

Philip Agee, o já conhecido ex-agente da CIA que se dedica actualmente a denunciar o papel repressivo dessa e outras organizações secretas de espionagem em todo o mundo, tem uma proposta original para a libe-

bertação dos reis norte-americanos em Teerão: trocá-los pelos arquivos da CIA sobre o Irão.

Estes arquivos contêm uma extensa documentação sobre as actividades da agência neste país desde 1950, particularmente sobre o golpe orquestrado

por essa organização americana que derrubou o nacionalista Mossadegh para repor Reza Pahlevi no trono do pavão real. Os arquivos mostrariam também a longa e sordida história da assistência norte-americana ao odiado monarca que os estudantes quiseram provar com a ocupação da embaixada.

A única resposta da administração Carter às denúncias de Agee que vive actualmente em Hamburgo, foi retirar-lhe o passaporte, medida frequente durante o mcartismo mas que há muitos anos não era tomada contra cidadãos norte-americanos.

“É apenas mais um esforço entre os que têm vindo a fazer há oito anos para me silenciar”, comentou Agee, voltando a sugerir que a solução que ele propõe “poderia levar à libertação imediata dos reféns”.

Lê — Assina — Divulga

FAROL DAS ILHAS

(Quinzenário)

A voz democrática das Regiões Autónomas

Assinatura anual 200\$00
Sede: Rua Mãe de Água, 13-2.º Fte.
1200 Lisboa

O Vietname por dentro

Gabriel Garcia Marquez



Durante quase um mês, entre Julho e Agosto últimos, Gabriel Garcia Marquez percorreu o interior do Vietname a fim de conhecer a verdade sobre o caso dos refugiados



O medicamento mais caro no Vietname, no inicio de Agosto, eram as pastilhas contra o enjoo. Há várias semanas que estavam esgotadas nas farmácias, onde antes custava pouco mais de um dólar cada frasco de 12 pastilhas e voltaram a aparecer no mercado negro a cinco dólares cada um. Todavia, não era este o requisito mais caro nem o mais difícil para se fugir do Vietname em barcos ilegais. Na cidade de Ho Chi Minh — a antiga Saigão — todo aquele que queria ir-se embora podia fazê-lo quando quisesse, se tivesse dinheiro suficiente para pagar o preço e estivesse disposto a assumir os enormes riscos da aventura.

O mais fácil era o contacto com os traficantes. Nos caminhos altos do mercado público do imenso e colorido bairro de Cholon, onde se podia comprar com moeda forte qualquer coisa do Mundo, a única que se conseguia grátis era a informação sobre barcos clandestinos. O pagamento tinha de ser feito adiantadamente, em ouro puro e com tarifas variáveis consoante a idade. Dos 6 aos 16 anos pagava-se, para iniciar os trâmites, 3,5 onças de ouro, que custavam uns 1500 dólares ao câmbio oficial. Dos 19 aos 99 anos pagavam-se 6 onças de ouro, ou seja, 10 vezes mais do que ganhava, num mês, um vice-ministro vietnamita. A isto tinha que se juntar o suborno aos funcionários venais que davam salvo-condutos ilegais para viajar dentro do país: 5 onças de ouro. De modo que o preço total para cada adulto era de 2000 a 3000 dólares. As crianças menores de 5 anos, assim como

os técnicos e os cientistas, que eram indispensáveis para o renascimento de um país devastado por 30 anos de guerra, não tinham de pagar nada. Mais ainda: agentes de viagem ilegais visitavam as casas dos médicos mais eminentes, dos engenheiros e dos professores, e ainda dos artesãos mais válidos, e ofereciam-lhes grátis e servida de bandeja a oportunidade de fugir do país para que este ficasse sem recursos humanos.

Não dava muito trabalho convencê-los. As condições na cidade de Ho Chi Minh, como em todo o Sul do país reunificado, eram dramáticas e sem perspectivas imediatas. A população de origem chinesa, que passava do milhão, estava à beira do pânico devido à ameaça de uma nova guerra com a China. Os cúmplices do antigo regime que não puderam escapar a tempo, e a burguesia despojada dos seus privilégios pela mudança social, nada mais pretendiam do que escapar a qualquer preço. Uma multidão de desempregados deambulava pelas ruas. Somente os que tinham uma consciência política forte que não eram muitos numa cidade pervertida pelos longos anos de ocupação norte-americana, estavam dispostos a ficar. O resto, a imensa maioria, tinha-se ido embora de qualquer maneira sem perguntar sequer qual seria o seu destino.

ORGANIZAÇÃO E AJUDA DE FORA

Um êxodo com esta dimensão não teria sido possível sem uma grande organização com contactos no

exterior. E, por certo, sem a cumplicidade de funcionários oficiais. Ambas as coisas eram fáceis no Sul, onde o braço do poder popular tinha apenas recursos para impedir outros males piores. As pessoas com melhor formação política e profissional, tinham sido assassinadas de uma forma sistemática pelo regime anterior, no decurso da chamada Operação Fénix, e o Norte não estava em condições de preencher esse imenso vazio humano.

Até onde se pode estabelecer, o tráfico de fugitivos era feito no início por cinco grandes empresas, estabelecidas nos portos de pescadores do extremo meridional, e no delta do Mekong, onde o controlo policial era mais difícil. Os intermediários que tinham feito os contactos prévios encaminhavam os seus clientes até aos locais de embarque. Providos de salvo-condutos falsos, muitos não tinham mais bagagem do que as suas roupas e as pílulas contra o enjoo, mas a maioria levava consigo o património familiar concentrado em barras de ouro e pedras preciosas. A viagem até aos portos clandestinos era longa e azarenta, sobretudo para as crianças, e não havia nenhuma garantia de êxito, dado que podia ser frustrada por uma patrulha militar mais diligente, como por um bando de salteadores de estradas.

Em geral, os barcos eram pesqueiros maltratados, com não mais de 25 metros, tripulados por fugitivos inexperientes. A sua capacidade máxima era de 100 pessoas, mas os traficantes metiam à força, como sardinhas em lata, até

mais de 300. Segundo as estatísticas, a maioria eram crianças menores de 12 anos. Muitos tiveram a sorte de iludir as patrulhas navais, os maus humores do mar e ainda os imprevistos tufoes, mas nenhum logrou escapar aos assaltos sucessivos dos piratas do mar da China. Piratas malaios e tailandeses, como nas novelas de Emilio Salgari. Calculou-se que cada barco furtivo sofreu, em média, quatro assaltos antes de chegar ao seu porto de destino. Na primeira vez saqueavam o ouro e todas as coisas de valor, violavam as mulheres jovens e atiravam pela borda quem tentasse defender-se. Nos assaltos seguintes, quando já não encontravam nada que roubar, os piratas pareciam inspirados pelo prazer puro da violência. Tanto, que em Hong Kong não se desfazia a ideia de que aqueles bandos de selvagens tinham sido inventados pelos governos da Malásia e da Tai-

lândia, e não só merecia a atenção humanitária que se lhe estava dando no mundo inteiro, como muito mais. Mas a exploração promovida pelos Estados Unidos tinha confundido a natureza do problema e havia tornado impossível uma solução correcta.

Os êxodos maciços do sudeste asiático são já lendários. Mas somente os do Vietname no século presente foram aproveitados com fins de propaganda política. O primeiro foi em 1954, quando quase um milhão de católicos do Norte seguiram os franceses até ao Sul, depois da divisão do país pelos acordos de Genebra. Falava-se então de perseguição religiosa com tanto escândalo e com tão má intenção como agora se fala de perseguição racial. Os vietnamitas cujo poder de guerra é também lendário, não tiveram em troca uma capacidade de réplica eficaz contra a propaganda adversa. O êxodo actual começou em Março de 1975, quando as tropas dos Estados Unidos evacuaram o país, e deixaram sem amparo a imensa maioria dos seus cúmplices locais, apesar de haverem prometido levar sob o seu manto protector quase 250 000. Uma multidão de antigos oficiais do exército e da

policia do Sul, de espiões e torturadores conhecidos, assim como os assassinos a bordo da Operação Fénix, fugiram do país como melhor puderam.

CHOLON, MERCADO DE PRAZER PROIBIDO

Contudo, o problema mais grave que o Vietname encontrou depois da libertação, não foi o dos crimes de guerra, mas o da burguesia do Sul, que era quase toda de origem chinesa. Esta dupla condição de burgueses e chineses facilitou aos inimigos do Vietname a distorção maliciosa de uma realidade que, na essência, era um problema de classe, e não um problema racial.

Muitos desses ricos comerciantes conseguiram escapar com as suas fortunas na desordem dos primeiros dias. Mas a maioria ficou no seu bairro tradicional, em Cholon, aumentando as



Monumento às vítimas dos bombardeamentos norte-americanos no bairro de Khan Thien, em Hanoi

suas riquezas com a especulação das coisas de primeira necessidade. Cholon significa Mercado Grande na língua vietnamita, e não por casualidade. Ali se estabeleceu o monopólio do ouro, dos diamantes e das divisas, e fez-se desaparecer toda a mercadoria importada que os ianques tinham deixado na fuga precipitada.

Dali se enviavam agentes aos campos para rematar colheitas inteiras de arroz, e comprar a dinheiro a carne de toda uma província, e todos os legumes e o pescado do país, que logo apreciam a preços de diamante no mercado negro. Entretanto, o resto dos vietnamitas sofreram um racionamento drástico; no subúrbio chinês podiam-se obter, três vezes mais caras do que em Nova Iorque, todas as imundícies da vida fácil que sustentavam durante a guerra o paraíso artificial de Saigão. Era uma ilha capitalista no meio do país mais austero da Terra, com toda a espécie de extravagâncias nocturnas para distração dos seus próprios donos. Havia casas de jogo, fumatórios de ópio, bordéis secretos, quando já tudo isso estava proibido, e restaurantes de delírio onde serviam pratos tão esquisitos como orelhas de urso com orquídeas e bexigas de tubarão em molho de hortelã-pimenta. Em Março de 1978, quando o governo resolveu pôr termo a esse absurdo, quase todo o ouro e as divisas do país estavam escondidos no bairro babilónico de Cholon.

Foi uma acção fulminante. Numa só noite, o exército e a polícia desmantelaram aquele enorme aparato de especulação, e o estado



30 de Abril de 1975, o júbilo da Libertação nas ruas da cidade de Saigão, então rebaptizada com o nome de Ho-Chi-Minh

encarregou-se do comércio alimentício. Não se moveu nenhuma acção judicial contra os açambarcadores, mas o governo pagou-lhes as mercadorias a preços normais, e obrigou-os a investir o dinheiro em negócios legítimos. Apesar disso, muitos preferiam ir-se embora. Até então, a média de fugas ilegais tinha sido de umas 5000 pessoas por mês, e entre elas havia tanto vietnamitas como chineses. Depois da nacionalização do comércio privado, a média mensal de fugas começou a subir, ao mesmo tempo que aumentava a proporção de chineses nos barcos fugitivos. Em finais de 1978, fugiram 20 000. Por último, a guerra com a China, em Fevereiro de 1979 acabou de romper os diques, e a ânsia de partir converteu-se numa onda de pânico.

O ISOLAMENTO DOS HOA

A propaganda contra o Vietname disse que se tratou de uma represália contra os Hoa, que é o nome vietnamita dos residentes de origem chinesa. A verdade é outra. Do milhão e meio de Hoa que viviam no Vietname durante a guerra,

mais de um milhão estavam recolhidos no seu reduto de Cholon, e o resto eram pescadores, cultivadores de arroz e operários mineiros e viviam nas regiões próximas da fronteira chinesa. Era uma corrente migratória que começou há mais de dois mil anos e tinha sobrevivido a todo o tipo de calamidades, de forma que a maioria dos Hoa eram já vietnamitas, com todos os direitos e deveres. Três foram há pouco eleitos para a Assembleia Nacional, cinco para os Conselhos Municipais populares e trinta para os Conselhos de Bairro. No Norte, 3000 continuavam a ser empregados do Estado, e mais de 100 a alto nível. Ngi Doan, o presidente da câmara de Cholon, é um Hoa da terceira geração.

Sempre loquaz e sorridente, Ngi Doan assegurou-me, e mostrou-me provas escritas, que o pânico da sua comunidade foi provocado pela propaganda chinesa. Essa propaganda divulgada sob a forma de rumores e folhas clandestinas, colocava aos Hoa um dilema sem solução: ou se punham do lado da China, e neste caso corriam o risco de uma represália vietnamita, ou então punham-se do lado do Vietname, e nesse

caso corriam o risco de represálias da China, se esta ganhasse a guerra. Para a consciência dos Hoa não era um assunto fácil. Confúcio tinha dito aos seus antepassados: todo o que tenha sangue chinês, em qualquer parte do Mundo, continuará a sê-lo. Mas as leis do Vietname não tinham sido feitas por Confúcio. De modo que muitos Hoa não sabiam ao certo de que lado estavam.

Um problema mais grave surgiu na fronteira. Os vietnamitas asseguravam que 160 000 residentes chineses dessa zona se haviam passado para a China antes da invasão, e muitos se infiltraram de novo no Vietname como informadores do seu país de origem. Convencidos de que todo o Hoa era um espião potencial, os vietnamitas concentraram-nos longe da fronteira. Terminado o conflito fizeram-nos decidir entre adoptar a nacionalidade vietnamita de um modo formal, radicar-se longe da fronteira ou abandonar o país. Na mesma altura, o Vietname chegou a um acordo com o Alto Comissariado da ONU, mediante o qual se regulamentaram as saídas legais. Apesar do que se dizia no exterior, o custo dos trâmites de saída era apenas de 16 dólares. Mas em troca — como condição da ONU — requeria-se um visto de residência no lugar de destino. Foi uma solução burocrática para um assunto de urgência: as solicitações acumulavam-se sem esperanças e a fuga ilegal acabava por ser a única possível.

O pânico estimulou o tráfico humano. O negócio artesanal converteu-se numa empresa fácil, na qual

participavam companhias de navegação de grandes dimensões. Por seu lado, os marinheiros dos barcos de carga estrangeiros tiravam partido da desordem. Em Junho, a polícia encontrou 69 fugitivos escondidos num barco grego que estava pronto para zarpar no porto de Ho Chi Minh. Destes, 34 estavam escondidos na casa das máquinas, com um calor de 80 graus. Outro, que pagou um preço especial, estava debaixo da cama do cozinheiro. Uma mulher tinha dado à luz nos compartimentos de carga. Nas investigações foi aclarado que os autores da manobra tinham sido o oficial de máquinas, um marinheiro que estabeleceu o contacto com os traficantes locais, e um ajudante de cozinha que devia alimentar os fugitivos durante a viagem.

Por esses dias, um barco vietnamita que fazia a rota regular entre Ho Chi Minh

e Vung Tan, foi sequestrado em águas territoriais por três passageiros armados com espingardas e granadas, que amarraram a tripulação e tomaram o comando do navio. As patrulhas vietnamitas que conseguiram submetê-los, descobriram que quase todos os passageiros tinham pago as tarifas da praxe para que os levassem do Vietname. Os assaltantes, que tinham sido militares no anterior regime, faziam parte de um bando que estava a retirar pessoas do país desde há mais de um ano, fazendo-se passar por funcionários do Ministério do Interior, talisicando cartões de identidade e outros documentos oficiais.

Não eram muitos os êxitos alcançados pelas autoridades na sua luta contra os fugitivos. "Estávamos esgotados", disse-me um magistrado do Tribunal Popular de Ho Chi Minh. "E, além disso, não tínhamos saída:



Phan Van Dong e Giap com o dirigente Chu-En-Lai. Nesse tempo o diálogo era ainda possível

quer os detivéssemos ou os deixássemos escapar acusavam-nos de estar a violar os direitos humanos".

A GUERRA DA INFORMAÇÃO

Naquela desordem, as saídas ilegais subiram para 15 000 em Março, 22 000 em Abril, 55 000 em Maio, 56 000 em Junho. As pastilhas contra o enjôo esgotaram-se em Julho. Nessa data, 190 000 pessoas tinham chegado aos países vizinhos, sobretudo Tailândia e Hong Kong. O número exacto de quantos morreram no mar por diversas causas é algo que nunca se saberá, porque nunca se soube com exactidão quantos saíram.

Na altura, a campanha de imprensa contra o Vietname tinha alcançado uma dimensão de escândalo mundial, tundida no pressuposto de que o Governo estava a expulsar os seus inimigos, metendo-os à força nos pesqueiros da morte. Passei por Hong Kong em finais

de Junho. o Mar da China era uma imensa caçarola em ebulação. O Governo da Malásia tinha exprimido a sua vontade de metralhar os barcos errantes que se aproximavam das suas costas. As águas territoriais de Singapura estavam patrulhadas por navios de guerra. Os cândidos turistas que viajavam nos barcos de Macau para conhecer as últimas nostalgias de Portugal, cruzavam-se na quietude da baía com as barcaças carregadas de moribundos, que unidades da marinha britânica rebocavam até Hong-Kong.

O Governo da Tailândia declarou-se superlotado pela afluência de fugitivos de diversas origens através das suas fronteiras. Banguecoque tinha-se convertido no centro da notícia, e os vestíbulos dos hotéis não chegavam para tantos jornalistas do mundo inteiro, carregados de câmaras e equipamentos pesados de televisão. Segundo dados das Nações Unidas, havia ali

140 000 refugiados; 115 000 do Laos, 23 000 do Kampuchea e somente 2000 do Vietname. Toda-via, a mesma imprensa tailandesa, que tinha os dados dentro da sua própria casa, afirmava que eram todos do Vietname. Foi também publicado, sem preocupação pela contradição flagrante, que o próprio governo vietnamita cobrava aos fugitivos uma quota oficial de 3000 dólares pela autorização de saída.

Depois de Fevereiro, quando o êxodo alcançou o ponto mais alto, disse-se que a perseguição se havia assanhado contra os Hoa como represália pela invasão chinesa. Publicavam-se fotos terríficas onde os naufragos pareciam fugitivos de um campo de exterminio. Eram autênticas: depois de várias semanas à deriva, aniquilados pela fome e pela intempérie e maltratados pelos piratas, os milionários de Cholon tinham voltado iguais aos chineses pobres.



O corrupto bairro de Cholon da Saigon norte-americanaizada transformou-se num bulícioso centro popular

OS ESTRAGOS SEM REPARAR

Cheguei ao Vietname no esplendor do escândalo, com o único propósito de estabelecer em primeira mão, e ainda que fosse somente para a minha consciência, qual era a verdade entre tantas contrapostas. Contudo, o drama dos refugiados, que era tão imediato e despedaçador, converteu-se para mim num interesse secundário face à realidade tremenda do país. O que mais me impressionou desde o primeiro instante, foi que os estragos da guerra contra os Estados Unidos, que tinha terminado quatro anos antes, continuavam intactos. Os vietnamitas não tinham tido tempo nem sequer para varrer a casa. Os aeroportos civis estavam cheios de escombros de aviões de combate e helicópteros artilhados, dos que usavam os ianques para arrasar as aldeias desarmadas, e toda a espécie de sucata de máquinas de morte abandonadas na debandada final. Das estradas desertas viam-se as cinzas das aldeias riscadas do mapa pelo napalm, as terras de ninguém das antigas selvas esterilizadas pelos desfolhadores químicos, as crateras das bombas por todo o lado. Uma viagem de 50 quilómetros de automóvel, que bem podia durar até 4 horas, continuava a ser uma aventura de guerra. Os canais de rega, que do ar davam ao país o aspecto de um imenso tabuleiro de xadrez, apenas começavam a servir de novo.

Os rios imensos e aprazíveis, que neste mês de Julho começavam a mudar de aspecto devido à chegada

Foto Prensa Latina



Em Hanoi a vida retoma o seu curso...

prematura das grandes chuvas, só podiam atravessar-se por pontes flutuantes ou improvisadas com troncos de árvores, pois até as pontes históricas dos colonos franceses tinham sido destruídas. A famosa ponte Long Bien, construída pelo mesmo Alexander-Gustav Eiffel que fez a torre de Paris, era um sobrevivente maltratado. Várias vezes fracturada pelas bombas e sempre remendada à pressa, continuava a ser o único acesso de Hanói pelo Norte. A sua estrutura de ferros cosidos e voltados a coser, dera-lhe na realidade o aspecto de uma torre Eiffel deitada sobre as águas do rio Vermelho, e parecia um milagre que ainda se mantivesse nos seus pilares depois de tantas feridas e remendos, e com aquela sobrecarga de comboios, camiões civis e tanques de guerra que progrediam a muito custo através de uma multidão de ciclistas impávidos.

De certo modo, a guerra não tinha terminado. Umas 300 000 toneladas de minas e bombas que nunca explodiram continuavam dispersas nos campos, à espreita de novas vítimas ino-

centes. De súbito, uma menina com 4 anos fazia estragos entre as mulheres atônicas que trabalhavam nos arrozais com água até à cintura. No pátio de um colégio, uma bomba escondida semeava a morte entre as crianças que estavam no recreio. Uma manada de búfalos que tropeçava numa carga explosiva oculta entre os arbustos podia arrasar todo um povoado. Só numa província, umas 4000 pessoas tinham morrido desta forma depois da guerra.

Calculou-se que os Estados Unidos atiraram sobre o Vietname uma quantidade de bombas milhares de vezes maior do que a totalidade das bombas arremessadas na Segunda Guerra Mundial: 14 milhões de toneladas. Foi o castigo de fogo mais feroz jamais praticado por algum país na história da humanidade. A imaginação resiste ao conceber as cifras de semelhante cataclismo. Para impedir que os guerrilheiros vietnamitas se escondessem na selva, a aviação ianque lançou desfolhadores químicos e substâncias incendiárias que deixaram estéreis, talvez para sempre, cinco

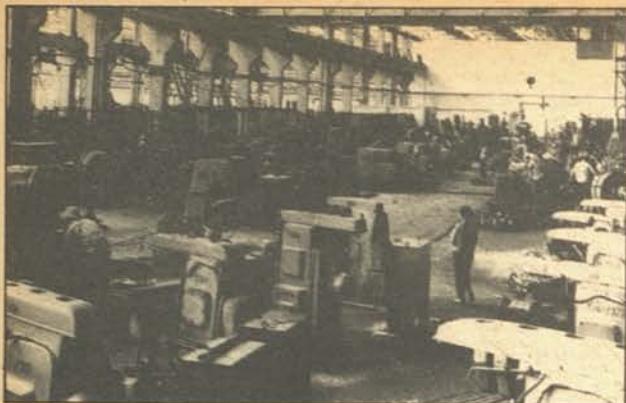


Foto Prensa Latina

Fábrica de equipamentos pesados

milhões de hectares. Isto é: uma superfície igual a 10 milhões de campos de futebol. Nos poucos anos daquele frenesim de terra destruída, riscaram do mapa nove mil aldeias, destruíram a rede nacional ferroviária, aniquilaram as obras de irrigação e drenagem, mataram 900 000 búfalos e devastaram 100 000 quilômetros quadrados de terras de cultivo, ou seja uma superfície igual a mais de 120 vezes a cidade de Nova Iorque. Nem as escolas e hospitais se salvaram desse extermínio atroz: os 2500 leprosos da colônia de Qhynhlap foram fulminados durante uma única incursão aérea com um duche mortal de fósforo vivo.

Para cúmulo dos infortúnios, logo que terminou a guerra o Vietname sofreu duas enormes calamidades. Uma seca em 1977, que lhe causou a perda de um milhão de toneladas de arroz, e em seguida uma série de alguns dos ciclones mais bravos deste século, que destruíram mais três milhões de toneladas. Dessa forma, Deus completou o holocausto sem precedentes que os ianques deixaram por terminar e cujas consequências não podiam

ser outras: um país arrasado e 50 milhões de seres humanos reduzidos à miséria.

O HUMANO, O PIOR DESASTRE

No entanto, sendo tão graves, os danos materiais não o eram tanto, nem tão irreparáveis como o desastre humano e a desordem moral. É talvez ali onde se notam as diferenças entre as províncias do Norte, socializadas há mais de 20 anos, e as províncias do Sul, libertadas há apenas quatro anos. De facto, não só são dois países distintos, mas também contraditórios em muitos aspectos.

Hanói, a capital, deve ter mudado muito pouco desde os tempos da ocupação francesa. Neste quente mês de Julho, continuava a ser uma cidade aprazível onde parecia sempre serem quatro da tarde. Apesar da humidade do ar e da sufocante aragem quente, não se tinha a impressão de estar no trópico. Assente entre lagos sonolentos, com numerosas árvores seculares que nem sequer se alteravam com os aguaceiros bíblicos daqueles dias, a vida de Hanói decorria no clima

ofical e melancólico das pequenas capitais de França. A metade dos seus dois milhões de habitantes andava de bicicleta desde o amanhecer, pedalando sem pressa, discretos, com uma ordem natural somente perturbada de vez em quando pelos automóveis demasiado vistosos dos diplomatas. Os carros oficiais eram muito escassos. Os funcionários do governo, inclusive alguns ministros, andavam nas suas bicicletas de pobres, com uma modéstia e um sentido da igualdade social muito difíceis de conceber neste Mundo.

A cidade submergia numá paz de província desde as seis da tarde. Famílias inteiras deitavam-se a dormir nos portais escuros. Uns porque tinham fugido do campo com medo de uma nova guerra com a China e não tinham onde dormir, e outros porque não suportavam o calor dentro das casas superlotadas. Às sete começava a televisão: quatro horas de programas oficiais, documentários patrióticos e películas de países socialistas. Algumas eram soviéticas com legendas em árabe, e os vietnamitas entendiam-nas pela lógica das imagens. Havia dois milhões de televisores em todo o país mas calculava-se uma média de 20 espectadores para cada televisor.

Somente um programa eventual alterava a impavidez dos vietnamitas e despertava nos seus corações uma paixão ruidosa: os jogos de futebol. Às oito, num silêncio sem grilos, ouvia-se o dedilhado remoto e nostálgico do alaúde de 16 cordas. Só ficavam abertos os tristes hotéis co-

loniais ocupados por estrangeiros, e alguma taberna taciturna com quatro mesitas muito pobres, onde o próprio dono preparava de cócoras um estranho café com sal e uns ovos fervidos que sabiam a flores de madrugada.

A CIDADE QUE NÃO DORME

Mil quilómetros a Sul, a cidade de Ho Chi Minh mantinha-se desperta toda a noite, como um trovão contínuo. Era uma cidade enorme, alvorocada e perigosa, com quase quatro milhões de habitantes que andavam a toda a hora na rua porque nada mais tinham que fazer. Era, ao contrário de Hanói, um es-

pantoso porto meridional. Os ciclistas que circulavam sem rumo, até pelos cais, o barulho insuportável das motoretas, a desordem dos triciclos de tração humana, as buzinas dos automóveis abrindo caminho por entre as multidões impassíveis, mantinham a vida em estado de perpétuo alarme. Com a mesma ansiedade com que Graham Greene tinha perguntado a si próprio onde estava Deus naquela cidade infernal, eu perguntava a mim próprio, espantado, onde estava o governo. O mercado negro prosperava por todo o lado. Nos portais havia pequenas mesas esquálidas onde se vendiam cigarros americanos, chocolates ingleses, perfumes de França.



Uma foto que correu mundo: a «pequena» Vietname e o colosso norte-americano

No bairro de Cholon, o único que restava do seu esplendor de outros tempos, era o mercado de contrabando em plena rua.

Ao entardecer, uma multidão de adolescentes ocidentalizados, que era quase toda a juventude de Saigão, concentrava-se a tomar o fresco nas praças, vestidos à americana, e sonhando com o passado que se foi para sempre, ao compasso da música rock. Ao contrário das mulheres do Norte, cuja austeridade não tem igual, as mulheres do Sul aumentavam a sua beleza natural maquilhando-se à moda europeia, preferiam as cores vistosas ainda nas suas roupas orientais, e sabiam correr os riscos da "coqueterie". Sob a ocupação ianque, a cidade tinha perdido por completo a sua identidade cultural. Tinha sido um paraíso artificial, subsidiado pela ajuda militar e civil dos Estados Unidos e 700 000 toneladas anuais de víveres agradáveis. Os seus habitantes tinham acabado por acreditar que aquilo era a vida. O fim da guerra surpreendeu-os flutuando num limbo de irrerealismo, do qual não tinham conseguido recuperar-se quatro anos depois do último ianque ter partido.

O saldo do delírio causava pavor: 360 000 mutilados de guerra, um milhão de viúvas, 70 000 prostitutas, 50 000 drogados, na sua maioria menores, 3000 mendigos, um milhão de tuberculosos, e 900 000 militares do antigo regime, impossíveis de recuperar na sua totalidade para uma sociedade nova. Um quarto da população de Ho Chi Minh sofria de doenças venéreas graves quando aca-

bou a guerra, e em todo o Sul havia quatro milhões de analfabetos. De forma que não era estranho encontrar nas ruas da cidade aquelas hordas de crianças delinquentes que ainda não tinha sido possível recuperar para os orfanatos. Faziam-se chamar por um nome que eles próprios inventaram e que ninguém tinha conseguido decifrar: Pó da vida. Ninguém sabia também quem lhes tinha tatuado nos braços, no peito, nas costas das mãos, uns anúncios enigmáticos: A Mamã sofre muito por mim, Papá: volta para casa, Os que me querem não me encontram. No meio da multidão oriental, tanto na rua como nos orfanatos, distinguiam-se à primeira vista os cabelos cor de esquilo, os olhos verdes, as sardas no nariz ou a pele de alcatrão dos filhos acidentais dos invasores. Nos orfanatos estavam contados: eram 67 ianques sem pais.

ESTANCAR FERIDAS

Os esforços do Vietname para remediar estas feridas de guerra tinham começado no dia seguinte ao da Libertação. Reunificou-se o país, e iniciou-se de imediato a reconstrução administrativa, política e social do Sul. Reconstruiram-se, até onde foi possível, os transportes terrestres e os sistemas agrícolas, e empreendeu-se um processo descomunal de reimplantação humana para devolver ao Sul a sua identidade original. O analfabetismo secular foi resolvido com uma eficácia que mereceu um prémio especial da UNESCO. Implantou-se um sistema escolar de emergência que este ano permitirá prestar assistência a uns 15 milhões de crianças. Organizou-se a medicina social preventiva e empreendeu-se a reabilitação de prostitutas, órfãos e drogados. Os criminosos

de guerra foram julgados e executados, como em todas as guerras. Muitos foram recolhidos nas únicas prisões que existiam, construídas pelos franceses, ou em campos de reeducação, cujas condições eram as únicas possíveis num país aniquilado.

Todavia, não houve o banho de sangue anunciado pelos Estados Unidos. Pelo contrário, tratou-se de encontrar um lugar na nova sociedade para os soldados do antigo regime e os burgueses sem ofício, e criaram-se novas fontes de trabalho para absorver mais de 3 milhões de desempregados. Contudo, a envergadura dos problemas era muito maior e premente do que a vontade imensa e a paciência sem limites e o espírito de sacrifício dos vietnamitas. A verdade era que o país carecia de recursos de toda a espécie para remediar uma catástrofe de semelhantes proporções. A



Aldeia vietnamita: o terror dos bombardeamentos já passou

Operação Fénix tinha privado o Sul de um vasto elenco de dirigentes capazes de exonerar os funcionários corruptos — e por agora insubstituíveis — do antigo regime. Por outro lado, os Estados Unidos tinham-se comprometido com os acordos de Paris, em 1973, a pagar ao Vietname uma indemnização de guerra de mais de 3000 milhões de dólares em cinco anos. Mas o presidente Gerald Ford desconheceu o compromisso. Mais ainda: tomando como pretexto o drama dos refugiados, a administração Carter conseguiu que outros auxílios do exterior fossem retirados ao Vietname, e estava a fazer toda a espécie de esforços para o seu isolamento total.

Essa era a realidade quotidiana que o país enfrentava em Agosto de 1979, enquanto a imprensa ocidental clamava pela sorte dos refugiados. Contudo, a impressão que eu tinha formado no final de uma viagem minuciosa e atenta de quase um mês pelo interior do país, era que a preocupação maior dos vietnamitas não estava nos seus problemas económicos descomunais, mas sim na iminência de uma nova guerra com a China. Era uma obsessão nacional que tinha impregnado até os resquícios da vida quotidiana. No aeroporto de Hanói, os voos regulares atrasavam-se várias horas porque o céu estava ocupado pelos Migs em exercícios de combate. Nos caminhos vizinhos, as bicicletas e os búfalos tinham que afastar-se para dar passagem aos tanques de guerra. Nos parques dominicais, no meio das crianças e dos pássaros



Dois Khmers vermelhos presos por forças vietnamitas, o regime de Pol Pot jogava então na provocação

azuis e do aroma abrasador das flores do paraíso, uma geração de adolescentes recebia uma preparação militar de urgência. Os agricultores do delta do Mekong dormiam com as armas de toda a família ao alcance da mão.

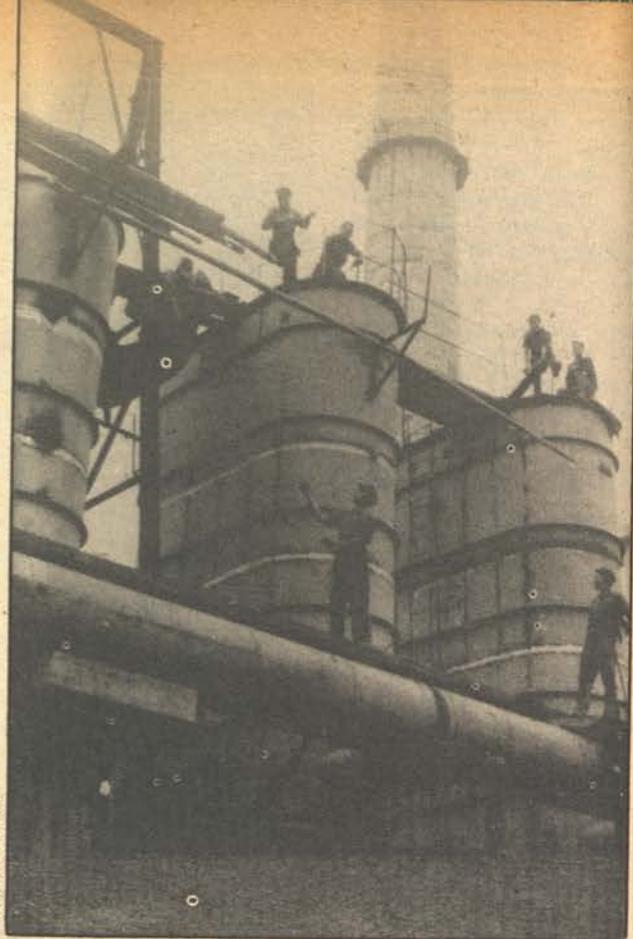
A certeza de uma nova guerra com a China, tinha penetrado de uma forma tão profunda na consciência social que se podia pensar que ao cabo de tantos anos de resistência armada se tinha desenvolvido no Vietname toda uma cultura de guerra. Notava-se em quase todos os aspectos da vida diária, e ainda nas artes e no amor. Nos orfanatos do Sul, as crianças recebiam os visitantes com saudações militares, cantavam hinos patrióticos, e representavam obras teatrais sobre as vitórias do passado. Nos museus, as obras mais vistosas evocavam os temas da guerra e exaltavam o valor e o sacrifício. Nas festas culturais, as bonitas raparigas que tocavam o alaúde de 16 cordas can-

tavam áreas lamentosas em memória dos mortos em combate. A novela e a poesia, que os vietnamitas cultivavam com um certo fervor sagrado, estavam alimentadas desde há muitos anos pela experiência pessoal da guerra. No entanto, o que me causava mais assombro nos vietnamitas, era a sua absoluta ausência de dramatismo. Pareciam sempre alegres e afectuosos, e demonstravam um grande sentido de humor. "Somos os latinos da Ásia", disse-me um alto dirigente. Em certa ocasião, um intérprete traduzia-me um relato pavoroso, enquanto o homem que o contava tinha o rosto iluminado pelo seu sorriso eterno. Protestei perante o intérprete: "Não pode ser que este amigo esteja a dizer essas coisas tão terríveis com essa cara tão alegre". Assim era, e assim foi sempre. Nem sequer o tema das relações com a China alterava a serenidade lendária dos vietnamitas. Mas na realidade não pensavam noutra coisa.

O ACORDO COM NIXON

O primeiro-ministro, Phan Van Dong, pensava que aquela tensão social tinha uma justificação histórica. O antigo dirigente, cujos 76 anos apenas eram críveis pela sua constituição física e também pela sua aprazível lucidez, recebeu-me com a família no Palácio do Governo a uma hora em que a maioria dos chefes de Estado ainda não acordaram: seis da manhã. Foi uma conversa longa, no estilo simultaneamente modesto e ceremonioso dos vietnamitas e a cada instante voltávamos a cair irremediavelmente no tema de uma nova guerra com a China. Perguntei com toda a franqueza ao primeiro-ministro se aquela tensão irresistível era nacional num estado de exaltação permanente, ou se, na verdade, existia o risco de outra invasão chinesa. Phan Van Dong ripostou-me: "Esse é um risco que existe desde há milhares de anos". E concluiu no seu francês solene: *C'est un rêve imperial fou.*

Xuan Thuy, presidente da Comissão de relações exteriores do Partido Comunista do Vietnam, foi mais explícito, em termos históricos. Na sua casa de Hanoi, açoitada naquela tarde pelo primeiro ciclone da época, explicou-me que, com efeito, os ímpetos da China contra o seu país tinham começado muitos séculos atrás, mas que recruderam na década de 60. Por essa altura — disse-me Xuan Thuy — Krutchev tinha cometido alguns erros, tanto internos como externos, e o Partido Comunista do Vietnam con-



O Vietnam em construção

siderou necessário fazer-lhe algumas críticas muito sérias. "Tentávamos dessa forma preservar a unidade do campo socialista", disse. "Em troca, a China tratou de aproveitar a oportunidade para dividi-lo, e propôs ao Vietnam uma reunião com outros partidos comunistas, cuja finalidade era criar uma nova Internacional contra a União Soviética". Xuan Thuy pensava que a recusa desta iniciativa foi o primeiro incidente grave nas relações actuais entre o Vietnam e a China, e que foi essa a razão pela qual Mao Tse Tung promoveu a criação de grupos maoístas no Mundo inteiro.

Perguntei a Xuan Thuy como se podia explicar então que a China tivesse ajudado o Vietnam na sua guerra contra os Estados Unidos. "A China apoiava-nos porque era uma maneira de defender as suas próprias fronteiras, ameaçadas também pelos Estados Unidos", retorquiu. "Mas tão rapidamente como esses dois países conseguiram um acordo, a atitude da China para com o Vietnam mudou por completo".

Depois da visita de Nixon a Pequim em Dezembro de 1972, Hanoi foi submetida a um bombardeamento sem piedade e sem uma só trégua durante

12 dias. Xuan Thuy parecia estar convencido de que foi esse o primeiro resultado do acordo entre os Estados Unidos e a China. Inclusive a acção militar do Vietname no Cambodja, que tanta controvérsia tinha suscitado, justificava-se como um episódio mais da guerra secular. Xuan Thuy estava convencido de que as tropas chinesas se dispunham a ocupar algumas províncias do Cambodja, com a complacência de Pol Pot, para invadir o Vietname pelo seu flanco mais débil.

— Não estarão tranquilos enquanto não acabarem connosco — disse-me. Se não acredita, vá à fronteira e verá do que são capazes.

A ORDEM, À TERCEIRA DERROTA

Tinha ido no dia anterior a Lang Song, a poucos quilómetros da fronteira chinesa. Era uma cidade destruída, não pelos combates mas pela dinamite. Os chi-

neses tinham-na ocupado durante um dia e submeteram-na a uma destruição sistemática. Voaram os locais do partido, a biblioteca pública, o jardim infantil, os centros industriais. Em redor do mercado público, onde se concentrava todo o comércio local, só restava uma planície deserta.

Todos os vietnamitas com quem falei, eram unâmes ao dizer que a repetição do ataque era inevitável. Contudo, nenhum falou com dramatismo. "Estamos à espera deles", disse-me Phan Van Dong. "Desta vez encontram-nos melhor preparados", afirmou-nos Nguyen Co Thach, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. "Voltarão a atacar-nos mais duas vezes", disse-me Xuan Thuy como se fosse uma profecia oriental. E concluiu com o seu sorriso indestrutível: "Só quando os tivermos derrotado três vezes, compreenderão que

não podem connosco, e talvez então decidam fazer um acordo de paz a longo prazo."

Naquela tarde terminava a minha visita ao Vietname, embora tivesse de esperar três dias até que passasse o ciclone prematuro que tinha deixado um rasto de devastação e de morte nos subúrbios pobres de Hong-Kong. As pessoas sentiam-se metidas dentro de uma enorme cafeteira de vapor. A chuva era quase horizontal sobre o lago da Espada Recuperada e as primeiras rajadas do vento mortal tinham desfolhado as árvores e destruído os amores-perfeitos frente à casa do governador francês. Toda-via, a única diferença consistia no facto de os ciclistas levarem impermeáveis de plástico sobre os chapéus cónicos, e pareciam uma multidão de fantasmas vagabundos.

Um escritor amigo que me acompanhava disse-me que aquela gente se com-



Phan Van Dong e o Presidente Luis Cabral da Guiné-Bissau durante a 6.ª Cimeira dos Não-Alinhados, em Havana



A senhora Thyn Bihm, Ministra da Cultura do Vietname

portava perante o ciclone da mesma forma que se tinha comportado durante os bombardeamentos. Inclusive — acrescentou — havia que obrigar-lhos a esconderem-se nos refúgios.

VENCIDOS PELA INFORMAÇÃO

Uma comissão do Senado dos Estados Unidos cujo avião fora o último que tinha conseguido entrar no aeroporto de Hanoi, tinha invadido o nosso hotel. A sua missão era tratar com as autoridades alguns aspectos do problema dos refugiados, e tinham sido recebidos com honras oficiais. Mas iam preparados como uma expedição para procurar Tarzan. Levavam tanques de plástico com água potável, gasosas e cervejas de todas as marcas, alimentos em conserva, frutas e legumes congelados, um bar volante e um hospital de campanha com um serviço especial para aten-

der às mordeduras das serpentes. Levavam toda a espécie de insecticidas e desinfectantes, e um equipamento completo para extinguir incêndios. Tudo aquilo estava protegido dentro de baús metálicos com insígnias oficiais dos Estados Unidos, que ocupavam por completo o vestíbulo juntamente com as equipas de cinema e de televisão. Entre os livros de bolso abandonados junto às malas pessoais, havia um manual de sobrevivência na selva.

Um dos membros da expedição, com a simpatia natural dos ianques que andam pelo Mundo, surpreendeu-se pelo facto de um escritor ocidental ter estado naqueles dias no Vietname. "Agora estão todos contra", disse-me. Com efeito, intelectuais e artistas dos Estados Unidos e da Europa que tinham sido solidários com o Vietname nas circunstâncias mais adversas, apoiavam a campanha

pelos refugiados. No frenesi da fábula, tinha-se inclusive chegado a publicar que a bonita e inteligente Thyn Bihm, que tinha sido a estrela das Conversações de Paz em Paris, desde 1969, se encontrava reclusa num campo de reeducação. Na realidade, Thyn Bihm era então, e continua sendo actualmente, Ministro da Cultura do Vietname.

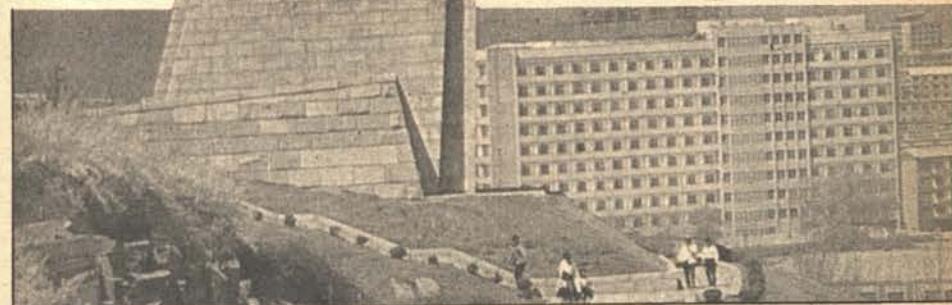
De modo que a minha conclusão pessoal — ainda que fosse somente para a minha consciência — parecia condenada a navegar contra a corrente. O Vietname tinha sido vítima, uma vez mais, de uma imensa conjura internacional. O seu governo não tinha expulso ninguém, embora fosse provável que nalgum momento se tenha feito vista grossa relativamente às fugas por razões de conveniência. Mas estava consciente de que, na desordem do êxodo, se tinham indo embora numerosos técnicos e profissionais de que o país necessitava com urgência para a reconstrução.

O governo tinha cometido dois erros irreparáveis. O primeiro foi não saber a tempo nem ter calculado a enorme dimensão da campanha internacional pelos refugiados. O segundo foi ter confiado às cegas na solidariedade mundial que não lhe havia falhado até então, e que dessa vez se tinha deixado confundir por uma distorção quase perfeita da realidade. Não havia remédio; ao cabo de tantos séculos de guerras, o Vietname tinha perdido uma batalha grande numa guerra menos conhecida, mas tão sangrenta como as anteriores: a guerra da informação.

COREIA

Reunificação, meta histórica para o povo coreano

Adérito Lopes



Desde o levantamento de 1 de Março de 1919 que a Coreia tem duas grandes preocupações: combater as agressões e alcançar a reunificação. No primeiro caso tem dado grandes exemplos ao mundo, desde a luta anti-japonesa até à guerra de libertação da agressão ianque.

No que diz respeito à reunificação, o problema tem sido dificultado pelas manobras imperialistas e pela presença de tropas e grande material de guerra americano na parte sul do território. A reunificação é uma constante deste po-

vo e a sua grande meta a atingir, com a independência, por meios pacíficos, e sem qualquer ingerência estrangeira. A reunificação coreana tem estado ultimamente na agenda das organizações internacionais, mesmo na ONU, mas encontra sempre o entrave imperialista, porque os interesses são muito grandes naquela região. Entretanto, junto ao paralelo 38, as provocações sucedem-se, criando-se a insegurança das populações.

Quando estive nessa zona que divide as duas Coreias, lembro-me perfei-

tamente que nos dois dias que por lá andámos, se verificaram diversas provocações: aviões que violavam o espaço aéreo, tiros, infiltrações. As populações que vivem junto ao paralelo 38 passam o tempo com o coração nas mãos, como se costuma dizer. Apesar da potencialidade militar e da vigilância popular da RPDC, as pessoas nunca sabem quando se pode desencadear um ataque, assim pela calada, como em 1950.

Lembro-me perfeitamente de Parmoujond, a localidade da parte norte mais perto do espaço desmilitarizado, com os seus campos floridos, as crianças alegres e comunicativas enchendo as ruas de colorido. Elas vinham, amigas, entregar-nos flores. Um companheiro chileno (ele próprio mais tarde vítima da política imperialista no golpe de Pinochet) dizia que não podia imaginar aquele dia de 1950, com as tropas invasoras a destruir aqueles campos e a assassinar aquelas crianças. Esta viagem foi em 1969, mas hoje a situação é a mesma. A presença americana na região constitui uma ameaça permanente para a segurança e a paz.

Viajando pelo país, contactando com os camponeses, entrando nas fábricas ou participando na vida cultural, apercebemo-nos facilmente do desenvolvimento do país e da sua estabilidade económica.

Pergunta-se então: qual é a sua política? Em que forças se alinhama?

A resposta é: Djouche. Esta palavra pode resumir-se com a expressão "contar com as próprias forças." Há neste pensamento dois pontos importantes: a soberania política é a vida do próprio país; a independência política é garantida por uma economia independente.

Para os coreanos só uma economia nacional independente pode levar à prosperidade e assegurar aos povos uma vida material abundante, só assim os povos podem ser donos dos seus próprios destinos.

Os coreanos conseguiram, com Kim Il Sung, o milagre rápido da reconstrução do país. A sua tarefa máxima, agora, é a reunificação. Todos os esforços foram poucos para atingir esta meta. Mas a luta prossegue. Hoje já conseguiram o apoio da maior parte dos países-progressistas do mundo, mas é preciso mais, que mais vozes se levantem, para obrigar os EUA a alterar a sua política em relação a esta região asiática.

Num destes dias, falando com o embaixador Jon Yong Jin, em Lisboa, lembrei-me, subitamente, das crianças de Parmounjond, dos campos floridos, do país "das manhãs serenas" ...



Kim Il-Sung: «historicamente a nação coreana é homogénea e o nosso povo deseja unanimemente a reunificação»



Breve história da Coreia

Era uma nação homogénea, de cultura brilhante, de idioma único.

Os primeiros habitantes chegaram há mais de 5000 mil anos.

As comunidades primitivas foram-se desmoronando gradualmente em virtude do desenvolvimento das forças produtivas e a estratificação de classe, tornando-se numa sociedade de trabalho escravo, dividida em classes. Os primeiros Estados feudais que existiram até ao século X enfrentaram grandes lutas populares, quase constantes, contra a exploração e a opressão da classe dominante. No século IX, por exemplo, registou-se um grande levantamento camponês à escala nacional. Aliás, nessa época, os habitantes dedicavam-se quase completamente à agricultura e à criação de gado, empregando-se sobretudo no cultivo do

arroz, utilizando já instalações de regadio bastante avançadas.

No século X, formou-se o país Koryo, poderoso Estado feudal que durou 500 anos, sendo substituído por Rizo (dinastia dos Ri) no final do século XIV. Este Estado feudal, o último, durou também cerca de 500 anos, altura em que o país, já chamado Coreia, foi ocupado pelos japoneses. A partir deste momento o povo coreano desenvolveu grandes lutas contra os agressores nipo-néticos.

A OCUPAÇÃO JAPONESA

Diversas potências capitalistas e os imperialistas japoneses (estamos a referir-nos à década de 60 e 70 do século passado) tiveram que enfrentar grandes lutas populares. Estas potências ambiçõesavam converter a

Coreia em sua colónia e em trampolim para agredir outros países asiáticos. Em 1884, teve lugar a revolução burguesa pelo desenvolvimento moderno no país, contra os agressores estrangeiros e os Governos feudais ligados a eles. Dez anos depois, rebentou a Guerra Camponesa de Kabo para «expulsar os ocidentais e os japoneses» e «proteger o país e a segurança do povo». Todas estas lutas constituiram grandes golpes nos agressores. Mas os japoneses ocuparam completamente o país em 1910, mercê da agressão e da colaboração dos governantes, apesar de muitas lutas que se opuseram a este estado de coisas.

O LEVANTAMENTO DE 1 DE MARÇO

Sob o lema patriótico «independência da Coreia» a data de 1 de Março de 1919 marcou um



Pyongyang antes...

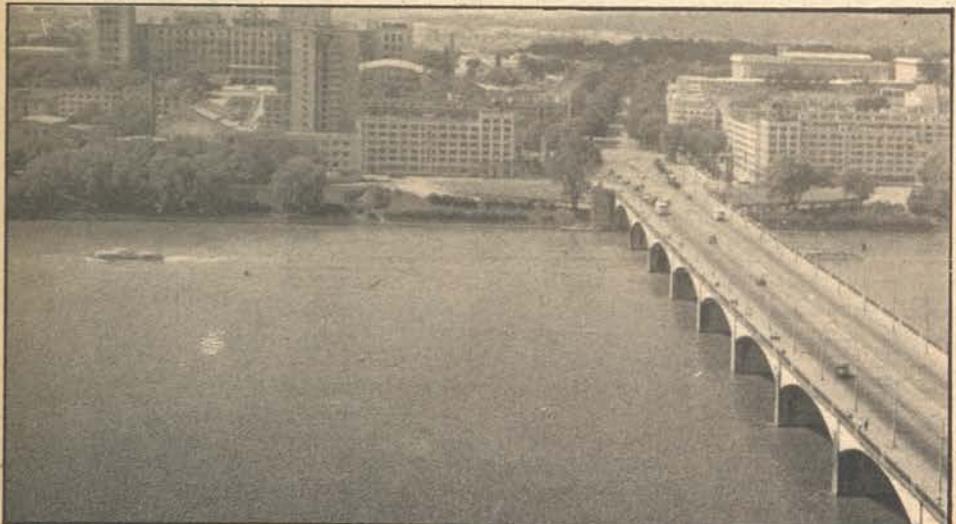
dos mais importantes levantamentos do país. Foi uma sangrenta resistência que obrigou os japoneses a mudar a sua forma de Governo «militar» para Governo «cultural». Apa-receu depois a luta da classe operária, e, assim, de luta em luta, foi nas-cendo o movimento anti-japonês de libertação na-cional. Foi n esta altura

que apareceu o grande revolucionário Kim Jong Zik, um combatente que conseguiu a grande viragem do movimento nacio-nalista para o movimento comunista, e fundou, em 1917, a Associação Na-cional Coreana, propon-do a pesada tarefa de se chegar à independê-ncia da Coreia de forma independente, só com as

forças dfos próprios co-reanos.

Criador de uma activi-dade cultural, política e educacional denominada «Ziwon» (decidido propó-sito), formou os jovens combatentes da Coreia do futuro.

Foi o seu filh Kim Il Sung que tomou o seu lugar na revolução co-reana aps a sua morte.



...e depois da reconstrução

A LUTA ANTI-JAPONESA

Kim Il Sung dirigiu a luta armada anti-japonesa, que durou 15 anos, restaurou a pátria e apresentou as linhas da política de «djouche» (contar com as próprias forças). Assim, em 1926, organizou a União para Derrotar o Imperialismo («TD» em coreano), já guiada pelo marxismo-leninismo. Foram criadas diversas organizações, até que em 1930, Kim Il Sung convocou em Kalu uma reunião de dirigentes, para explicar o carácter da revolução coreana. As formas motrizes básicas da etapa da revolução democrática anti-imperialista e anti-feudal assestavam nas amplas forças democráticas e anti-imperialistas, com os operários e camponeses em primeiro lugar e depois os jovens estudantes, os intelectuais e os pequenos proprietários e todas as outras forças interessadas na luta.

A RESTAURAÇÃO

O início da Segunda Guerra Mundial, desencadeada pelos nazis e apoiada pelos fascistas, fez mudar a política japonesa nos anos 1939/40. Desviando-se da luta anti-chinesa, os japoneses revelaram o seu propósito de colaborar na guerra contra a União Soviética e o Sudoeste Asiático. Começaram por concentrar toda a sua força

5 pontos para a reunificação

Os cinco pontos para a reunificação independente e pacífica da pátria coreana, apresentados pela República Popular Democrática da Coreia já datam de 1973, mas não foram alterados até esta data. Vamos procurar resumir-los aqui.

1. Para melhorar as relações entre o Norte e o Sul e acelerar a reunificação é preciso acabar com o estado de oposição militar e eliminar a tensão entre os dois lados. Esta é a chave para dissipar a desconfiança, os mal-entendidos e aprofundar a confiança mútua, criando um ambiente de unidade nacional. O facto de o norte e o sul se oporem militarmente com grandes forças armadas constitui um factor de ameaça e provoca a desconfiança. Esta é uma questão fundamental para a criação de um ambiente de confiança.

2. Para melhorar as relações entre o Norte e o Sul tem que se criar um intercâmbio alargado a vários domínios: político, militar, diplomático, económico e cultural. Este intercâmbio é importante para ligar novamente os laços cortados, e para se chegar a um sólido acordo de paz entre os dois lados.

3. Para se resolver o problema da reunificação é necessária a participação de diversos sectores da população do Norte e do Sul, não se devendo limitar o diálogo à esfera das autoridades, mas sim à escala de toda a nação.

Propõe-se a convocação de uma grande Assembleia Nacional composta por representantes de diversos sectores do povo do Norte e do Sul: operários, camponeses laboriosos, intelectuais trabalhadores, jovens estudantes e soldados, da parte Norte; e operários, camponeses, jovens estudantes, intelectuais, militares, capitalistas nacionais e a classe de pequenos proprietários, do Sul da Coreia. E ainda representantes de todos os partidos políticos e organizações sociais do Norte e do Sul. Este encontro serviria para uma ampla discussão sobre o problema da reunificação.

4. É importante acelerar a reunificação e implantar um sistema federativo do Norte e do Sul com um único nome estatal. Seriam deixados intactos, de momento, os regimes existentes no Norte e no Sul, fazendo-se então a grande assembleia nacional para se chegar à unidade nacional.

Com a implantação do sistema federativo o nome do estado passaria a ser — República Federativa do Koryo — ressuscitando o nome de Koryo amplamente conhecido no mundo e que já existiu no país. Trata-se de um nome estatal, aceitável por ambas as partes. Abria-se, assim, um novo caminho, prevenindo qualquer possibilidade de divisão do país, e preparavam-se os meios para se chegar à reunificação completa.

5. As duas Coreias deveriam actuar conjuntamente no campo das relações exteriores impedindo que se fixe a divisão. Seriam, por isso, desenvolvidos princípios de igualdade e benefício mútuos nas relações exteriores com países amigos, com forte oposição a qualquer espécie de maquinções no sentido de se criarem duas Coreias.

O Norte e o Sul não devem entrar separadamente na ONU e querendo entrar antes de realizada a reunificação do país, devem fazê-lo como um Estado com o único nome estatal da República Federativa do Koryo, isto, pelo menos, logo que se implante o sistema federativo.

no aniquilamento do exército revolucionário popular da Coreia, para assim ter uma «recta-guarda estável». Os coreanos começaram então a preparar-se para o golpe final na luta contra os japoneses. A campanha começou por pequenas operações, destruindo instalações militares, vias férreas, portos, pontes, e intensificando o reconhecimento militar. No dia 9 de Agosto de 1945, foi dada a ordem de combate para depôr o imperialismo japonês. Foi rompida a chamada «linha de defesa inquebrantável» dos japoneses,

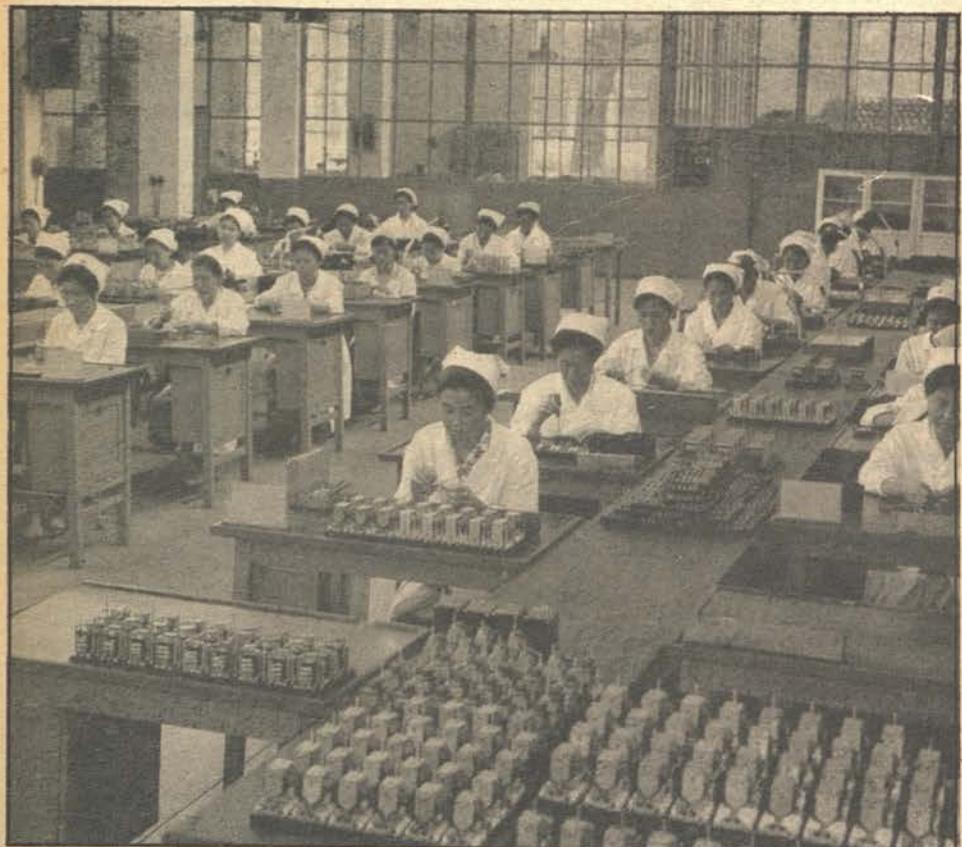
acabando com o jugo japonês que durava há cerca de meio século. Foi criado o Partido do Trabalho e lançadas as raízes para o Governo da República. No dia 15 de Agosto de 1945 abriu-se um novo caminho para a construção de uma Coreia democrática.

A AGRESSÃO IMPERIALISTA

Enquanto se consolidavam os frutos da revolução na parte norte e se pensava na reuniificação pacífica, na parte sul, os americanos preparam o exército local

para agredir a parte norte. Para isso as autoridades americanas obrigaram o Parlamento sul-coreano a aprovar, em Novembro de 1948, um projecto de estacionamento de tropas norte-americanas no território. Iniciou-se o apetrechamento e a instrução moderna, assim como o envio de armas sofisticadas. Começaram as provocações ao longo do paralelo 38, linha que divide as duas Coreias. Em 1950 foi assinado o pacto de defesa e ajuda mútua Coreia do Sul-EUA.

Para melhor poderem manobrar, o Parlamento



Operárias de uma fábrica de artigos eléctricos



O nosso colaborador Adérito Lopes visitando um jardim infantil junto ao Paralelo 38

foi dissolvido na Coreia do Sul e nomeado um que aprovasse todas as leis. Foi promulgada a lei de emergência e as tropas começaram a concentrar-se junto do paralelo 38, para o que se chamava «marcha até ao norte». MacArthur, comandante dos EUA no Extremo Oriente prometeu ajuda com a frota estacionada nas águas do Japão: «não se preocupem com as forças do mar e do ar», teria prometido ao Governo sul-coreano. Isto passava-se em Janeiro de 1950, e em Junho já a guerra começava a tomar forma. Foster Dulles, enviado especial de Truman foi inspecionar a zona do paralelo 38 e certificou-se de que a operação estava bem preparada. Uma semana depois, a 25 de Junho de 1950, a agressão armada contra o norte rompia o paralelo 38.

O início foi uma dura prova para a jovem República e o jovem exército. Mas durante três anos, o povo em armas conseguiu que os americanos não supunham ser possível. A guerra terminou a 23 de Julho de 1953. O general Y Clark, comandante-geral das Forças das Nações Unidas, lamentava-se muitas vezes da humilhação que passou ao assinar o armistício: «sou o primeiro

general norte-americano a assinar um armistício sem vitória».

O que esta guerra provocou ao país é bem conhecido, mas o povo coreano rapidamente conseguiu reconstruir as cidades, restabelecer a agricultura e modernizar a indústria.

Não se conseguiu até hoje a reunificação das duas Coreias, apesar das tentativas constantes, a última das quais teve lugar já no ano corrente. Os americanos continuam a ser os responsáveis pelo fracasso das negociações para a reunificação independente e pacífica.

Mas este problema, é bom que os americanos não o esqueçam, diz respeito apenas ao povo coreano, do Norte e do Sul, sem qualquer ingérvia estrangeira.

Os ianques não têm mais do que fazer as malas e partir. A sua presença na parte sul da Coreia constitui um travão para a reunificação coreana e uma ameaça constante para a paz na região.



Mercado de legumes em Pyongyang

TIMOR-LESTE

Amplia-se a solidariedade ao povo maubere

*Entrevista concedida aos Cadernos
por Mari Alkatiri, ministro dos Negócios
Estrangeiros da República de Timor
Leste, em Maputo*

Etevaldo Hipólito

Como se caracteriza a situação actual de Timor Leste, em particular na luta conduzida pela FRETILIN?

Nós somos os primeiros a ter consciência de que a luta atravessa uma fase difícil na medida em que no ano de 1978 (e é preciso levar este dado em consideração), muitos factores contribuíram para um avanço das forças inimigas do nosso País. Basicamente, também houve o factor climático.

Timor é um País de nove meses de chuva e três secos. Em 1978 aconteceu exactamente o contrário. Houve falta de chuva e isso permitiu aos indonésios utilizar com eficácia a sua aviação, na destruição de culturas, na destruição de povoações, na queima de muito mato virgem através de bombardeamentos e então obrigou o nosso povo em várias localidades a atravessar uma dura fase de falta de alimentos, de carência de assistência médica e de ausência de segurança nas zonas libertadas. Como resultado disso, elementos mais fracos, como foi o caso de Alarico Fernandes, traíram o nosso povo. Com a traição deste elemento, o Camarada Presidente Nicolau Lobato foi mortalmente ferido no dia 31 de Dezembro de 1978. A partir daí, o inimigo não podia deixar de intensificar a sua campanha de aniquilamento com o apoio directo de pilotos e conselheiros militares norte-

-americanos. A campanha atingiu o nosso povo até meados de 1979, quando começou o tempo das chuvas. As nossas forças tiveram que se limitar à acção puramente de guerrilha, elementos da população viram-se obrigados à rendição e agora encontram-se em campos de concentração indonésios. A partir de Junho quando as chuvas começaram a abater o nosso território, de novo se iniciaram os combates desta vez com maior ímpeto. O entusiasmo entre as nossas forças é grande e no último trimestre de 1979, o inimigo admitiu, pela primeira vez, que as forças da FRETILIN eram constituídas por cerca de 700 homens em operação. Digo que esta afirmação é importante na medida em que desde 1976 até 1979 o inimigo tem apregoado que os guerrilheiros da FRETILIN não ultrapassavam 50 ou no máximo 200, mas agora, pela primeira vez, dizem 700, o que já é bastante significativo como reconhecimento de uma realidade que tentaram sistematicamente negar.

A nível de direcção, em Maio de 1979, houve uma tentativa de reunir o Comité Central da FRETILIN no sentido de decidir alguns problemas, principalmente quanto à direcção, em substituição do Camarada Presidente Nicolau Lobato. Esta reunião não foi possível realizar-se devido à intensificação da acção do inimigo. Por isso ainda se mantém até hoje uma direcção



privilegiada, constituída pelo vice-presidente da FRETILIN, Camarada António Eduardo Carvalho, mais conhecido* por Maulear, que preside o conselho presidencial, e depois o Camarada Comissário Político Nacional, membro do Comité Permanente, Vicente Reis, mais conhecido por Sahe, seu nome de guerra, e ainda outro Camarada membro do Comité Permanente e Ministro da Educação, Hamich Bassareawan. São estes Camaradas que constituem a direcção colegial. Em consequência da situação interna, esta direcção encontra-se de certo modo descentralizada, pois procuramos colocar cada membro do Comité Permanente como responsável político-militar em cada sector nos quais dividimos o País.

Pelo visto isto tem dado alguns resultados positivos, na medida em que não obstante os esforços que o inimigo tem desenvolvido até agora para eliminar completamente a resistência do nosso povo, ele fracassou neste sentido. No ano passado o próprio tempo e o clima ajudaram bastante. As chuvas caíram geralmente com grande intensidade, o que permitiu que os nossos guerreiros actuassem melhor.

MORRERÃO 10 000 PESSOAS

No tocante propriamente ao inimigo, este, no final do ano passado, foi obrigado a mandar mais quatro batalhões para manter a ordem em Timor. O que se verifica realmente nas zonas controladas pelos indonésios é uma situação puramente catastrófica em todos os aspectos: política, social e economicamente, e podemos dizer até militarmente eles reclamam ter nas zonas sob o seu controlo cerca de 300 000 pessoas. Até agora, sabemos que somente 60 000 foram visitadas pela Cruz Vermelha Internacional utilizando como meio de transporte o helicóptero. Desses, e conforme relatório da CVI, seguramente 20 000 já estão impossibilitados de serem salvos. Simplesmente aguardam o momento de morrer. Também na opinião deste organismo, se acaso houver mesmo 300 000 pessoas nas zonas controladas pelos fascistas indonésios, significa que pelo menos 100 000 iriam morrer quer chegue ou não o apoio do exterior. Até à presente data mais de 200 pessoas já foram mortas em consequência da agressão indonésia, com estes 100 previstos para morrer dentro de algum tempo, completaria a cifra de 300 000 mortos numa população de um milhão de habitantes. Esta é uma verdadeira guerra de genocídio.

No entanto, a opinião pública internacional, particularmente o sector aliado do regime militar fascista de Jacarta, pretende ignorar isto pura e simplesmente, para dar à situação de Timor Leste uma certa capa humanitária.

É preciso recordarmos que a FRETILIN vem desde 1976 denunciando perante o mundo as atrocidades cometidas pelas forças indonésias e a fome que suportava a população nas zonas controladas. Simplesmente esta situação de fo-

me e miséria nas zonas sob ocupação estrangeira não era até 1979 tão grave, devido precisamente à possibilidade que tínhamos de enviar alimentos até às zonas controladas pelo inimigo.

A partir do momento em que o inimigo cortou também esta possibilidade à FRETILIN a situação caiu vertiginosamente e só então é que a opinião pública internacional tomou conhecimento da situação grave que se vive no País. Mas pensamos que se deve apoiar toda a população que se encontra nas zonas sob controlo das tropas de Suharto. Este apoio deve, porém, vir juntamente com uma denúncia dos causadores desta situação. Nunca poderá surgir como forma de cumplicidade para com o agressor, como colaboração com o inimigo. Isto, no entanto, tem-se verificado até hoje. O governo australiano tem enviado apoio através da Cruz Vermelha Internacional assim como outras organizações. A própria CVI, que na situação do Kampuchea exige apoiar as duas partes, no que se refere a Timor não faz as mesmas exigências. Porquê? De que lado está este organismo? Será que temos que concluir, em vista da sua atitude em relação ao povo maubere, que a Cruz Vermelha Internacional é um destacamento do imperialismo? Até prova em contrário esta é a impressão que temos.

Como se apresenta o quadro na área diplomática?

No ano passado, após o corte de comunicações diárias com o interior do País e ainda em consequência dos acontecimentos acima relatados, estávamos convencidos que iríamos atravessar um ano difícil na área diplomática. Podemos no entanto, dizer que isto não se verificou. Não obstante todos os problemas, obtivemos não poucas vitórias. O seminário internacional sobre Timor Leste, em Lisboa, encontro que teve uma grande repercussão ao nível do Governo Português, a nível da Assembleia da República, que pela primeira vez, logo após o seminário, adoptou uma resolução condenando por unanimidade a agressão indonésia e apoiando a justa luta do povo maubere. E depois disso trabalhamos intensamente para a nossa participação, ainda que como simples convidados na Cimeira de Havana. Infelizmente nenhuma delegação da FRETILIN esteve em Cuba. Por várias razões isto não foi possível. Contrariamente toda a manobra verificada no sentido de ignorar o problema de Timor Leste, a agressão contra o nosso país, foi discutida, tendo sido aprovada uma resolução condenando este acto. A proposta foi encaminhada por países amigos.

Quem patrocinou a causa do povo maubere?

Foi levada lá por nossos irmãos da República Popular de Moçambique, República Popular de Angola e ainda as Repúblicas de S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné. Posteriormente houve o apoio de muitos outros países que desde o início nos têm sido solidários. Este é o caso da Nigéria, Benin, Tanzânia e Vietname



Mari Alkatiri (à esquerda) com Rosa Bonaparte, presidente da Organização Popular das Mulheres de Timor Leste, executada pelos indonésios em Dezembro de 1975 e Nicolau Lobato presidente da FRELIN morto em combate em 31 de Dezembro de 1978

que desempenhou um papel bastante activo na Sexta Cimeira dos Países Não Alinhados no apoio ao nosso País. Por esta razão, a Indonésia mais uma vez ficou completamente isolada. Não foi aceite o argumento do governo de Jacarta de que Timor é uma parte integrante do seu território e que discutir esta questão constituiria uma ingerência nos seus assuntos internos. Este é um argumento que não pode ser aceite pelo movimento dos Países Não Alinhados nem pela Comunidade Internacional.

A vitória obtida em Havana repercutiu-se de imediato na Indonésia. Quando o general Suharto e o seu ministro dos Negócios Estrangeiros regressaram ao seu país tiveram que explicar esta derrota. Disseram, entre outras coisas, que era impossível impedir que nos próximos 100 anos as pessoas falassem de Timor Leste. Adam Malik adiantou que este problema exigia uma solução de cunho político.

E chegou a ir mais longe ao afirmar que a Indonésia deveria aprender com o erro que cometeu e tem cometido com Timor Leste. Isto a nível do governo, mas também no Parlamento a questão levou a debates. A repercussão foi realmente boa na medida em que criou contradições no seio do próprio governo. A partir desta questão outros problemas se colocaram. Publicações como o jornal *Merdeka* e a revista *Tempo* de ampla circulação, passaram a exigir do governo explicações sobre o problema de Timor. E o que se passa neste momento? Logo depois da Cimeira de Havana, o êxito seguinte

foi obtido na reunião Interparlamentar, em Caracas. A nossa causa foi apoiada com cerca de 500 votos a favor, umas 200 abstenções e somente 25 contra. Destes, quinze eram indonésios. Por ocasião da Assembleia Geral da ONU que abordou a questão de Timor, apesar das manobras para ignorar a nossa luta, os esforços desenvolvidos pela nossa representação e pelos nossos aliados deram o fruto necessário. Mais uma resolução foi votada, desta vez com carácter profundamente humanitário mas não deixando de lado o seu conteúdo político, de direito à autodeterminação e independência dos Povos.

Portanto, o ano de 1979, a nível diplomático, foi um ano bastante bom. Conseguimos mobilizar a opinião pública internacional, particularmente ao nível da Europa Ocidental. Em consequência desta compreensão pela causa do Povo maubere, vamos estabelecer uma representação semi-oficial na Suécia com o apoio do partido social-democrata deste país. Participamos por outro lado em vários congressos de partidos europeus, desde os partidos socialistas, trabalhistas a comunistas e estabeleceremos em Portugal uma associação de amizade Portugal-Timor, a ser reconhecida pela Assembleia da República.

Ministro Alkatiri, quais são as perspectivas, os projectos nas frentes interna e externa, para o corrente ano?

A nível da frente político-militar, o Comité Central da FRELIN prevê em 1980 uma

guerra que denominamos de guerra de desgaste do inimigo. Não iremos de forma alguma alterar o carácter básico da nossa guerra de guerrilha clássica, com pequenos grupos de sabotagem nas zonas controladas pelo inimigo. Isto tem o objectivo de criar condições para a actuação com maior intensidade nestas mesmas zonas ocupadas pelo inimigo. A nível político-militar, estamos convencidos de que iremos manter o tipo de luta idêntica à de 1979. Fazemos uma guerrilha espalhada por todo o território nacional, sem ter um sector fácil de identificar. A nível diplomático, o esforço vai ser canalizado no sentido de consolidar o apoio que nós temos, aumentar as nossas relações com as forças democráticas e revolucionárias dos países ocidentais, países capitalistas e conquistar maior apoio da parte de todos os países socialistas europeus.

TIMOR E PORTUGAL

E como se desenvolvem as relações com a América Latina?

Com a vitória do povo da Nicarágua e o avanço da luta em Granada, só para citar dois exemplos, as condições são óptimas para o desenvolvermos os nossos laços. Na conferência de Luanda mantivemos contactos com camadas de vários países da América Latina, para vermos qual a possibilidade de intensificarmos no futuro as nossas relações. Neste primeiro trimestre iniciaremos um trabalho no sentido de permitir a ida de uma delegação nossa a estes países. Isto quer dizer que os laços entre o povo maubere e o povo da América Latina em luta se vão estreitando. Interessa observar que um dos maiores apoios que temos recebido a nível externo, apoio diplomático e na própria ONU, vem da América Latina e da África.

As modificações políticas verificadas em Portugal influirão de alguma maneira na forma de Lisboa encarar a questão de Timor?

Temos que admitir que o gabinete de Lurdes Pintassilgo foi o que melhor posição assumiu até agora em relação a Timor. Não foram posições tão claras como seria de desejar mas representou um avanço em relação aos governos anteriores. A sua intervenção nas Nações Unidas, no entanto, foi clara e inequívoca. Infelizmente não pôde dizer mais na medida em que era um governo de transição, provisório, de cem dias. Agora, com a "Aliança Democrática" no poder estamos convencidos que se alguma alteração se verificar será de forma positiva. E isto porque da última vez que o problema de Timor foi posto na Assembleia da República recebeu o apoio unânime dos parlamentares. Um dos elementos que encaminhou a questão foi o Carlos Fernão com o apoio decisivo do engenheiro Ângelo Correia, do partido social-democrata. Estamos convencidos de que quando o engenheiro Ângelo Correia colocou o problema a nível da Assembleia da República foi na qualidade de deputado pela sua organização, portan-

to era o partido social-democrata que o fazia. Pensamos que desta forma se houver alguma mudança no modo de encaminhar a questão de Timor será para melhor. Se acontecer o contrário, também nos devemos preparar para as suas consequências.

Qual a posição do governo brasileiro, hoje, em relação a Timor Leste?

Bem, o Brasil sempre votou a favor do povo maubere na ONU, mas nesta última Assembleia Geral onde a questão foi discutida, pela primeira vez, o embaixador brasileiro falou da quarta comissão de apoio à luta do povo maubere, exigindo a retirada das forças indonésias. Verificamos então que há uma maior abertura no actual governo brasileiro. Contudo, o nosso desejo de visitar oficialmente o Brasil ainda não foi satisfeito até hoje. Tivemos, no entanto, um convite formulado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), na pessoa do seu líder, o engenheiro Leonel Brizola, formulado antes de partir de Lisboa de regresso ao Brasil. Pretendemos corresponder a este convite incluindo o Brasil no roteiro que realizaremos pela América Latina. O Brasil não pode ser esquecido, muito pelo contrário, é um país irmão e o povo brasileiro tem todo o direito de estar informado sobre a luta do povo Maubere.



Uma luta heróica com proporções trágicas

À VENDA

Africa | 5

LITERATURA · ARTE E CULTURA



DISTRIBUIÇÃO

- **Portugal** – CDL-Central Distribuidora Livreira – Lisboa
- **Angola** – ENDIPU - Empresa Nacional do Disco e de Publicações – Luanda
- **Cabo Verde** – Instituto Cabo-verdeano do Livro – Praia
- **Guiné-Bissau** – Depart. de Edição/Difusão do Livro e do Disco – Bissau
- **Moçambique** – Instituto Nacional do Livro e do Disco – Maputo
- **Nigéria** – Universidade de Port Harcourt
- **Galiza (Espanha)** – Editorial Galaxia – Vigo
- **Brasil** – Livraria Século XXI – S. Paulo

Preço (Portugal) – Esc. 180\$00

Números 1 a 4 – Esc. 140\$00

Assinatura (4 n.ºs) – Esc. 600\$00

Africa | Uma revista de projecção internacional dedicada à Cultura Africana

Ainda está a tempo de adquirir os números anteriores do I VOLUME de 'Africa' ...

Africa | 1

LITERATURA · ARTE E CULTURA



Africa | 2

LITERATURA · ARTE E CULTURA



Africa | 3

LITERATURA · ARTE E CULTURA



Africa | 4

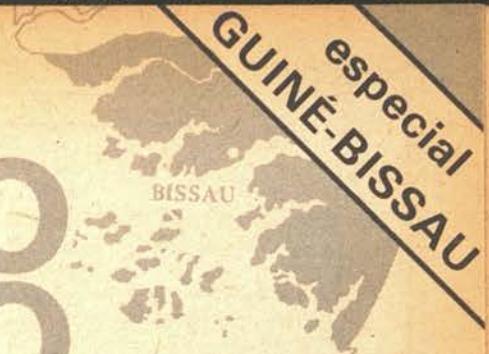
LITERATURA · ARTE E CULTURA



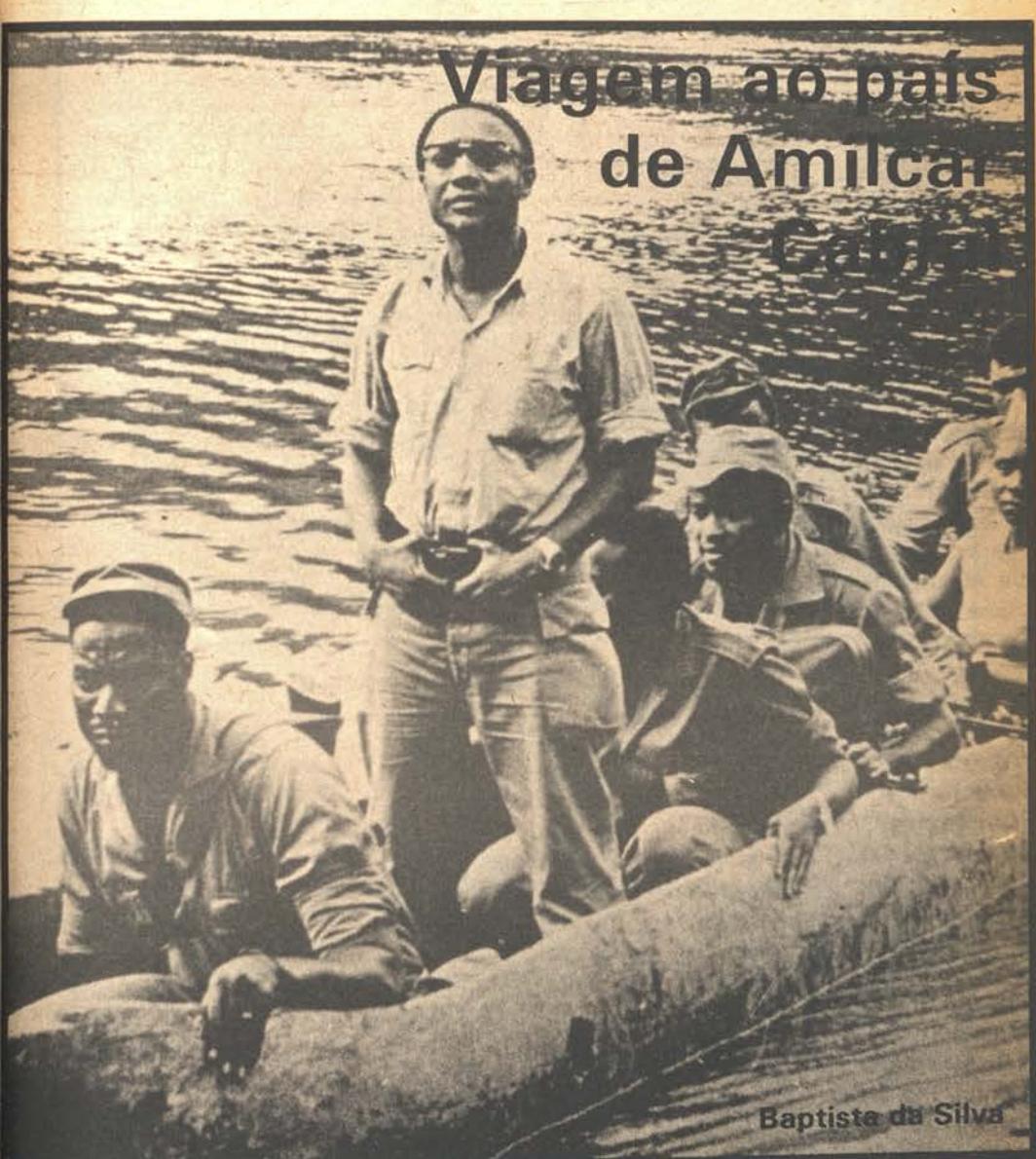
Se os não encontrar na sua livraria peça-os directamente a ÁFRICA EDITORA
Av. Principal, Miraflores,
Lote 117, Loja 6 – ALGÉS
1495 Lisboa

cadernos do terceiro mundo

especial
GUINÉ-BISSAU



Viagem ao país
de Amílcar



Baptista da Silva



Apesar de todas as dificuldades e limitações, o povo da Guiné-Bissau e a sua força dirigente, o PAIGC, estão empenhados e dispostos a vencer o desafio de construir um país próspero e independente, em que a exploração do homem pelo homem não tenha mais lugar.

Para o europeu que se desloca a um país africano recém-independente, como a Guiné-Bissau, a experiência pessoal mais marcante revela-se no pulsar forte dessa nova nação, pulsar que se manifesta não só nos discursos mais ou menos oficiais, mas, sobretudo, na febre de construir um país novo, que faz latejar a força de trabalho das suas massas laboriosas, que faz arrastar num poderoso movimento funcionários e técnicos, mesmo os mais inertes. Manifesta-se, igualmente, no quotidiano, à mesa da esplanada; os te-

mas dominantes são quase sempre os projectos, o futuro assalta permanentemente o presente.

Não se quer com isto dizer, longe disso, que esta marcha para o futuro não se faça com dificuldades, é óbvio que sim: sobretudo se se tiver em conta que aquilo que 500 anos de colonialismo deixaram foi quase nada, um zero em infra-estruturas, um zero em técnicos, apenas um subdesenvolvimento letárgico... Poderíamos dizer que é um país a construir do nada que o PAIGC e o povo guineense tentam erguer na-

quela antiga colónia portuguesa, depois de um esforço de guerra de 11 anos, onde muitos dos seus melhores quadros tombaram pelo caminho, dos quais se destaca a figura de Amílcar Cabral, "militante n.º 1 do Partido, fundador da nacionalidade", e, sem qualquer contestação, uma das grandes personalidades, como homem e revolucionário, de África, do Terceiro Mundo e deste nosso século.

O avião faz-se à pista do aeroporto de Bissalanca que serve a cidade de Bissau e desta dista cerca de

12 quilómetros. Lá em baixo é um emaranhado de rios e braços de mar, de cor barrenta, que lhes tinge as margens lodosas, de tal modo que não se percebe onde os rios acabam e o mar começa. O País parece semi-aquático, trajando um explendor de verde de inumeráveis tonalidades que a vegetação tropical lhe confere. Aqui e ali vislumbram-se os traçados geométricos das plantações de arroz, as bolanhas, que deixam transparecer o castanho bem avermelhado da terra.

CALOR, CHUVA E FRONTEIRAS

O calor e a humidade tropicais recebem os recém-chegados e o ar que se respira cheira a terra húmida, quase que diríamos a verde, se as cores apresentassem cheiro.

Lembrava-me que já tinha lido antes alguns dados geográficos e etnológicos sobre o país, que diziam ter a Guiné-Bissau uma superfície de 36 125 Km² e situar-se na costa ocidental da África entre a República do Senegal, a norte, a República Democrática e Revolucionária da Guiné, a leste e a sul, tendo como fronteira oeste o Oceano Atlântico; localizando-se o país no limite sul da zona saheliana e apresentando o território uma parte continental, a mais importante, e uma parte insular, o arquipélago dos Bijagós, com apenas 1550 Km².

Referiam essas informações que o país apresentava três zonas ecológicas distintas e não possuía nenhuma cadeia de montanhas, caracterizando-se, pelo contrário, pela baixa altitude.

São essas zonas, a leste, portanto a mais no interior do continente, formada pelos planaltos e colinas do Boé, com cerca de 300 metros de altitude, constituindo os primeiros contrafortes do Futa Djalon e caracterizada por uma vegetação de savana e floresta seca; a zona centro, com uma altitude de 50 metros, com uma vegetação entre a floresta e a savana, e, finalmente, a zona litoral, ou planície costeira, onde predominam as palmeiras de dendê e as bolanhas.

Esta zona é rasgada por grandes rios, como o Geba, o Corubal, o Cacheu, etc., que apresentam estuários largos e profundos e que por isso constituem vias navegáveis de penetração. Contudo, o facto das marés apresentarem grande intensidade, cerca de 7 e 8 metros de desnível, e da salinidade se fazer sentir até cerca de 100 quilómetros da foz desses rios faz com que os trabalhos da cultura do arroz se tornem difíceis, quer pela necessidade de protecção das bolanhas quer para a sua irrigação.

Chegávamos na estação seca, a mais amena, a estação das chuvas dura de Maio a Outubro, mas chove de tal maneira que faz com

que as estatísticas pluviométricas apresentem para esta região valores entre 70 e 80 por cento, sendo a temperatura média anual de cerca de 26 graus centígrados (média, note-se...).

BISSAU, BELA E SENSUAL

De Bissalanca a Bissau é um pulo, apesar da estrada ser estreita, entrecortada por troços em construção da futura auto-estrada, que ligará a capital ao também futuro aeroporto internacional (obras de ampliação de pistas e de hangares foram já iniciadas). Porém, a obra daquela via rápida, até pelo montante que envolve, tem levantado polémica e as críticas apontam sobretudo para aquilo que é já um facto quase que universal, o elevado custo por quilómetro que envolve qualquer auto-estrada. Mas a verdade é que a actual estrada já não servia, e isso é aceite pacificamente por toda a gente. Comentário em tom de "laracha" que se ouvia em relação à auto-estrada é a "necessidade futura de construção de um centro ortopédico junto a ela". Porém a culpa af



já não é da auto-estrada, mas sim da disciplina no trânsito que as autoridades a esse sector ligadas a custo tentam conseguir impor.

Bissau apresenta-se, sem qualquer favor, como uma bonita cidade, onde na parte central de construção colonial se pode ver belas casas, ladeadas por amplas varandas e sacadas. A capital é envolta por numerosos e imensos bairros de palhotas ou de construção mais pobre. No tempo colonial esses bairros, a Ajuda, o grande Pilão, etc., eram como que o "ghetto", o amontoado da inegotável e barata força de trabalho. As ruas mostravam-se no entanto um pouco desventradas, longos buracos rasgavam o asfalto. Mais tarde viemos a saber pela boca de um técnico cooperante português ligado ao sector das telecomunicações que isso se devia à instalação a contra-relógio de novos cabos telefónicos que irão ligar a nova central, trabalho que está a ser realizado numa verdadeira maratona por operários e técnicos, a fim de que a sua instalação esteja concluída antes do início das chuvas, as quais poderiam ocasionar graves prejuízos.

Do alto dos telhados ou dos grande embondeiros, cujo porte esmaga a nossa limitada noção de tempo, bandos de djugudés (espécie de abutres de cerca de 1 metro de talhe e pESCOço de penado) perscrutam o horizonte, atentos, na mira de algo que conforte o seu estômago, tornando-se, por isso, preciosos agentes de saúde e zeladores da higiene pública, colaboradores preciosos dos serviços de limpeza do sector autónomo de Bissau.

A «zelosa» embaixada norte-americana



Em Bissau pudemos constatar aquilo que já supunhamos: os "Cadernos do Terceiro Mundo" têm muita aceitação, contando a nossa revista aí com muitos e entusiastas leitores. Segundo pudemos apurar, raros são os números da nossa revista que aí chegam e não esgotam. Um no entanto houve que desapareceu da Casa da Cultura num verdadeiro "áspice". E tantos foram os protestos por parte de leitores habituais dos Cadernos, privados de adquirir o seu exemplar, que gente houve que se pôs a indagar da razão pela qual esse número havia esgotado no primeiro dia em que foi posto à venda.

Como Bissau é uma cidade pequena e onde quase tudo se sabe ou se acaba por saber, fácil foi descobrir que, nesse dia, os funcionários, os zelosos funcionários, da Embaixada norte-americana se tinham mostrado particularmente virados para as "coisas do espírito", tendo acorrido em verdadeira romaria para a Casa da Cultura. Estava, pois, explicado a razão pela qual as várias centenas de exemplares do n.º 15 dos Cadernos do Terceiro Mundo se tinham "esgotado" naquele dia.

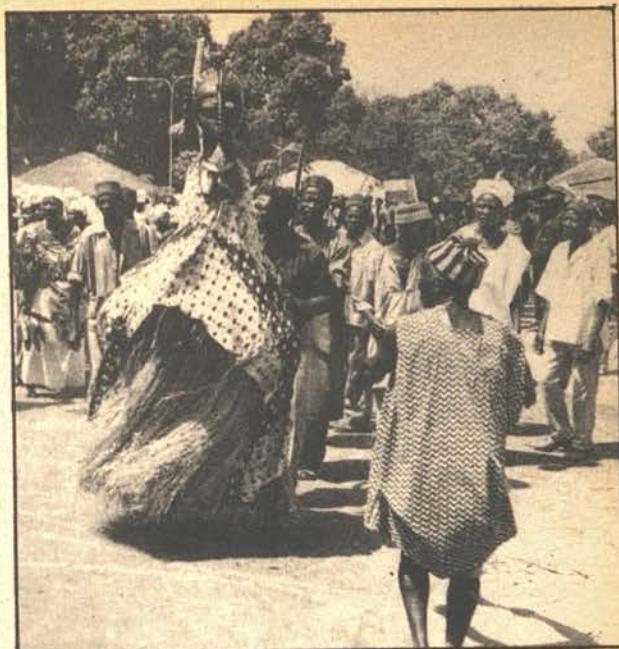
Recorde-se que o tema central daquele número era dedicado à CIA, Agência Norte-Americana de In-

formações, onde, para além de um histórico das siniestras actividades daquela organização, se denunciavam algumas redes e agentes da CIA operantes em alguns países africanos.

Como certamente a Embaixada estará bem informada dessas actividades, e aquilo que aí foi escrito não constituirá para ela novidade, a explicação só pode ser uma: "zelar" pelas mentes dos "pobres" guineenses contra as tentações das "más" leituras...

A FEBRE DE SÁBADO À NOITE

O clima quente e húmido dá à cidade de pequenas mas largas avenidas um ambiente sensual, que agita o mais frígido nórdico ou o mais glaciar homem das estepes. Ao fim da tarde, dá-se a saída das repartições, das fábricas, suspende-se o trabalho no porto, é o regresso a casa. Alguns vão plantar o seu bocadito de terra, outros enchem por todo o lado as esplanadas, bebendo a "cervejita", falando com o calor habitual que põem em todas as conversas, com os amigos e camaradas. À tardinha, a cidade ganha nova vida, os passeios enchem-se, é a hora do lazer, do *bocassinho*, (o falar dos outros). Um pouco por todo o lado vêm-se mulheres e garotitas venderem mancarra a "meio peso" a medida. A Praça dos Heróis Nacionais, no topo da maior avenida da cidade, rebaptizada com o nome de Amílcar Cabral e que desagua no porto,



Dança tradicional

torna-se o lugar favorito de passeio, passeio circular à roda da praça circular, onde os jovens trocam olhares, trocam namoros, trocam carinhos.

Mas é sobretudo ao sábado à noite que Bissau mais se anima, já que domingo é

dia de descanso. A "febre de sábado à noite" é contagiosa e desde o comissário, como são designados aqui os responsáveis pelas pastas de governo, até ao mais simples "proleta", todos procuram, à sua maneira, viver a noite de sábado. Depois do futebol, que faz encher de entusiástica multidão o único estádio da cidade, é o baile nos clubes, na UDIB, no Benfica ou em casa de qualquer amigo. Se formos para os bairros periféricos o entusiasmo não é menor, esvaziam-se cervejas ou laranjadas da fábrica nacional e dança-se como só os africanos sabem dançar. A festa só acaba lá para as tantes quando os acordes musicais das orquestras, seja o "Combiana Djazz", o Nô Pintcha ou o recém-formado conjunto da central sindical (UNTG) se confundem com os primeiros alvores da madrugada.



Uma musicalidade antiga e rica



PAIGC força política incontestada



Ao observador imparcial que passe alguns dias na República da Guiné-Bissau, não escapará a força e prestígio que goza o PAIGC; prestígio e força que lhe vem dos seus 24 anos de existência, dos 11 anos de luta armada de libertação, dos seis anos de exercício do poder na nação completamente liberta, força que lhe vem das massas populares, por ao longo de todos estes anos ter sabido interpretar os seus anseios e aspirações. Se outros factos não evidenciassem esta realidade, bastava dizer, para o provar, que mesmo as raras tentativas reaccionárias de desestabilização que tiveram lugar durante os últi-

mos cinco anos, provindas de sectores nostálgicos do neocolonialismo, nunca se apresentaram como directamente contra o PAIGC, mas, sim, contestatárias do princípio da Unidade Guiné-Cabo Verde, ideia central do pensamento de Cabral e do Partido. Evidentemente que por detrás da contestação deste princípio básico do programa do Partido estava o ataque ao próprio Partido e o racismo. Só que não havia coragem de o afirmar, porque isso imediatamente os desmascararia e nem os mais incertos ou ignorantes conseguiram manobrar.

Foi em Bissau que o PAIGC nasceu, a 19 de Se-

tembro de 1956, e aglutinava, de início, alguns políticos, elementos da pequena burguesia urbana que procuravam mobilizar para a luta nacionalista os assalariados dos serviços. Porém o massacre dos estivadores do porto de Pidjiguiti, em Bissau, pelas forças de ocupação colonial, trabalhadores que reivindicavam melhores salários e que tinham já a orientação do partido, levou a que o PAIGC tivesse que reformular a sua análise política, constatando da necessidade de mobilizar as massas campesinas — que constituíam cerca de 90 por cento da população — para a luta armada de liber-



tação nacional que o massacre de Pidjiguiti veio colocar na ordem do dia.

Foi esta mesma Bissau, que, a 19 de Outubro de 1974, recebeu entusiasticamente a direcção superior do Partido e o primeiro governo da República, proclamada a 24 de Setembro do ano anterior nas colinas de Madina do Boé.

No seu 3.º Congresso, realizado entre 15 e 20 de Novembro de 1977, o PAIGC definia-se como "Movimento de Libertação no Poder", definição ideológica que assentava na análise de classe e do desenvolvimento das forças produtivas tanto na Guiné como em Cabo Verde. No relatório do Conselho Superior de Luta ao Congresso referia-se:

"A análise da situação social nos nossos países levou o PAIGC a verificar que a dominação colonial, representada pela burguesia portuguesa, permitindo apenas a sobrevivência de uma economia de subsistência ao lado de uma economia de mercado atrasado, não possibilitara o desenvolvimento de classes sociais conscientes e a afirmação de uma delas como portadora exclusiva da História.

Eis a razão por que o processo histórico da nossa luta de libertação nacional foi desencadeado não por uma classe mas pelo sector revolucionário da pequena burguesia que soube conquistar para a ideia da independência as camadas laboriosas mais exploradas, organizá-las num vasto movimento e integrar na direcção política os elementos mais dinâmicos".

Com a independência, o PAIGC constatou que a "li-

bertação das forças produtivas nacionais resultante do acesso à independência e a intervenção no plano económico de um Estado que defende os interesses das massas trabalhadoras, originaram novos tipos de relações nas nossas sociedades. No entanto, na Guiné como em Cabo Verde, não tendo estes factores de transformação produzido ainda mudanças qualitativas significativas na estrutura de classe, os motores sociais que vêm conduzindo o processo revolucionário revelam-se perfeitamente adequados às realidades actuais".

Porém, o esforço de desenvolvimento económico e a luta pela independência económica e social – luta que o PAIGC declara ser mais difícil e complexa do que a luta pela independência política, quer devido às resistências internas quer às contradições que irá provocar internamente – levará necessariamente a uma diferenciação de camadas sociais no seio da sociedade guineense e cabo-verdiana.

Isso leva a que o Partido alerte desde já no sentido de ele próprio se ir afirmado como "uma vanguarda ainda mais coesa do ponto de vista ideológico e bem estruturada do ponto de vista organizativo".

UMA ECONOMIA DEPENDENTE

Para que o PAIGC, no decorrer do desenvolvimento das forças produtivas e da diferenciação de camadas ou classes sociais que esse processo inevitavelmente conduzirá, se assuma "cada vez mais como Partido", como dizia Amílcar Cabral, e que perca, progressivamente, o carácter de frente nacional que ainda conserva.

Efectivamente, segundo as estimativas do último censo, realizado o ano passado, a Guiné-Bissau apresenta uma população de cerca de 777 mil habitantes, dos quais só apenas 24 500 são assalariados. Cerca de 15 mil são o que



Presidente Amílcar Cabral

poderíamos classificar de tradicionais funcionários públicos, 5 mil assalariados em empresas estatais e os restantes 4500 assalariados do reduzido sector privado.

O governo do PAIGC herdou, pois, do colonialismo uma relativa pesada máquina burocrática e isto é agravado se dissermos que 80 % dos 15 mil funcionários públicos se concentram em Bissau, cidade macrocéfala de cerca de 110 mil habitantes e polo de atração de emigração interna, que procura ser contrariada pelo Governo através da criação de estruturas de desenvolvimento no interior. Política esta que para além de razões económicas tem um argumento moral: a maior parte desses recém-chegados à capital procura asilo em casa de parentes que já de si, com famílias geralmente muito numerosas, vivem com muita dificuldade. O número médio de pessoas por família é de 6,3, o que faz com que praticamente toda a gente tenha um parente, nem que afastado, na cidade...

Com a independência, o PAIGC herdou uma economia totalmente dependente, cerca de 56 centavos nos cofres do Estado e uma balança comercial onde as exportações apenas co-

Estruturas das Importações (1978) (milhares de pesos)

Produtos alimentares	711 163 — 41 %
Máquinas, aparelhos, aces- sórios	288 690 — 16,7%
Abastecimento para artesa- nato, indústria e comércio	269 448 — 15,6%
Material de transporte	215 033 — 12,4%
Outros bens de consumo ...	163 271 — 9,5%
Combustíveis e lubrificantes	78 807 — 4,6%
Total importado	1 726 412

Estruturas das Exportações (1978) (milhares de pesos)

Produtos agrícolas (maçarria)	310 812 — 73,5%
Produtos do mar	92 831 — 22 %
Madeira	9 261 — 2,2%
Produtos industriais	2 127 — 0,4%
Outros	7 611 — 1,9%
Total exportado	422 642

briam cerca de 9,1 das importações; uma economia subdesenvolvida em que cerca de 86 % da população vivia da auto-subsistência. Daí que as prioritárias opções no domínio económico fossem, por um lado, diminuir o "deficit" da balança comercial, e, de algum modo, o "deficit" da Balança de Pagamentos, ainda que aqui a atenuação do "deficit" fosse difícil, dadas as necessidades de financiamento externo aos projectos de investimento a

poupança interna é manifestamente insuficiente para substituir esses financiamentos.

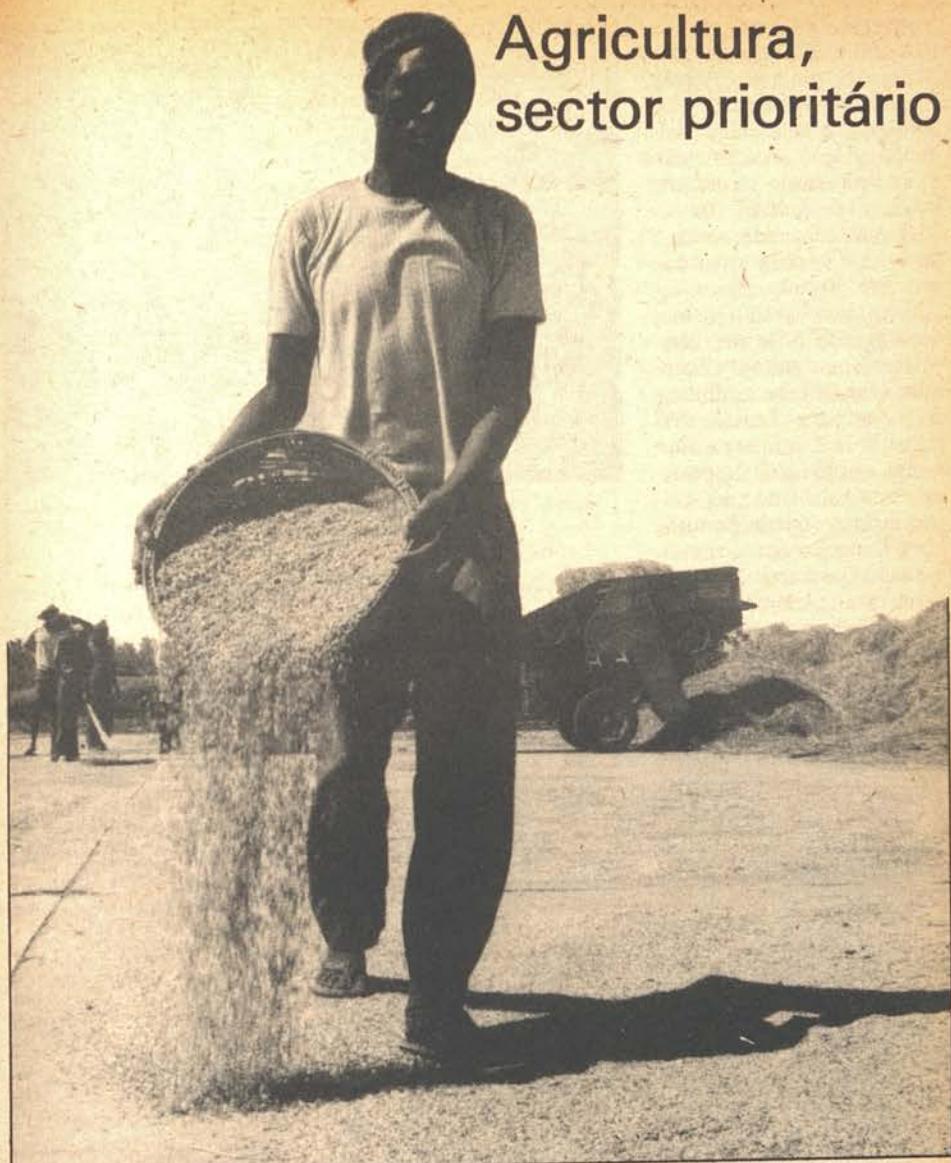
Note-se que uma parte significativa dos investimentos, que em 1979 estavam orçados em cerca de 3 milhões e 283 mil contos, correspondendo a 70,5 por cento do Orçamento Geral do Estado sendo os outros 29,5 por cento destinados ao funcionamento da máquina administrativa, são financiados por donativos ou em dinheiro, ou na forma de donativos alimentares, que, posteriormente, são vendidos no mercado interno sendo esse montante resultante da venda canalizado para o investimento, cuja taxa se situa entre as maiores do Mundo.

Passemos em análise a situação de alguns dos mais importantes sectores económicos e sociais da jovem república da Guiné-Bissau.



Descarregamento de 10 mil toneladas de arroz oferecidas pelo governo Holandês

Agricultura, sector prioritário



O 3.º Congresso do PAIGC definiu claramente a agricultura como o sector prioritário, não obstante, como afirma o Presidente Luís Cabral, nesta fase de reconstrução "todos os sectores são prioritários". Essa prioridade é fruto não só do peso que o sector agrícola tem na formação da riqueza nacional guineense, em 1978 o sector Primário,

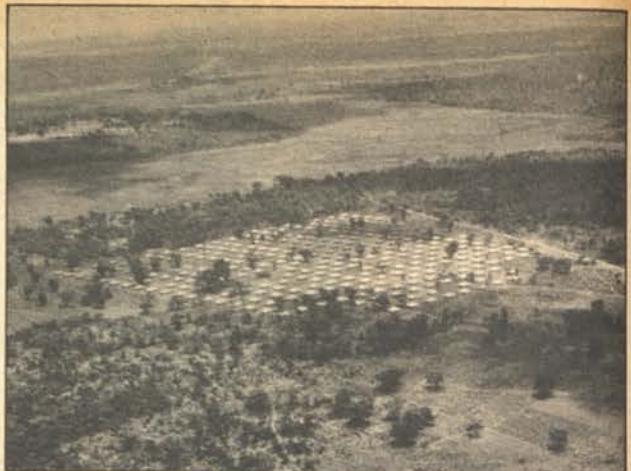
agricultura, caça e pesca, representava cerca de 39 por cento do Produto Interno Bruto, ou seja da riqueza produtiva gerada internamente, quer pelo facto de mais de 80 por cento da população se dedicar exclusivamente ao trabalho da terra.

No final da guerra de libertação nacional a máquina produtiva no domínio

agrícola apresentava uma grande desorganização verificando-se uma grande diminuição das áreas cultivadas e isso devido à guerra ou ao facto da maior parte da população ter-se refugiado em países vizinhos ou concentrar-se nos centros urbanos ou nas aldeias estratégicas em que eram obrigados a viver por exigência das forças coloniais.

Aquando da libertação total, em 1974, havia um deficit de cerca de 50 mil toneladas de arroz, que constitui a base alimentar da população — em média cada habitante consome anualmente entre 105 a 110 quilos de arroz, elevando-se esse consumo per capita em Bissau a cerca de 135 quilos — assim como uma grande falta de dinamismo no sector. Eram poucas as culturas, sobretudo o arroz e a mancarra (amendoim), que era a cultura obrigatória imposta pelo colonialismo. As outras culturas que as populações faziam, como o milho e a mandioca, que atingiam níveis praticamente insignificantes, destinavam-se exclusivamente ao auto-abastecimento da família ou da aldeia (tabanca).

A agricultura encontra-se assente numa estrutura secular que tem por base a pequena empresa familiar e duma maneira geral pode-se afirmar que a terra é abundante em relação à população: há "terra que chegue para toda a gente". Pode é acontecer, e acontece, que em determinadas regiões ou local haja sobreposição de interesses, sentindo-se alguns campesinos no direito de cobrar rendas de outros que querem trabalhar a terra, como acontece um pouco na região de Cacheu e Bula. No entanto, esses casos são perfeitamente localizados e o Comissariado do Desenvolvimento Rural encontra-se empenhado em acabar com este tipo de situação, tendo durante o ano transacto recuperado cerca de 280 hectares de terras para balaña, contando durante o corrente ano recuperar ainda mais terras, através de



Aldeia estratégica: os colonialistas queriam a todo o custo policiar as populações

protecção de águas, etc., de modo a aliviar essas tensões e a estabelecer o princípio base "da terra (ou mais exactamente, do produto da terra), a quem a trabalha".

De uma maneira geral a terra é um bem colectivo, um bem da Tabanca e acontece frequentemente as famílias irem trabalhar outras terras devido à quebra na fertilidade das que inicialmente laboravam. Princípios básicos e seculares noutras partes do Mundo, como a rotatividade das culturas ou o uso da tracção animal, nem mesmo esses foram introduzidos em 500 anos de ocupação colonial.

Apesar de depois da total independência o Governo ter nacionalizado os solos, o que é facto é que até agora essa medida poucos ou nenhum reflexo teve na prática já que ainda não foram postos em execução os mecanismos jurídicos que levassem a concretizar tal medida.

Após a independência as acções viraram-se sobretu-

do para as culturas do arroz e da mancarra. No primeiro caso com vistas a atenuar o "déficit" alimentar existente, no segundo com o objectivo de levar a produção a níveis já anteriormente conseguidos na exportação. No entanto, o esforço de intervenção tem-se visto limitado, não só devido aos exígues meios materiais técnicos e humanos existentes, como ao facto de outros sectores adjacentes para o escoamento de excedentes, sua comercialização e troca, também não existirem ou serem diminutos. Pelo que atrás se afirma, depressa se compreenderá que a ruptura "com o círculo vicioso da auto-subsistência", apontado desde sempre como um objectivo prioritário do Governo, está ainda longe de ser totalmente atingido. Daí que o Orçamento Geral do Estado na sua componente investimento conceda o maior quinhão às Obras Públicas (cerca de 20,5 do Orçamento de investimentos), que tem a seu cargo a construção das estradas.

"CONCEITO DE TROCA"

O escoamento da produção excedentária de determinadas regiões para os centros urbanos ou para outras zonas que dela carecem, vê-se extremamente dificultado ou impossibilitado, devido às precárias ou inexistentes infra-estruturas rodoviárias, portuárias ou de equipamento de transporte.

Foi o que aconteceu na região de Tombali, no sul do país, junto à fronteira da Guiné-Conacry, região de grande produção frutícola e vulgarmente denominada por "celeiro do país", que tem visto as suas laranjas, abacaxis ou bananas apodecerem sem que houvesse meios para escoar essa rica produção, quer para Bissau, onde havia falta de laranja, quer para a fábrica de sumos Titina Silá que tem tido muitos problemas de abastecimento de frutos, sua matéria-prima principal, devido, precisamente, ao facto de se situar algo distante das zonas produtoras de frutícolas.

Como me explicava o Comissário de Estado do Desenvolvimento Rural, Mário Cabral, "a nível de Tabanca há muito o conceito da troca — eu dou-te o que tenho, tu dás-me o que eu preciso —, mas infelizmente os outros sectores — a juzante e montante — não têm ainda podido corresponder, daí que não tenhamos conseguido arranjar produtos para troca que os agricultores consideram de primeira necessidade".

Também no domínio da investigação e estudo dos solos o legado colonial é pobre. Havia pequenos estudos, alguns feitos sobre o

joelho, que se mostravam insuficientes para um verdadeiro trabalho de fundo sob a aptidão dos solos e a sua utilização racional.

"Neste momento estamos a procurar colmatar essas lacunas — afirmou-nos o Comissário Mário Cabral — e esta nossa ânsia de avançar leva-nos, por vezes, a que os estudos não sejam tão aprofundados como gostaríamos. Mas, pouco a pouco, estamos a procurar dotar os nossos departamentos centrais de equipamentos e estruturas que lhes permitam realizar um estudo a mais longo prazo. Neste momento — informou-nos aquele dirigente — procuramos fazer o desenvolvimento integra-

do de cinco grandes regiões em que se dividiu o país. Não assentando a produção numa só cultura, antes sim, procurando introduzir a rotação cultural, a utilização racional, de molde a mantermos o nível de fertilidade dos solos, procurando, ao mesmo tempo descentralizar decisões e serviços através da criação de meios locais que se encarregão igualmente da comercialização da produção ou produções".

O ARROZ DE BOLANHA

Parece um contra-senso, mas a verdade é que a Guiné-Bissau luta com imensas carencias de água, não só para consumo, mas sobre-



Granja de Prabis. Trabalho de monda na bolanha

tudo para irrigação das bolanhas, a tradicional cultura rizícola do país, feita em amplos terrenos alagados. Mas o que se tem provado, a experiência mostra-o, é o facto das águas salgadas terem vindo a avançar, colocando a necessidade urgente de importantes investimentos que possibilitem o aproveitamento dos rios de água doce, na verdadeira acepção da palavra. As águas salgadas têm vindo a avançar e isso deve-se às marés se terem mostrado nestes últimos tempos particularmente fortes e à baixa altura das regiões litorâneas, que não apresentam quaisquer defesas naturais. É aqui, através do apoio às populações, que o trabalho dos técnicos e do Comissariado do Desenvolvimento Rural mais se tem intensificado.

"O trabalho de protecção das bolanhas — explica-nos Mário Cabral — exige muitas vezes um trabalho que está muito para além das possibilidades dos

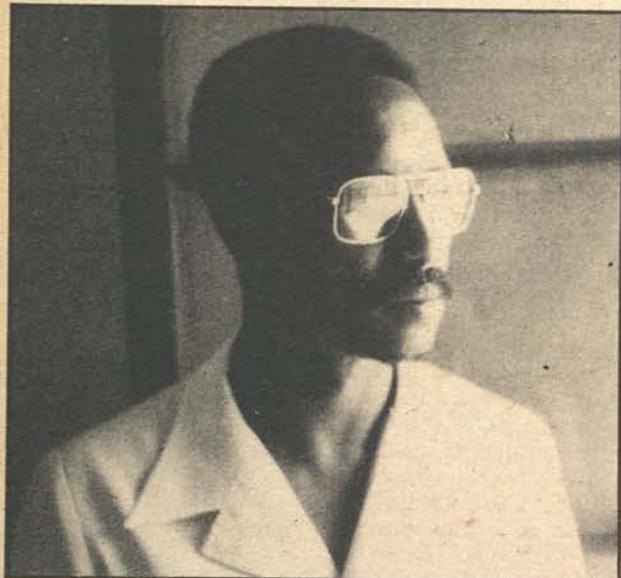
camponeses. É por isso que temos intensificado a nossa ação, intervindo no fechamento dos rios, na construção de diques de protecção e de pequenas barragens, trabalho que tem sido apoiado financeiramente pelos camponeses, que fazem cotizações, compram o combustível para abastecer as máquinas que nós fornecemos, alimentam os nossos trabalhadores e dão o trabalho que há que dar. Sem esta participação não teríamos conseguido o que já fizemos, pois a nível de Comissariado não dispomos de verba para fazer face às extraordinárias despesas que esses trabalhos necessariamente envolvem a uma escala nacional.

A produção rizícola apresenta um rendimento médio de 600 quilos por hectare, o que é francamente baixo. Porém, nas experiências da Cooperativa de Contuboeiro e em Cabo Xanque já se atingem médias da ordem das 3,5 e até 6 toneladas por hecta-

re. Mário Cabral afirmou-se convencido que mesmo sem um grande investimento poderão dentro de curto espaço de tempo atingir médias de 3 toneladas, sobretudo através do aumento do fornecimento de sementes seleccionadas, ainda muito abaixo das necessidades e à introdução de variedades de ciclo curto com muito bons resultados, cuja necessidade passou a fazer-se sentir de forma premente com a diminuição das chuvas devido às consequências da seca da zona saheliana. A introdução da tração animal, que exige um aturado trabalho e sensibilização como ocorre em Bafatá e em Gabú com óptimos resultados, poderá ser outro factor determinante para o aumento do rendimento.

ORGANIZAR E MOBILIZAR OS CAMPONESES

A sensibilização e organização das massas camponezas é evidentemente encarada, quer pelo Governo, directamente através dos serviços do comissariado do Desenvolvimento Rural, quer pelo Partido. Procura-se estimular prioritariamente nesta fase a criação de associações de camponezes a nível de Tabanca ou a níveis mais gerais, concedendo o Estado crédito agrícola preferencialmente às associações de camponezes. Por outro lado, está em marcha uma campanha nacional contra a nefasta prática secular das queimadas que antecediam os trabalhos de terra para as sementiras, prática hoje proibida pelo Governo, tendo em atenção os graves perigos



Mário Cabral, Comissário de Estado do Desenvolvimento Rural



A fruta abunda no Sul, nas regiões de Quinara e Tombali, o pior é fazê-la chegar às cidades...

de desertificação e quebra de fertilidade dos solos.

Com experiências de exploração colectiva de maiores dimensões pouco ainda se avançou, podendo estas formas de exploração ser divididas em dois grupos: as cooperativas e as Granjas do Estado.

O movimento cooperativo nos campos dá os primeiros passos. As experiências avançadas, e nem todas bem sucedidas, têm procurado constituir-se como exemplos nas regiões em que se inserem, o mesmo poderíamos dizer das primeiras Granjas do Estado. Neste momento existem três cooperativas, a de Contuboei, que se dedica exclusivamente à cultura do arroz; a dos Combatentes de Liberdade da Pátria e a Cooperativa Domingos Ra-

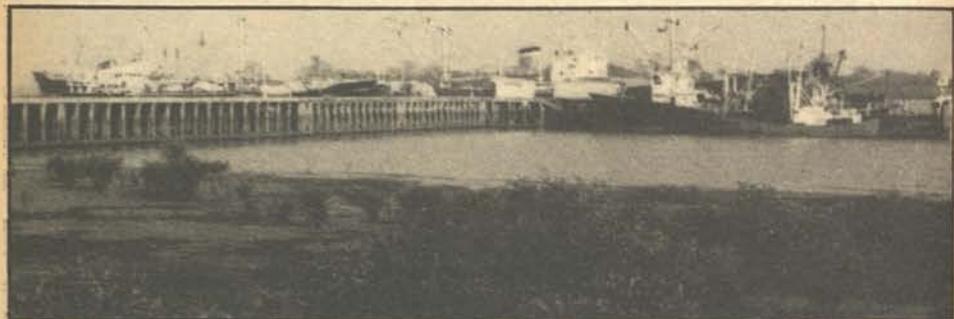
mos, cujos cooperantes são basicamente antigos exilados, sendo a primeira constituída por antigos combatentes da luta de libertação hoje desmobilizados. Das três só a primeira tem apresentado resultados francamente positivos e encorajadores. As outras duas, de produção diversificada, hortícolas e cana sacarina, têm tido um certo insucesso, explicado, sobretudo, por um certo voluntarismo na sua organização e impreparação de certos quadros, não se encontrando, quer uma quer outra, ligadas directamente ao Desenvolvimento Rural como seria, talvez, natural e desejável. Procura-se, no entanto, rectificar a sua organização na base da análise dos erros cometidos no passado.

No que se refere às Granjas do Estado, existem ofi-

cialmente 20, mas destas apenas cinco funcionam efectivamente como tal, cabendo também elas de muitos meios. Isso tem levado a que tivessem surgido muitas críticas ao seu funcionamento, críticas que ao que julgamos chegaram à própria Assembleia Nacional Popular, mas que muitas vezes parecem não ter tido em conta a carência daquilo que é o mais importante em qualquer unidade produtiva: os meios.

Procura-se hoje não já a reorganização nos mesmos moldes de aquando a sua implantação, mas antes encará-las como centros de experimentação e vulgarização. É este o novo sentido que se lhes procura dar e não encará-las já como normais centros de produção.

Transportes, sem eles não há desenvolvimento



O termo da guerra encontrava o país com precários ou nulos meios de transporte e vias de penetração para o interior. O colonialismo pouco havia feito, e, por outro lado, esses eram alvos preferenciais da luta de libertação. As estradas que os portugueses construíram nos últimos anos tinham apenas, ou antes de mais, intuições militares. O transporte de passageiros não existia, e o abastecimento das tropas coloniais aquarteladas em pontos do interior só se fazia por helicóptero ou através de fortes escoltas armadas. Com a independência pouco se herdou neste domínio: algum asfalto e lanchas militares de desembarque CSD/CDM, muitas das quais podem ainda ser vistas com carcaças ferrugentas jazendo nos lodos da beira das margens.

Inicialmente procurou-se antes de mais conservar o que existia, o pouco que existia. Os cofres do Estado estavam vazios e a compra de novos equipamentos teve de ser adiada. De início o sector foi dos mais

sacrificados, situação que se modificou de há um ano a esta parte, pois o governo está consciente que sem uma boa rede de transportes é o desenvolvimento que se está a adiar.

Foi criada uma rodoviária nacional, a "Siló Dia- ta", onde algumas dificuldades na gestão não a têm impedido de desempenhar as tarefas para que foi criada: transportar a população. Ela cobre praticamente todo o país com os 45 autocarros já adquiridos após a independência, material de transporte sujeito a um grande desgaste devido às próprias condições e estado das vias de comunicação terrestres. Ainda este mês chegarão mais 35 autocarros para a empresa que tinham sido encomendados na Bélgica.

Está prevista para breve a abertura de novas estradas, como a de Xitole a Quebô e a que ligará Tite, Buba e Catió, que constituirá a verdadeira "espinha dorsal" da região sul e celeiro do país. Esta obra deverá ter início no próximo mês de Abril, e será financiada

pelo Banco Mundial e pela poupança interna, enquanto o Fundo do Kuwait está financiando as obras de ampliação do porto e do aeroporto de Bissau. Outra das entidades de créditos que tem participado activamente no financiamento dos projectos de investimento do sector dos transportes é o BAD, Banco Africano de Desenvolvimento.

Também no sector dos transportes houve que definir prioridades e entre a via terrestre, aérea ou marítima a primazia foi dada a esta última, o que se relaciona com a própria configuração geográfica do país.

Está já em actividade um moderno barco de fabrico holandês, o Cassacá, com capacidade para 300 passageiros e 25 toneladas de carga, que faz carreiras regulares entre vários pontos do território. Outros 15 pequenos barcos para transporte de carga e passageiros que tinham recebido tiveram que ir directamente para os estaleiros pois o seu casco em fibra não se apresentava adequado às costas

guineenses estando agora a ser remodelados. Entretanto já foram comprados outros barcos como o Cassacá, embora com maior capacidade de carga, um "ferry-boata", que ligará Bissau a Enxude, uma vedeta para transporte dos pilotos da barra, um rebocador, pois não havia nenhum, mais quatro barcaças motorizadas que se encarregão do transporte de carga de navios que fiquem ao largo.

Actualmente o porto de Bissau só tem capacidade para um barco; o seu alargamento, de que existe já um projecto, prevê a atracagem de quatro barcos de média tonelagem em simultâneo. Será construído também um porto em Bissau exclusivamente destinado ao sector das pescas e um cais para o terminal petroleiro. O velho cais de Pidjiguiti destinar-se-á úni-

ca e exclusivamente à marinha de guerra. Simultaneamente irão ser iniciadas obras de sinalização de toda a costa e dos rios, o que tornará a navegação menos perigosa, assim como se iniciarão os trabalhos de dragagem do porto de Bissau e seu canal de acesso — informou-nos o Director-Geral dos Transportes, Mário Ribeiro.

OS DOCES AREAIS DE BUBAQUE

Quanto ao turismo, que se encontra sob a alcada do mesmo comissariado dos transportes, tem havido uma certa prudência, até aqui mais virado para o turismo militante daqueles que ajudaram o PAIGC na luta de libertação. Em Bubaque, nos Bijagós, foram construídas infra-estruturas

hoteleiras na base de confortáveis palhotas, pois pretendeu-se não agredir a natureza através de grandes unidades hoteleiras que aqui na Guiné não se pretende que proliferem. Bubaque, segundo todas as informações que me chegaram, sobretudo provindas de cooperantes portugueses, parece ser uma praia de sonho, com coqueiros e tudo, parecendo, segundo a descrição que me chegou aos ouvidos, aquelas praias do Pacífico que se viam nas "fitas" americanas. Com vista a iniciar ainda uma tímidas exploração das potencialidades de Bubaque fala-se que já teria sido assinado um contrato com uma importante agência de viagens internacional, que canalizaria assim o turista europeu, sobretudo o português, para os doces areais de Bubaque.



Pesca: o futuro é risonho



O sector das pescas apresenta-se como aquele onde o futuro é mais risonho e transparente. Os responsáveis não escondem o seu optimismo, reconhecendo que o sector tem vindo a progredir, apesar de algumas hesitações, a passos firmes.

Efectivamente já se sabe qual a riqueza existente em pescado e marisco nas costas da Guiné-Bissau, trabalho de investigação realizado com a ajuda de cooperação estrangeira, tanto no que se refere às 200 milhas como, e principalmente, às potencialidades da baixa e extensa plataforma continental de cerca de 80 milhas.

Desde a independência foram já constituídas três empresas mistas, nas quais o Estado guineense detém a maioria absoluta do capital. São elas:

A Estrela do Mar, de sociedade com a União Soviética, que opera com 8 barcos e tem possibilidades de ver dentro de breve lapso de tempo a frota alargada, que apresenta um balanço francamente positivo, reflexo também de uma boa organização e da capacidade técnica demonstrada pelos seus gestores.

A GUIALP, de sociedade com a Argélia, atravessa uma fase difícil devido a erros de organização e gestão cometidos no passado. De momento, procura-se reorganizá-la, tendo a parte argelina se comprometido a reparar os 8 barcos que constituem a frota da empresa, que, no próximo mês, seguirão para estaleiros espanhóis.

A SEMAPESCA é a terceira empresa já constituída, de sociedade com a França. Apesar de estar a

operar há pouco tempo, iniciou a sua actividade em Novembro do ano passado e dispõe apenas de três barcos — irá receber o quarto ainda este mês — a empresa já apresenta bons resultados, sendo as perspectivas as melhores. A empresa possui câmaras frigoríficas com a capacidade de 1200 toneladas e uma câmara de conservação a 0 graus com a capacidade de 250 toneladas. Para além de um túnel de congelação, de uma fábrica de gelo com uma capacidade de stock de cerca de 60 toneladas, a empresa possui ainda uma rede própria de assistência aos seus barcos.

Segundo dados de 1978, o sector das pescas contribuiu com cerca de 92 831 contos, ou seja cerca de 22 por cento do total exportado; julga-se contudo que em 1979 o valor do pesca-



do exportado já se teria aprofundado da primeira fonte de divisas do país, que é a mancarra. Um moderno barco patrulha iniciará dentro em breve a fiscalização das costas, encontrando-se já regulamentada a obrigatoriedade de todos os barcos que operam em águas territoriais da Guiné-Bissau levarem marinheiros guineenses a bordo como medida de controlo.

PESCA INDUSTRIAL E ARTESANAL

No momento em que abandonámos Bissau, descarregava-se com toda a azáfama toneladas de cimento e outros materiais de construção, que virão a ser utilizados na edificação de um grande complexo frigorífico com capacidade para 2000 toneladas de armazenagem que será feito em colaboração com a União Soviética e a Espanha. O complexo pertencerá ao Estado que alugará espaço de armazenagem às empresas pesqueiras que o venham a precisar. Está já em projecto a constituição de mais uma empresa mista com Portugal, não tendo avançado há mais tempo este projecto, ao que nos constou, devido a falta de resposta pronta dos sucessivos governos portugueses.

Por outro lado, até ao momento, foram assinados acordos de pesca com a URSS, França, CEE, Portugal, Senegal, Guiné-Conacry e Argélia, de modo que há a vontade política de se limitar esses acordos com receio de captura excessiva, receio que se agrava pela constatação dos limitadíssimos meios de controlo do pescado efectivamente capturado.

A par do desenvolvimento da pesca industrial, a Secretaria de Estado das Pescas da República da Guiné-Bissau tem procurado dar todo o apoio ao seu alcance à pesca artesanal, particularmente importante no arquipélago dos Bijagós, onde a maior parte da faina se concentra, junto a Bubaque. Ali foram já construídas algumas infra-estruturas de apoio e fornecidas canoas em ferro-cimento e madeira equipadas com motores, para maior segurança dos pescadores.

Segundo o Secretário de Estado do sector, Joseph Turpaine, "dentro de 3 ou 4 anos a pesca artesanal esta-

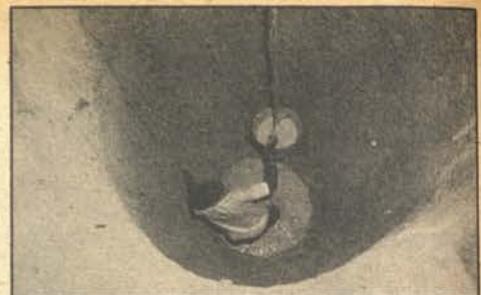
rá preparada para por si só abastecer toda a população guineense, enquanto que o sector industrial só irá exportar". Como informação suplementar refira-se que nos mercados de Bissau o peixe apresentava preços cerca de 6 vezes mais baixos que os da carne. Para além das "divisas", tão necessárias a um país que quase tudo importa como é o caso da Guiné-Bissau, os responsáveis do sector das pescas pensam contribuir num prazo muito curto para a melhoria substancial da dieta alimentar da população.



No mercado de Bissau o peixe é cerca de seis vezes mais barato do que a carne, rondando os trinta pesos

Indústria: debilidade patente

Recursos naturais: escassos, mas fala-se de petróleo...



Segundo dados de 1978, a indústria contribuiu para a formação de riqueza gerada no interior do país, o Produto Interno Bruto, em cerca de 19 por cento, correspondendo a um valor de cerca de 816 milhões de pesos. Era do seguinte teor o balanço que o PAIGC fazia da herança industrial deixada pelo colonialismo durante o seu último Congresso: "Segundo os técnicos económicos, a percentagem de participação das indústrias transformadoras implantadas na Guiné na formação do produto interno bruto era, em 1970, da ordem dos 0,5 por cento. Isto demonstra aquilo que toda a gente sabe: os colonialistas portugueses não deixaram no país qualquer estrutura industrial. Efectivamente, a Guiné é um país sem indústrias. Tudo o que encontrámos, no momento da conquista da nossa independência total resume-se em algumas poucas unidades de descasque de arroz e mancarra, de serração, de destilarias de aguardente de cana, algumas fá-

bricas de moagem, fábrica de camisas de fraca rentabilidade, e uma fábrica de cerveja e refrigerantes — a CICER — fundada em 1974 e que é, de facto, a única unidade industrial". No campo da energia o panorama era semelhante.

De então para cá alguma coisa foi feita, ainda que alguns dos projectos que arrancaram não tivessem sido totalmente sucedidos, em grande parte devido a ineficácia na previsão e gestão, outros, raros, a corrupção, como foi o que aconteceu na SOCOTRAM, cujo antigo director se encontra detido por comprovadas acções de fraude. Empreendimentos há, no entanto, onde as perspectivas parecem ser animadoras, como é o caso da fábrica de espuma "Pensau na Isna", que vai começar a exportar alguma da sua produção para alguns dos países vizinhos.

Actualmente existem vários projectos em apreciação sobretudo ligados à transformação de produtos agrícolas e outros mesmo

em marcha, como é o caso do Cumeré, complexo industrial quase totalmente pronto e que pudemos visitar.

O COMPLEXO DO CUMERÉ

Tudo está previsto para que o complexo industrial do Cumeré inicie a sua fase experimental de laboração a partir do próximo mês de Junho. O complexo apresenta uma capacidade de descasque de mancarra de 70 mil toneladas/ano; descasque de arroz 8 ton./hora; produção de óleos vegetais de 25 mil toneladas por ano; produção de sabão de 1 tonelada por hora; alimentação para animais 2 ton./hora.

O principal e único obstáculo do complexo parece ser o seu hiperdimensionamento, já que a produção dos últimos anos não tem ultrapassado as 20 mil toneladas. Mas a que se deve esta falta de previsão? Precisamente à falta de dados estatísticos concretos, fecha com que se debatem quase todos os países do Terceiro Mundo. Também aqui se partiu quase que do zero. O único inquérito agrícola que se conhece data de 1953 e foi realizado por um então jovem engenheiro.



CICER

Cerveja e refrigerantes da Guiné-Bissau

A que é devida então essa quebra na produção? Essencialmente à guerra ter feito diminuir drasticamente os terrenos da cultura da mancarra e também ao facto de ter deixado de constituir produto de cultivo obrigatório, como o faziam as autoridades coloniais.

Talvez devido à sua relativa "escassez" é que a mancarra tem visto subir o seu preço já por diversas vezes ao longo destes últimos anos, situando-se o seu preço actualmente em 8 pesos e 20 centavos o quilo.

O projecto, o mais ambicioso no sector industrial, está a ser financiado pelo Fundo da Arábia Saudita para o Desenvolvimento (4,5 milhões de dólares para equipamento) e pela OPEP, que cobrirá as despesas locais de instalação na ordem dos 2,5 milhões de dólares; existindo ainda por parte da Caisse de Cooperação Económique de France, CCCE, um financiamento para assistência técnica no montante de 10,5 milhões de francos franceses.

O Cumeré localiza-se a cerca de 40 quilómetros, por estrada, de Bissau, mas, efectivamente, dista da capital bastante menos em linha recta através de um dos braços do rio Geba. E é através precisamente desse

Após um ano de conversações, em Março de 1977, foi constituída uma sociedade mista entre o governo da Guiné-Bissau e as empresas portuguesas, Central de Cervejas e UNICER, na qual o Estado guineense passava a deter 62 por cento do capital entretanto aumentado para 120 mil contos.

Com a entrada em funções da nova equipa de gestão, presidida por João Cardoso, a empresa reestruturou-se e no final do ano económico de 77 apresentava já um lucro simbólico de cerca de 300 contos. O problema principal com que se defrontava a nova direcção da empresa era o seu hiperdimensionalismo num país pouco populoso e onde o poder de compra se apresenta ainda muito reduzido. Em 1979, a taxa de utilização da capacidade era apenas de 26,6 por cento, mas no ano anterior a exploração já apresentava lucros da ordem dos 25 mil contos.

1980 será o ano de arranque da exploração. Inicialmente para a República irmã de Cabo Verde e para a vizinha Gâmbia, mas, segundo apurámos, aguardava-se confirmação de encomendas por parte da República Islâmica da Mauritânia.

Segundo nos informou o seu director, João Cardoso, a CICER poderá dentro em breve chegar à utilização de 60 por cento da sua capacidade; porém, e a nível concorrencial, embora a qualidade da cerveja e dos refrigerantes seja a melhor, dificilmente poderão bater o Senegal, já que o preço do vazilhame — quer seja lata, quer sejam garrafas, todo ele importado de Portugal — encarece extraordinariamente o produto.

braço de rio que técnicos belgas estão a orientar a instalação de um oleoduto que ligará o Complexo ao porto de Bissau.

Segundo fomos informados pelo seu director, o complexo tem sido visitado por inúmeras delegações de camponeses de várias regiões do país e particularmente das produtoras de mancarra, assim como por todos os deputados da Assembleia Nacional Popular, com vista à sua sensibilização para a importância do aumento da produção de mancarra para que o Cumeré possa render o que está ao seu efectivo alcance.

O Complexo, nesta primeira fase, dará emprego a cerca de 300 pessoas e é considerado como o que há de mais avançado, tecnologicamente, neste domínio, facto que, por sua vez, também tem levantado alguma celeuma, pois há quem afirme que deveria ter sido escolhido um tipo de exploração menos capital intensivo, onde a força de trabalho, abundante e barata na Guiné-Bissau pudesse ter um maior peso. Talvez esse tipo de crítica se apresente um pouco imediatista, e, por outro lado, não tenha em conta certas dependências tecnológicas, mais ou menos inevitáveis em certos ramos industriais, de que sofrem os

países do Terceiro Mundo. Mas isso seria matéria que daria "pano para mangas"...

Os principais compradores de mancarra à Guiné-Bissau têm sido Portugal, Angola e Índia. No entanto, o mercado internacional tem-se apresentado extremamente flutuante, variando os preços de ano para ano e muitas vezes durante um mesmo período económico. Actualmente os grandes produtores mundiais de mancarra são os vizinhos Senegal e Gâmbia, os EUA e a Nigéria, não ficando, porém a qualidade da mancarra guineense atrás das suas congêneres senegalesa ou gambiana, apresentando mais de 50 por cento de óleo.

Ainda no panorama industrial refira-se a entrada em funcionamento da primeira fábrica de tratamento de algodão, para valorizar esta cultura, nas regiões do Leste, Bafatá e Gabú, que realiza o trabalho de desgranação e enfardamento que anteriormente era mandado executar no Senegal com as desvantagens daí decorrentes.

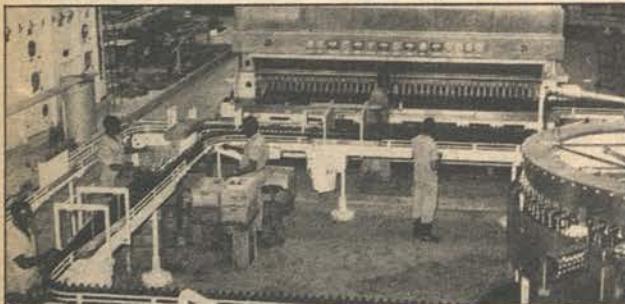
DA BAUXITE JÁ HÁ CERTEZA...

Também no domínio da prospecção das riquezas do subsolo guineense os 500

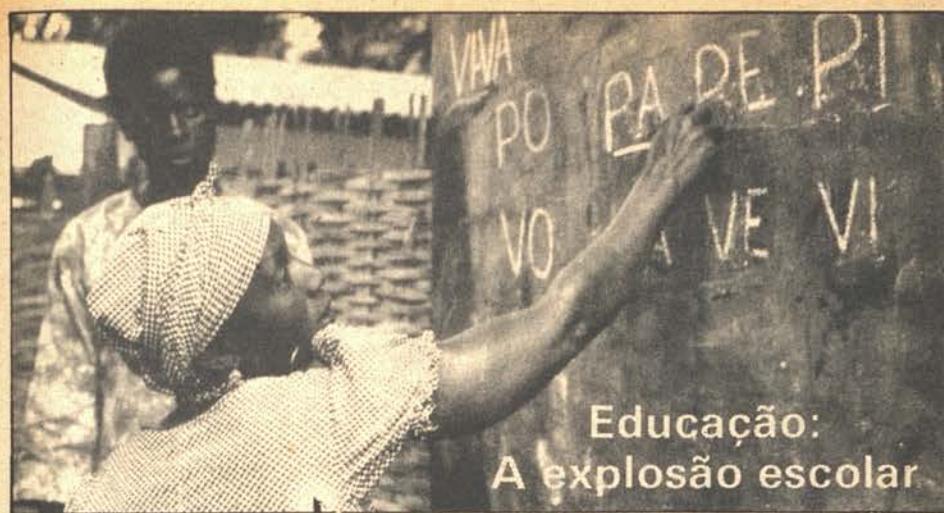
anos de colonialismo pouco inventariaram. Daí que o Governo da Guiné independente tivesse à partida nulos ou reduzidos dados sobre a matéria; o colonialismo tinha deixado virgem o subsolo. Encetaram-se então estudos prospectórios, que, como é vulgar e conhecido de todos, não dão frutos imediatos, é um trabalho de anos.

Quanto à bauxite, porém, já há algumas certezas e nesse sentido foi criada uma empresa estatal, a Petrominas, que está encarregada de "garantir o estudo do desenvolvimento económico integrado do sul do país e os estudos de factibilidade para o aproveitamento das bauxites", cujos resultados prospectórios são bastante animadores.

Tudo leva a crer, porém, que os recursos do subsolo serão escassos, fala-se, ou melhor, correm rumores, da hipotética existência de petróleo na plataforma continental guineense junto à fronteira com o Senegal. O que explicaria, ainda segundo esses rumores, um certo desacordo entre os dois governos quanto ao traçado definitivo das águas territoriais que nessa zona caberiam a um e outro país. Segundo outras fontes, teria havido dificuldade de negociação entre o Governo guineense e as companhias que se encarregariam da prospecção petrolífera, pois estas teriam exigido à cabeça, no caso da existência do "ouro negro", 30 anos de exploração, enquanto o Governo, numa posição de defesa intransigente dos recursos do país, defenderia a dissociação contratual entre prospecção e exploração.



Linha de enchimento da CICER



Educação: A explosão escolar

De uma população de cerca de 15 mil alunos escolarizados no fim da guerra, atingiu-se, actualmente, mais de 100 mil alunos nos diferentes graus de ensino, num país que, como já referimos, possui menos de 800 mil habitantes.

Naturalmente que é grande parte desta população escolar frequenta o ensino básico, no qual, durante o ano lectivo transacto, de 78/79, se encontravam inscritos exactamente 79 453 crianças.

Se quiséssemos caracterizar apressadamente a educação na República da Guiné-Bissau, poderíamos dizer que, de uma fase inicial de massificação, se tem, progressivamente, procurado a qualidade e a exigência nos diferentes graus de ensino. Tem-se procurado não só formar e reciclar professores — uma escola para este fim foi inaugurada ainda há dias — como se tem introduzido critérios de maior exigibilidade e, acertos e adaptações nos programas de ensino a todos os níveis ou graus.

A juntar-se aos 13 por cento que o Orçamento

Nacional concede à Educação Nacional, encontra-se uma importante ajuda externa. Cerca de 847 alunos estão neste momento a frequentar cursos superiores, médios ou profissionais no estrangeiro.

A escolaridade obrigatória é de seis anos, no entanto, tem-se mostrado bastante difícil implantá-la em todo o país; podendo mesmo dizer-se que a principal preocupação dos dirigentes ligados a este sector chave do desenvolvimento futuro e das exigências do presente é de facto a necessidade de diversificar o ensino. A Guiné-Bissau tem muito mais falta de operários especializados e técnicos médios do que doutores ou detentores apenas de cultura geral...

Os quatro liceus existentes, Bissau, Bafatá, Bolama e Cacheu, são frequentados por uma população de cerca de 5 mil jovens; sendo neste grau de ensino que a cooperação de professores estrangeiros mais valiosa e necessária tem sido. Estão actualmente na Guiné-Bissau cerca de 120 professores cooperantes, dos quais

entre 90 e 100 são portugueses. Encontra-se em construção um quinto liceu, à saída de Bissau.

A nível de escolas de ensino médio, arrancaram já uma Escola de Direito, com um alto nível didáctico para o país e que é frequentado por uma centena de quadros da administração pública, das empresas e do aparelho judicial; uma Escola de Educação Física, que entrou em funções também este ano, com um corpo docente constituído por um grupo de professores cooperantes portugueses e 2 guineenses; e ainda a Escola de Formação de Professores que já referimos.

Estas três escolas, a que se irá juntar um Instituto Técnico Profissional de que já se lançaram os alicerces, poderão, num futuro próximo, vir a constituir o embrião de uma futura Universidade.

E o PAIGC acredita que não há ouro, capital ou moeda-forte mais preciosos que esta juventude que frequenta hoje os bancos das escolas e onde o país se irá prolongar.

FARP

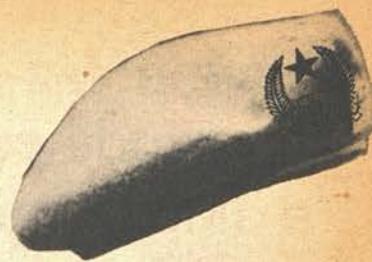


As FARP, Forças Armadas Revolucionárias do Povo, são o garante de que o processo de libertação e independência nacional, conduzido pelo PAIGC, será levado até ao fim. Constituídas actualmente por cerca de 8 mil homens, as FARP são dos raros exércitos do mundo integrado apenas por elementos que fizeram a guerra de libertação. A sua experiência de combate ao longo de 11 anos de luta, o elevado treinamento dos seus elementos, tornam-no um dos mais respeitados exércitos daquela região de África.

João Bernardo Vieira (Nino), um dos mais destacados chefes da guerrilha, hoje Comissário Principal do Governo e Comandante de Brigada das FARP, o mais alto escalão das forças armadas.



Aristides Pereira, Secretário-Geral do PAIGC, cumprimenta os oficiais das FARP



17 de Fevereiro de 1980: 16 anos
após a realização do
1.º Congresso do PAIGC, em
Cassacá, esta histórica
localidade foi palco da
cerimónia de imposição de
insígnias aos oficiais das FARP



Aristides Pereira e Luís Cabral,
Secretário-Geral e
Secretário-Geral Adjunto do
PAIGC, presidem às cerimónias
de Cassacá



Júlio de Carvalho (Julinho), Comissário
Político das FARP



Foto do tempo da luta de libertação.
Hoje a Guiné-Bissau vive a paz

Saúde: faz-se o que se pode e a ajuda externa é ainda fundamental

No campo da saúde basta dizer que o único médico que ficou foi um goês, de nacionalidade portuguesa, já que os outros, na sua maioria pertencendo ao exército português, haviam partido. Restavam apenas os 24 médicos formados nos países socialistas durante a luta.

Num país onde o grau de instrução é ainda baixo, sobretudo entre a população adulta, e onde os problemas de resolução de água potável a nível de Tabanca estão ainda longe de ser resolvidos, os índices sanitários e as, poucas ainda, estatísticas de saúde têm forçosamente de apresentar valores elevados. Segundo estimativas realizadas pelo Comissariado de Estado da Saúde e dos Assuntos Sociais a taxa de mortalidade infantil varia entre 280 e 300 por mil, enquanto a taxa de mortalidade materna rondará os 7,2 também por mil, enquanto as doenças causadoras de maior mortalidade serão o paludismo, a disenteria, as doenças pulmonares, a má nutrição, tendo-se registado ultimamente um novo surto de tuberculose.

"Fomos obrigados a recorrer à ajuda dos países socialistas - afirmou-nos o Comissário João da Costa. Nos dois hospitais de Bissau a maioria dos médicos pertence à brigada cubana e graças à cooperação com os chineses e os soviéticos pusemos a funcionar os

hospitais de Cantchungo e Bafatá, respectivamente. Foi posto também a funcionar o de Gabú, que anteriormente era um simples posto médico".

"Actualmente - prossegui o Comissário João da Costa - estão em funcionamento 2 hospitais em Bissau, o Simão Mendes e o 3 de Agosto, 4 hospitais nas regiões, Bolama, Bafatá, Cantchungo e Gabú, e 10 hospitais de sector, de 20 camas cada. Com a ajuda do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e da CEE, está em vias de realização o projecto de construção e equipamento de mais 8 hospitais de sector e 14 centros de saúde seus satélites, prevenindo-se para os próximos anos, com a ajuda da Holanda e da Suécia, a construção de um Laboratório Nacional de Saúde Pública, uma escola técnica de formação de quadros de saúde em regime de internato, um centro de aparelhagem e reabilitação motora dos mutilados de guerra e outros diminuídos físicos e mais uma série de 4 hospitais periféricos de 20 camas bem como dos respectivos centros de saúde satélites".

Neste momento prossegue em Tombali, a região sul, uma grande campanha junto das populações, a fim de que estas adquiram ensinamentos básicos de higiene, alimentação e prevenções, ao mesmo tempo que se vão formando farmácias



de Tabanca (aldeia) com 4 ou 5 medicamentos-base. Campanha que tem tido a participação decisiva dos comités do PAIGC.

Ainda em relação aos medicamentos refira-se a existência de uma empresa nacional, a Farmedi, que detém o monopólio da importação e distribuição de medicamentos, importação que é feita na base da lista de medicamentos da Organização Mundial de Saúde. A este propósito referia-nos o Comissário João da Costa: "Não podemos cair no luxo dos países desenvolvidos e no jogo das grandes empresas multinacionais farmacêuticas. Isso seria um desperdício..." .

"Pensamos que até ao ano 2000 vamos cumprir os objectivos proclamados pela Organização Mundial de Saúde, dar a saúde a toda a gente", foi com estas palavras de esperança que o responsável do sector de saúde se despediu em Bissau.

Informação: a boca e o ouvido do povo

O PAIGC, pelo seu passado, pela sua prática democrática, não tem medo de dar a palavra ao povo. É este princípio de base do Partido que a Informação tem procurado refletir, constituindo-se ela própria como veículo.

João Quintino

“A Informação deve ser a boca e o ouvido do nosso povo” afirmou o falecido Comissário Principal (primeiro-ministro) da Guiné-Bissau, Francisco Mendes, enquanto que o presidente Luiz Cabral diz que “os órgãos de Informação são instrumentos do nosso Partido e do nosso Estado para o contacto quotidiano com as nossas populações, que devem ser informadas sobre a vida política, económica, social e cultural do país”.

O presidente do Conselho de Estado da Guiné-Bissau frisaria que "esses órgãos têm ainda o papel preponderante de promover a formação política e cívica dos nossos cidadãos (...) de contribuir para a formação de um homem novo, consciente e patriota, necessário para a realização da unidade nacional e o progresso do nosso povo".

São estas algumas das linhas pelas quais se orienta a Informação na Guiné-Bissau, pequeno país da África Ocidental, que emergiu de uma guerra de libertação de 11 anos.

A Radiodifusão, principal órgão de Informação, funciona 16 horas diárias.

O jornal *Nô Pintcha*, trisemanário, governamental, tem uma tiragem de quatro mil exemplares, em formato de tablóide. *O Militante*, a revista do Conselho Nacional da Guiné do PAIGC, é o único órgão de Informação do Partido que se publica neste momento em Bissau. *O Militante* é mensal e tem uma tiragem de cinco mil exemplares. Ainda como órgãos de Informação escrita, existem *O Trabalhador* e o *Vanguarda Juvenil*. O primeiro é da Central Sindical única e o segundo da juventude guineense. Ambos são mensais. A *Agência Noticiosa da Guiné-Bissau*, fundado

em 1975, só agora começa a ensaiar os seus primeiros passos, no sentido do cumprimento das importantes funções que lhe cabem no contexto da Informação da Guiné-Bissau.

POVO É O SUJEITO DA NOTÍCIA

Na Guiné-Bissau, como na maioria dos países ditos do Terceiro Mundo, atribui-se à Informação um papel preponderante. Para além da sua função de difundir a informação, os órgãos de comunicação de massas têm ainda outros objectivos tradicionais: eles devem assumir uma outra função de igual importância, senão mais importante ainda: participar e fazer participar os homens e os povos na batalha pelo direito à independência nos domínios político, económico e na batalha para o desenvolvimento. Mais ainda:

para além de transmitir notícias, trata-se de modelar, intervir na formação dos homens, na perspectiva de reconstrução nacional, e do desenvolvimento harmonioso.

O jornalista da Guiné-Bissau é um historiador do presente. É, em primeiro lugar, um homem que relata e interpreta os factos, os acontecimentos, os fenómenos da sociedade ou de uma dada conjuntura de incidência nacional ou internacional. Tudo isso ele faz, para além da exactidão e do carácter de objectividade; reveste necessariamente a matéria de informação, relatar e interpretar, manifestar uma crítica de intervenção e participação. O jornalismo na Guiné-Bissau quer dizer militância na frente da reconstrução nacional e do desenvolvimento.

É certo que a Informação neste país também não escapa em certa medida, à afirmação corrente de que os órgãos de Informação no continente africano são encarados como o *espelho da vaidade dos dirigentes*: a notícia dos actos sociais e políticos das personalidades nacionais ganha sempre mais relevo, em detrimento do desenrolar da vida e do trabalho das massas populares. Mas o objectivo principal é centrar a Informação sobre factos e acontecimentos em que o povo é, o sujeito da notícia.

É sobejamente sabido que nenhuma notícia é imparcial. Deste modo, a seleção dos factos a relatar, entre a massa dos despachos das grandes agências mundiais que monopolizam a Informação, terá de obedecer ao critério que sustenta a ideologia políti-

ca da Guiné-Bissau. Quer dizer: a difusão dos acontecimentos que se produzem em África, em particular, nos países emergentes da luta de libertação nacional contra o colonialismo português, nos países vizinhos, nas frentes de combate contra a dominação imperialista, e no mundo em movimento, na sua generalidade essa difusão deverá ser o reflexo imediato, instantâneo do comprometimento do jornalista.

Como um poderoso factor de mobilização das massas populares, o jornalismo na Guiné-Bissau terá

que ser necessariamente de intervenção e de participação. Dando a palavra às populações, solicitando sempre a sua colaboração e criando condições para que elas sejam também produtores dos programas radiofónicos, por exemplo, utilizando a crítica construtiva como uma arma de mutação revolucionária.

RADIODIFUSÃO NACIONAL

Introduzida desde há muito tempo na vida quotidiana do homem africano, a rádio constitui sem dúvida

Investigar o passado histórico, dar uma escrita ao crioulo

Problema de fundo com que se debate a sociedade guineense, condicionador de todo o desenvolvimento, é o problema linguístico.

De facto, o português foi adoptado como língua veicular, já que era a única com uma escrita e gramáticas próprias, não obstante ser falado apenas por uma pequena minoria da população que se concentra nas cidades. A grande maioria das pessoas exprime-se em crioulo, que também não é falado da mesma maneira em todas as regiões da Guiné-Bissau e não tem forma escrita — há apenas algumas tentativas nesse sentido.

Como se este panorama não fosse já de si complexo — o leitor compreenderá que qualquer programa de educação, dado em português, se choca imediatamente com esta realidade — cada etnia tem a sua língua própria. Só que existem dez etnias: papel, balantas, mandingas, fulas, nalús, beafadas, manjacos, mancanhas, fulupes e bijagós.

O Centro Linguístico a ser instalado dentro em breve na República da Guiné-Bissau contará com o apoio do seu homólogo senegalês — este centro possui já estudos muito avançados sobre o mandiga, o fula e a fonologia do crioulo guineense — e procurará, numa primeira fase, formar quadros que "fixem" e estudem a grafia do crioulo e das línguas das diferentes etnias. Ao mesmo tempo, será criado um Cen-

da o meio de comunicação mais corrente e mais popular, do ponto de vista de audiência. Isso devido, sobretudo, à sua rápida adaptação à oralidade tradicional.

Na Guiné-Bissau, onde a taxa de analfabetismo rondava os 95 por cento, necessariamente o Governo teria que prestar uma atenção especial a esse órgão de comunicação de massa. Assim, a Rádio de Bissau, da antiga potência colonial passou para o controlo do Governo guineense no dia 10 de Setembro de 1974. Os quadros do Governo co-

lonial retiraram-se todos. Os elementos que trabalhavam na Informação do PAIGC passaram a integrar a nova Radiodifusão Nacional, com alguns jovens recrutados em Bissau, embora sem experiência.

Hoje, a Radiodifusão trabalha 16 horas diárias. Das suas programações destacam-se: "Agenda do Dia", que são recados pela Rádio; "Amílcar Cabral - o Homem e a sua Obra" (leitura dos principais textos do fundador do PAIGC); "Blufo", dos Pioneiros Abel Djassi; "Tempos Novos", uma resenha do que

vai pela África e mundo; "Magazine", passa em revista os principais acontecimentos nacionais e internacionais da semana e "Reconstrução Nacional", versa essencialmente os problemas que se põem nesta fase da luta pela edificação de uma sociedade nova. Alguns destes programas são feitos em crioulo e outros em crioulo e português e nas línguas nacionais.

Neste momento o Comissariado de Estado (Ministério) da Informação e Cultura está empenhado em desenvolver a Rádio Rural. Este projecto tem o apoio da UNESCO e tem uma Comissão inter-comissariados englobando o Desenvolvimento Rural, a Educação Nacional e a Saúde e Assuntos Sociais. A Rádio Rural tem por objectivo contribuir eficazmente para a melhoria das condições de vida e produção das colectividades rurais.

As autoridades guineenses aceitam que a Rádio seja o meio privilegiado de comunicação e de sensibilização, capaz de se transformar, quando correctamente utilizada, em poderoso factor de desenvolvimento das populações rurais.

A Rádio Rural terá que se apoiar num Centro de Estudos de Linguística Aplicada e por um Centro de Pesquisa de Tradições Orais, cuja criação está também prevista. A opção de desenvolver a Rádio Rural, implica o requipamento do emissor e dos estúdios e a formação acelerada de produtores especializados neste domínio do jornalismo e de técnicos.

A fórmula dos "Rádio Farm Forums" foi retida como princípio de uma política de comunicação so-



Luis Cabral fala com dois homens grandes

tro de Pesquisas de Tradições Orais que iniciará um trabalho de campo para identificação e recolha de testemunhos de anciões e homens-grandes das Tabancas, verdadeiras encyclopédias vivas do passado. Neste domínio já foi iniciado um trabalho experimental na região de Gabú, que entre o século XVI e XIX constituiu um dos reinos importantes do antigo Império do Mali.

O conhecimento do passado histórico é uma ambição universal. Mas para as antigas colónias da Ásia ou de África, cujo passado foi expezzinado ou silenciado pelos antigos colonizadores, é mais do que uma ambição, é uma reivindicação premente, reivindicação, inclusive, apoiada pela UNESCO. Nesse sentido, a Guiné-Bissau solicitou já junto das autoridades portuguesas a recuperação de documentos e publicações que, de algum modo, possam reconstituir o passado histórico do seu país.

A Rádio Rural, a ser lançada dentro em breve, procurará transformar-se num factor de desenvolvimento das massas camponesas, tornando-as sujeitos activos das emissões.

cial, devendo esses "Rádios Clubes" ser implantados, numa primeira fase, em seis regiões. Sendo denominados de "Centros Populares de Informação e Cultura", eles serão as bases de toda a acção cultural de comunicação social.

JORNAL NÔ'PINTCHA

Em 1975, um grupo de quatro jovens nacionais, auxiliados também por quatro cooperantes portugueses, preparam para arrancar um jornal de informação nacional. Após dois meses de experiência no jornalismo escrito, pois que nenhum quadro nacional formou o colonialismo português neste domínio, no dia 27 de Março saía às ruas da capital o primeiro trissemanário, "Nô'Pintcha", após 24 horas sem ninguém dormir na Redacção e na tipografia.

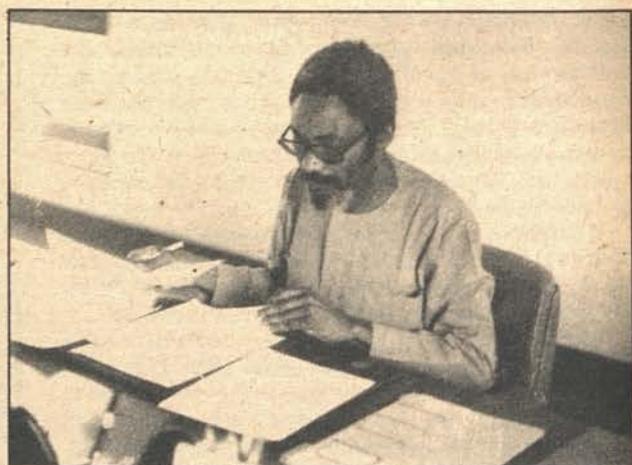
A partir daí, aparecia três vezes por semana nas bancas da cidade de Bissau

o jornal "Nô'Pintcha". Mercê de circunstâncias especiais, uma das quais determinada pela existência de militantes abnegados à testa do jornal e a incorporação total de jornalistas cooperantes portugueses, ele tornou-se um jornal que é o orgulho dos seus trabalhadores e do Governo, apesar de nessa altura ele não dispor de meios que

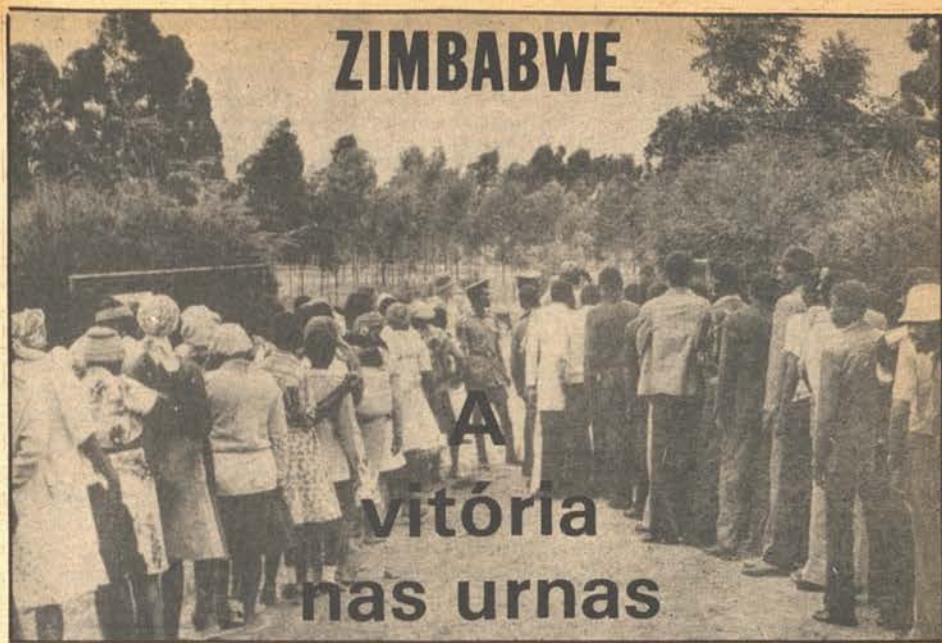
são indispensáveis ao correcto funcionamento da Redacção.

Com o tempo o "Nô'Pintcha" foi introduzindo novas secções, que deixam facilmente transparecer uma forte aproximação popular, a qual vai nitidamente influenciar o clima de combatividade e de intervenção crítica, sobretudo nas secções "Responde o Povo", onde se propunham temas candentes e permitiam pontos de vista de pessoas de diferentes níveis. Alguns temas chegaram a suscitar polémicas, pois que muitos deles, numa sociedade como a da Guiné-Bissau, eram considerados tabus.

Em cinco anos de publicação, o "Nô'Pintcha" continua com a sua tiragem de quatro mil exemplares e com oito páginas, e um suplemento cultural de quatro páginas, que é mensal. O jornal é lido nos centros urbanos. A distribuição é um dos grandes "quebra-cabeças" do "Nô'Pintcha". No interior do país não existe rede de distribuição correcta, para além da falta de transportes que se vive nas regiões.



Mário de Andrade, Comissário de Estado da Informação e Cultura



Nas urnas o povo do Zimbabwe confirmou a derrota do colonialismo

Etevaldo Hipólito

A esmagadora vitória obtida pela ZANU-Frente Patriótica nas eleições que entre os dias 27 e 29 de Fevereiro decorreram na Rodésia foi já comparada à avalanche de votos, que, em 1958, bloqueou o projecto neocolonial francês na hoje República Popular e Revolucionária da Guiné. Neste ano, em resposta a um apelo lançado por Ahmed Sékou Touré, a população guineense recusou, por 1 200 000 votos contra apenas 57 000, a proposta de substituir a independência pela integração numa pretensa "Comunidade Francesa". No Zimbabwe, a organização nacionalista liderada por Robert Mugabe ia receber uma consagração de tal ordem nas urnas, que não deixará de sur-

preender a maioria dos observadores políticos, meios diplomáticos e agências noticiosas. Concorrendo com partidos políticos e tendo que enfrentar todo um esquema de sabotagem, conspirações e violências montado pelos círculos mais reaccionários e com o evidente beneplácito de Londres, a ZANU-FP recolherá significativa soma de 1 668 992 votos de uma total de 2 649 529. Este número corresponde a 62,9 por cento das cédulas depositadas e lhe conferirá 57 dos 100 lugares no futuro parlamento.

Logo a seguir, com cerca de 1 000 000 de votos a separá-los, a Frente Patriótica-ZAPU, agrupamento dirigido por Joshua Nkomo. Os 638 879 votos recolhi-

dos correspondem a 24,1 por cento do total geral e, no parlamento, equivalem a 20 cadeiras. Por sua vez, praticamente varrido do cenário político, o partido do truculento bispo Abel Muzorewa, a UANC, conseguirá fazer apenas 3 deputados, com os 219 307 votos depositados. Os 8,9 por cento da votação atribuída a Muzorewa dimensionam a sua estatura política num pleito no qual concorreu com amplo apoio e poder outorgado por Londres e Pretória.

A campanha eleitoral desenrolou-se em meio de uma série de pressões contra as duas organizações nacionalistas e a população em geral. Manobras para impedir o retorno dos refugiados na data aprazada,

a tentados contra simples veículos de transporte colectivo e emboscadas contra militantes de ambas as formações políticas estiveram sempre na ordem do dia. A onda, de ataques contra Robert Mugabe chegou a tal ponto — três numa só semana — que o dirigente guerrilheiro se viu obrigado a cancelar a sua presença em sessões públicas aproximadamente um mês antes do encerramento oficial da campanha. Muzorewa, por outro lado, tinha a apoiá-lo um bem montado esquema publicitário inspirado nos métodos utilizados em semelhantes ocasiões nos Estados Unidos. Para vender a sua imagem, não faltaram as Bíblias, os símbolos tradicionais e do seu partido impressos em roupas, cartazes e faixas e mesmo a participação de helicópteros na promoção. Ao mesmo tempo que prometia a implantação, se eleito, de uma série de medidas de fácil apelo popular, e, investia 15 milhões de dólares na sua campanha, pressionava com as "forças auxiliares", na verdade um exército privado, contra as populações tanto do meio rural como urbano.

Este autêntico "show" de vedetismo e violência seria desmistificado na prática e às vezes com um certo toque de humor. Segundo as agências noticiosas, o ambiente festivo que reina na fazendas dos colonos transformou-se em consternação perante o elevadíssimo número de trabalhadores negros a votarem no Partido do Galo, o símbolo da ZANU-Frente Patriótica. Durwood Paterson, um proprietário branco ficou sem fala quando,

momentos depois de ter garantido a um jornalista norte-americano que os seus cerca de noventa trabalhadores negros votariam no bispo Muzorewa, os viu sair da cabine de voto, batendo os braços como galos. Tal como a maioria dos colonos brancos, Paterson empenhara-se pessoalmente na campanha eleitoral contra Mugabe chegando a levar no seu "Mercedes" um velho cego para votar.

O governador britânico lord Soames teria a sua actuação posta em questão em vários momentos. Uma das mais fortes reacções que encontrou, além da despertada por permitir a presença militar sul-africana no território, foi quando teve os seus poderes ampliados no sentido de dispor de condições para decidir sobre qual distrito estaria apto ou não para nele decorrer o processo eleitoral. Este direito de voto foi estendido aos candidatos,

ficando assim o representante de Londres com a última palavra sobre quem deveria ou não concorrer às urnas.

Culminando a guerra desencadeada contra as organizações que integram a Frente Patriótica do Zimbabwe, Soames declararia, com pleno assentimento da Grã-Bretanha, nas vésperas da publicação dos resultados oficiais, que o vencedor das eleições não seria obrigatoriamente convocado para formar o futuro governo.

A vitória do povo Zimbabweano não poderá ser compreendida se for ignorado o papel desempenhado pelos países que integram a linha da frente. Foram os seus membros que, através de ações coordenadas, levaram a que caissem por terra todas as manobras visando a instalação de um grupo fantoche no poder. Desta forma, a organização da unidade africana e



O primeiro-ministro Robert Mugabe

as Nações Unidas tornaram-se em foros onde a voz dos patriotas zimbabweanos se fez escutar. Isto significa que a organização integrada por Moçambique, Angola, Tanzânia, Botswana e Zâmbia, politicamente demonstrou uma vez mais, que é possível contrapor aos planos imperialistas e neo-coloniais um projecto de libertação marcado pelas experiências da região e sintonizado com os interesses do Terceiro Mundo.

REACÇÃO SUL-AFRICANA

Logo após os primeiros resultados das eleições na África do Sul, o Governo reuniu-se expressamente para estudar as suas implicações no país. O regime de domínio da minoria branca tentava avaliar até onde a vitória de Mugabe poderia significar o recrudescimento da luta da população marginalizada por uma maior participação no poder. No final da sessão, Pieter W. Botha, o Primeiro-Ministro de Pretória, recusou-se a abordar directamente a questão. Preferiu simplesmente declarar que "o país vizinho que permita que o seu território seja utilizado para ataques, para desestabilizar ou para comprometer a segurança da África do Sul, terá de enfrentar uma resposta de todas as nossas forças". O tipo de relações futuras entre os dois países seria sugerido por Robert Mugabe, durante uma conferência de imprensa concedida em Salisbúria pouco depois das declarações de Botha.

Para o dirigente guerrilheiro será possível coexistir com a República da África do Sul na base de re-



O triunfo de Mugabe encerrou 14 anos de regime ilegal

conhecimento, por ambas as partes, de diferenças no tocante às orientações políticas impressas nas duas capitais. O líder da ZANU-Frente Patriótica afirmou que é necessário condenar o "Apartheid" porque é desumano e constitui um atentado contra as consciências, tendo acrescentado que "isto é diferente de pegar em armas e corrigir a situação na África do Sul". Posteriormente, o vespertino "The Johannesburg Star" adiantaria a opinião do sector político do país, com relação ao incómodo vizinho ao afirmar que um Zimbabwe independente "é uma perspectiva melhor do que uma nação em desordem".

Na imprensa sul-africana verificou-se a preocupação de apresentar a evolução dos acontecimentos na Rodésia como matéria de reflexão e análise sobre a própria situação existente na África do Sul, superando a fase inicial de descontento perante a instalação de mais um governo progressista ao longo das suas fronteiras. Os jornais mais influentes do país, editados tanto em inglês como em

afrikans, passaram a ver no diálogo com dirigentes políticos negros o caminho para se evitar o agravamento dos conflitos internos. Destes encontros não estariam excluídos mesmo aqueles líderes considerados radicais. O diário "Rand Daily Mail", por exemplo, na sua edição do dia 5 de Março, escrevia que "cada branco sul-africano deveria olhar para a Rodésia e ver as consequências de esperar e perder oportunidades de fazer acordos favoráveis enquanto resta ainda tempo".

Nem mesmo Pieter W. Botha escapou ao clima de redescoberta da comunidade negra como uma realidade cuja existência não é possível negar, particularmente no campo político. Utilizando-se de um conflito surgido durante uma partida de "rugby" entre duas equipas de brancos e mestiços, o Primeiro-Ministro aproveitaria para mostrar aos seus concidadãos uma nova faceta dos novos tempos na África do Sul. "Chegou a hora de percebermos que as atitudes que dão a impressão de que as pessoas de cor são leprosas

têm de terminar", — admoestou Botha, para em seguida lembrar que a segurança do país é mantida por soldados recrutados nas comunidades mestiças, negras e brancas.

As relações entre o Zimbabwe independente e o governo de Pretória terão torçosamente que superar a fase de sondagens a distância. A administração colonial britânica, o governo rebelde de Ian Smith e o regime fantoche do bispo Abel Muzorewa foram empurrando progressivamente a Rodésia na direcção da África do Sul, criando profundos laços de dependência económica. As futuras mesas de conversações discutirão questões relacionadas com acordos comerciais e de créditos para financiamentos e exportações. Assinados pelos antigos mandatários, um outro ponto delicado se relaciona com os contratos de trabalho dos milhares de zimbabweanos que anualmente

acorrem às minas sul-africanas. Os maiores problemas, porém, que se colocarão aos negociadores reterem-se aos compromissos assumidos com o governo sul-africano para cobrir as necessidades ditadas pela luta contra os nacionalistas agora no poder.

ZIMBABWE NA ÁFRICA AUSTRAL

Ao comentar os resultados obtidos nas urnas, a representação da ZANU-Frente Patriótica em Maputo distribuiu um comunicado no qual delineava a orientação política a seguir interna e externamente pela futura república. De imediato, o documento recusa o racismo como base de governo, colocando-o no mesmo nível do tribalismo. "No Zimbabwe — declara a organização nacionalista — lugar para todos os que querem trabalhar pelo progresso". A construção do novo país não implica

apenas os aspectos materiais mas engloba a dimensão social, requer um esforço conjunto de todos os cidadãos, independentemente da sua cor, etnia e credo religioso. Esta é uma tarefa gigantesca que deverá criar condições para a reacomoadação de cerca de 50 000 pessoas que ficaram sem lar em consequência dos 14 anos de governo ilegal. O programa a ser posto em prática considerará ainda a existência de 100 000 desempregados e 483 000 crianças sem condições de frequentar a escola. Somente nas zonas rurais, os anteriores governos decretaram o encerramento de metade dos estabelecimentos de ensino. A situação criada no capítulo dedicado à educação é particularmente difícil uma vez que, dos quase sete milhões de habitantes, 20 por cento apenas se encontram nos centros urbanos.

Ao contrário do que a imprensa de vários países



Primeira conferência de imprensa após a vitória

prognosticou, a vitória da Frente Patriótica do Zimbabwe não significou a retirada precipitada dos colonos brancos. Em lugar da fuga em massa, esta comunidade atravessou com relativa calma o período de carregada expectativa que o discurso do Primeiro-Ministro designado veio desanuviar. Oscilando entre Smith, Muzorewa e Nkomo — apresentado, em relação a Mugabe, como dos males o menor — logo nos primeiros momentos de serem conhecidos os resultados da campanha houve a clara tendência para abandonar o país. Reflexo desta situação foi o grande número de demissões apresentadas nas Forças Armadas e nos serviços públicos. O diário "The Herald" passou a publicar quatro páginas de anúncios de vendas de casas, propriedades rurais e utensílios vários. Em Salisbúria, observadores informaram que, em consequência do discurso pronunciado por Mugabe, no qual sublinhava o carácter multiracial do novo Estado, a quase totalidade dos pedidos de demissões foi retirada.

No plano externo, Robert Mugabe propõe o não-alinhamento em relação aos blocos políticos existentes, muito embora tenha ressaltado que haverá uma maior e natural aproximação com os países socialistas em detrimento dos governos da área capitalista. Com base no respeito mútuo, será possível manter um intercâmbio com todos os países não obstante a diversidade de sistemas adoptados. O novo Zimbabwe apresentará a sua admissão na Organização das Nações Unidas e, evi-

O Governo do Zimbabwe Independente

A 18 de Abril Christopher Soames em nome do governo britânico efectuará oficialmente a transferência de poderes para um governo de maioria negra na Rodésia que assim se transformará na República Independente do Zimbabwe. O governo chefiado por Robert Mugabe que nesse dia entrará em funções reconstitui de novo a coligação da Frente Patriótica a partir dessa altura designada por Movimento de Liberação do Povo do Zimbabwe.

A intenção de promover a reconciliação nacional levou Mugabe a atribuir além dos quatro ministérios concedidos à organização de Joshua Nkomo, futuro ministro do Interior, as importantes pastas da Agricultura e da Indústria a dois representantes da maioria branca, respectivamente Dennis Normam (independente) e David Smith (Frente Rodesiana).

O vice-presidente da ZANU, Simon Muzenda, será vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros. O ministério das Finanças foi atribuído a Enos Khalan, impedido por Soames de participar na campanha eleitoral que classificara as suas declarações de "incendiárias". O principal porta-voz da organização de Mugabe, Eddison Zvobgo, será o responsável pela Administração Local e Habitação, e a Informação e o Turismo foi entregue ao jornalista Nathan Shamuyarira.

Robert Mugabe, que acumulará a pasta da Defesa, chamou três mulheres para o executivo entre estas Teurai Nhongo, mulher do comandante guerrilheiro Rex Nhongo, que se encarregará da Juventude e Desportos.

Os três outros ministros vindos da ZAPU são Joseph Msika (Recursos Naturais e Águas), Clement Muchachi (Obras Públicas) e George Silundika (Correios e Telecomunicações).

A intenção da ZANU, expressa aos jornalistas por Eddison Zvobgo, "de que todos os componentes da população estejam reflectidos no Governo Nacional" não levou contudo que o partido do colaboracionista Abel Muzoreva esteja representado no Gabinete.

"Tivemos em conta a necessidade urgente de iniciar uma mudança", afirmou Mugabe referindo-se à constituição do governo numa conferência de Imprensa onde divulgou as linhas dominantes do seu programa, que incindirá na reconstrução nacional e reestruturação da administração pública dominada pela maioria branca.

O primeiro-ministro designado declarou que os primeiros esforços do seu governo visarão aliviar os sofrimentos de centenas de milhar de africanos deslocados pela guerra, confinados pelas autoridades racistas nas chamadas "aldeias protegidas" ou refugiados nos países vizinhos. O realojamento dos deslocados e refugiados, avaliados em cerca de um milhão, incluirá a criação de fazendas colectivas.

A reabertura de centenas de escolas fechadas ou destruídas pela guerra, a reformulação do ensino e a reorganização em novos moldes da rádio e televisão, foram outros dos principais objectivos que Mugabe considerou prioritários na acção do governo.



Uma das tarefas prioritárias do novo governo é o alojamento de um milhão de deslocados e refugiados

dentemente, na Organização da Unidade Africana. A entrada neste organismo continental, segundo já se divulgou em Lagos, capital da Nigéria, poderá ser objecto de estudo na próxima reunião de cúpula que se realizará em Abril. No tocante à África Austral, os laços que uniram o povo zimbabweano aos países da

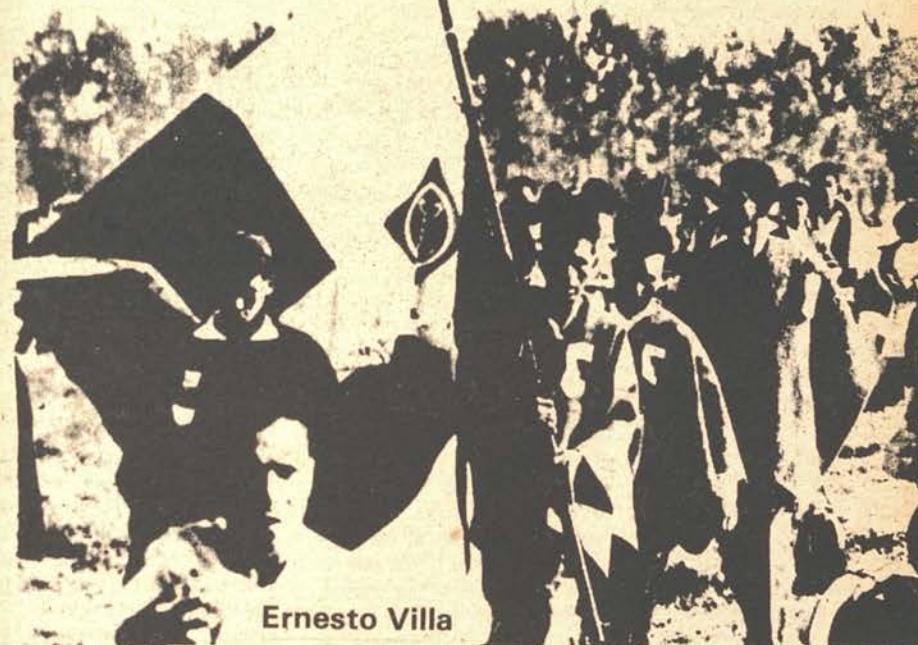
linha de frente durante a luta de libertação alcançarão agora um outro nível. No discurso pronunciado por ocasião do encerramento do conselho alargado de ministros, no ano passado, o Presidente Samora Machel, de Moçambique, havia já previsto a integração do Zimbabwe independente num projecto económico

de carácter regional. Por outro lado, ao propor a formação de uma aliança de Estados independentes do Sul da África, para enfrentar a política económica expansionista de Pretória, o Presidente zambiano Kenneth Kaunda obviamente incluiu o governo liderado por Mugabe. O encontro anunciado por Kaunda na primeira quinzena de Março, será realizado em Lusaka, também no mês de Abril, e nele participarão Angola, Botswana, Zâmbia, Moçambique, Tanzânia, Lesoto e Suazilândia.



Frente a frente: partidários da ZANU vitoriosa e tropas rodesianas

COLÔMBIA

Vinte anos
de guerrilha

Ernesto Villa

Com características muito distintas das outras organizações armadas latino-americanas, a guerrilha colombiana subsiste e cresce, mas a curto prazo não se vislumbra ainda uma vitória.

Com cinco organizações em actividade, presença nas áreas rurais e nas grandes cidades, experiência histórica e uma grande capacidade de sobrevivência, a guerrilha colombiana é uma realidade controversa, difícil de compreender por quem não está familiarizado com os seus aspectos específicos e com as diferenças que a individualizam no conjunto das experiências revolucionárias da América Latina.

A primeira diferença está

na antiguidade da sua existência: os primeiros grupos armados começaram a actuar na Colômbia quase imediatamente, após a célebre "crise do Caribe" de 1962. E mesmo que tivessem sido derrotados ou se desintegrassem muito rapidamente, o seu lugar foi ocupado por várias organizações semelhantes que, de facto, representam o início de um movimento que se tem mantido sem interrupção até hoje. Este começo foi aliás um récomeço: A

guerrilha colombiana dos anos 60 (juvenil, universitária, de inspiração castrista) foi precedida no campo das operações, nos métodos e na orientação popular dos seus objectivos, pelas guerrilhas da década de 50, organizada pelos camponeiros para resistir ao terror oficial desencadeado contra eles.

A segunda diferença em relação às outras organizações revolucionárias arma-

das da América Latina é a dilatada coexistência da guerrilha colombiana com um regime que tolera — ainda que dificilmente — as formações políticas da oposição. Noutros países do continente e durante os anos 60, a luta guerrilheira foi iniciada contra regimes que respeitavam uma certa legalidade liberal; pouco tempo depois uma das três consequências possíveis acontecia: ou as guerrilhas eram completamente derrotadas (o que demonstrou a sua inopportunidade), ou o regime endurecia, suprimindo completamente a legislação liberal (como aconteceu no Uruguai em 1972), ou era substituído por uma ditadura militar terrorista (como no caso da Argentina). Na Colômbia pelo contrário, a legalidade liberal não cedeu por enquanto em nenhuma destas direções, enquanto que a prolongada vitalidade do movimento guerrilheiro desautoriza quem o interpreta como um "fenômeno passageiro ou arbitrário", apenas como uma manifestação do aventureirismo de certas camadas de estudantes ou da pequena burguesia urbana.

A terceira diferença é por assim dizer a lentidão.

A capacidade de resistência da guerrilha colombiana — suficientemente demonstrada em muitos anos de luta — não se compadece com a escassa celeridade e lentidão com que a sua influência e capacidade de organização chega às massas: em quase duas décadas cabem os anos que o *Movimento 26 de Julho* percorreu da sua gestação, para crescer e triunfar em Cuba; aos vietnamitas para vencer a maior potência militar do

mundo e aos nicaraguenses para suprimir a dinastia dos Somoza na Nicarágua. Se é certo que a história dos movimentos políticos não prossegue segundo regras fixas ou pré-estabelecidas, a comparação com outros processos põe em destaque, neste caso, o *tempo* peculiar da guerrilha colombiana e o seu ritmo de desenvolvimento e evolução... confundindo com irregularidade o observador estrangeiro, que tanto a julga completamente destruída como em vésperas do assalto ao poder.

"VEM AI O M-19..."

Durante a segunda semana de Abril de 1974, foram publicados na primeira página do diário de Bogotá *O Tempo* (órgão de imprensa mais influente da oligarquia liberal) uma série de anúncios publicitários.

No primeiro lia-se em letras brancas sobre fundo negro: "Vem ai o M-19..."; no segundo, "Espere o M-19"; no terceiro, quarto e restantes, os textos eram similares, concordantes com os iniciais no propósito de chamar a atenção para o que todos supunham ser um produto comercial. A última informação da série, com a chave do aprazível enigma, nunca chegou ao departamento de publicidade de *O Tempo*.

Entretanto, ao meio dia do dia 29 de Abril, chegou à sala de redação do diário uma notícia que trazia a chave do assunto: um comando guerrilheiro tinha-se apoderado da casa de Bolívar (antiga residência do Libertador, convertida em museu), da qual levou uma das espadas do antigo e ilustre inquilino, ao mesmo

tempo que pintava nos muros a frase: "Com o povo, com as armas, ao poder. M-19". A ostentosa organização deixou por todos os lados cópias da sua primeira comunicação ao povo colombiano onde se explicava que a espada de Bolívar era empunhada de novo para "lutar pela segunda e definitiva independência da Colômbia".

A originalidade publicitária do lançamento e o fino instinto político que se escolheu para a primeira operação tiveram um impacto favorável na opinião pública, suscitando ao mesmo tempo fortes apreensões nos altos comandos militares e círculos políticos dominantes.

Para os primeiros, depois de uma década de infrutuosas tentativas para liquidar a guerrilha rural, a aparição de uma nova formação armada não podia trazer mais do que complicações a adicionar às tarefas de repressão: enfrentar a guerra "irregular" em terreno inédito, Bogotá, com os seus cinco milhões de habitantes, as suas imensas zonas de pobreza marginal e o descontentamento sempre renovado da maioria da população para com o regime oligárquico.

Para os segundos, o assunto adquiria um aspecto diferente mas igualmente ameaçador: o M-19 reclamava para si o caráter de "braço armado do povo anarquista", anunciando a sua decisão de imiscuir-se no coração dos grandes problemas políticos do país.

A *Aliança Nacional Popular* (ANAPO), a cujas fileiras a nova organização guerrilheira declarava pertencer, foi um movimento populista, organizado pelo



Luta guerrilheira que renasce periodicamente

general Gustavo Rojas Pinilla nos anos 60 na base de um programa fundamentalmente anti-oligárquico que rapidamente ganhou o apoio das maiores urbanas e em especial dos sectores marginais.

Em 1970, o general Rojas Pinilla apresentou-se às eleições presidenciais e obteve tantos ou mais votos que o candidato rival, apoiado pelos partidos liberal e conservador.

No entanto, o triunfo foi escamoteado pelo presidente de turno — de filiação liberal — o qual proibiu terminantemente aos jornalistas o acesso às dependências onde se contabilizavam os votos, implantou a lei marcial, pôs sob liberdade condicional Rojas Pinilla e os candidatos menos submissos da ANAPO e dias depois divulgou resultados eleitorais que davam o triunfo ao candidato oficial, um conservador.

Depois desta experiência frustante as pessoas caíram no ceticismo. Aumentou

a desconfiança num sistema político formalmente liberal que de facto era um instrumento do autoritarismo do bloco dominante. Este sector conseguiu, graças a uma reforma constitucional efectuada em 1957, implantar a alternância: um mecanismo legal que de há 20 anos para cá tem permitido aos liberais e conservadores substituir-se periodicamente no poder com total abstinência de outros partidos ou grupos políticos e, inclusive dos resultados eleitorais.

A proposta do M-19 face a esta situação era simples e inquietante: considerava que os acontecimentos de Abril de 1970 demonstravam a impossibilidade de destituir a oligarquia do poder pela via legal e convivia as massas anapistas a apoiarem a luta armada, único meio viável de conseguir a instauração de um governo popular.

No entanto, a resposta a esta proposta não foi rápida ou maciça como esperava

vam os dirigentes da nova organização e como temiam os membros da casta dominante tradicional. Morto o general Rojas Pinilla, o movimento — comprometido desde o início com o verticalismo — passou a ser dirigido por sua filha Maria Eugénia e seu marido, o senador Samuel Moreno Díaz, ambos de inclinação direitista, e que se dedicaram a hostilizar os sectores de esquerda da ANAPO e a desviarem-se das posições revolucionárias. Aliás, o movimento iniciou uma acentuada curva de declínio determinada pelo abandono das massas, que depois da decepção eleitoral de 1970 parecia ter perdido toda a confiança na *Aliança Nacional Popular*.

A VIA ARMADA E A RESPOSTA DO SISTEMA

O M-19 respondeu a este declínio do movimento adoptando uma linha de

ação cada vez mais independente nas suas operações: apoderou-se de camiões de supermercados e distribui o seu conteúdo em bairros marginais; interceptou transportes de fábricas e distribuiu prospectos revolucionários aos seus ocupantes; e realizou uma série de sequestros com objectivos políticos.

Os raptos mais notórios foram os de José Raquel Mercado e Benicio Ferreyra. Mercado, presidente da Central de Trabalhadores Colombianos — uma das quatro organizações em que se divide o movimento sindical do país — era um exemplar característico do amarelismo operário, com o seu estilo burocrático e métodos de ganster. O M-19 reteve-o quatro meses numa cadeia do povo, julgou-o (foi setenciado por "traidor à classe operária e ao povo") e justiciou-o na fria madrugada de 19 de Abril de 1977.

Benicio Ferreyra, gerente da poderosa agro-indústria *Indupalma*, foi sequestrado quando os 6 mil operários das plantações de palma africana se encontravam em greve pelo aumen-

to dos salários e outros direitos elementares. O M-19 exigiu para a sua devolução com vida, a satisfação das reivindicações sindicais e o respeito aos líderes do movimento grevista. Depois de um período de incerteza Ferreyra cedeu e recuperou a liberdade.

Contudo, a acção mais audaz do M-19 foi a incursão ao arsenal de Cantón Norte, em Bogotá, na qual os combatentes penetraram por um túnel na noite de 31 de Dezembro de 1978 e recuperaram cerca de 5 mil espingardas e outras armas ligeiras. A acção motivou uma dura resposta do governo e dos militares, que — escudados na suspensão das garantias constitucionais introduzidas pelo *Estatuto de Segurança* promulgado em fins daquele ano — empreenderam uma vasta campanha de detenções maciças e torturas destinadas a cercar e aniquilar o M-19. Como resultado desta acção repressiva cerca de 260 pessoas estão presas e esperam ser julgadas em "conselho de guerra" verbal, acusadas de pertencerem à organização armada.

AS FARC E UMA LEGENDA VIVA: "TIROFIXO"

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia são a outra organização guerrilheira do país. A sua origem, o teatro das suas operações, os seus alinhamentos políticos e ideológicos diferenciam-se, no entanto, dos do M-19.

Num certo sentido as FARC são o único movimento armado dos actualmente existentes que encarna uma linha de continuidade directa com a guerra civil não declarada dos anos 50. Naquele período a violência oficial obrigou os campesinos a organizarem-se em guerrilhas de orientação liberal — filiação política da quase totalidade dos seus componentes — que apesar da sua falta de um comando único e de outras notórias deficiências, foram os principais protagonistas da resistência à ditadura naquele tempo.

Estas guerrilhas não foram as únicas. Os comunistas, perseguidos pelo regime com idêntica ou pior ferocidade empregada na perseguição aos liberais, viram-se obrigados a refugiar-se nas montanhas para sobreviverem e formarem grupos armados. Nunca foram muito numerosos e a sua importância militar foi relativa, mas a sua disciplina e a sua ênfase nas reivindicações sociais e económicas da classe campesina foram raramente alcançadas pela guerrilha liberal, limitada nas suas perspectivas puramente políticas do conflito. Desta forma, onde operou a guerrilha comunista, promoveu-se a autogestão das massas, a orga-



Presidente Turbay Ayala, um liberal responsável pelo incremento repressivo.



Café colombiano: riqueza injustamente distribuída

nização de milícias e a distribuição das terras.

Em relação ao problema da paz os destacamentos comunistas mantiveram uma atitude diferente. A guerrilha liberal aceitou praticamente sem reticências o acordo político mediante o qual liberais e conservadores puseram fim à sangrenta concorrência pelo poder e depôs facilmente as armas. A experiência dos anos seguintes encarregou-se de provar quanto excesso de confiança houve nesta decisão: a paz retornou ao país ao preço da restituição do poder à velha oligarquia e da instauração de um regime político dominado pelo monopólio constituído em exclusivo por liberais e conservadores.

Os comunistas, por sua vez, procederam com maior cautela. Obedecendo à corrente bipartida que assegurou a paz, suspenderam a actividade armada, mas as zonas rurais sob a sua influência procuraram preservar as conquistas alcançadas e os organismos

de poder autônomo, incluindo as milícias.

Esta decisão contrariou a direita, que em 1964 — em aberta convivência com a embaixada norte-americana — iniciou um debate no Senado contra o que Álvaro Gómez Hurtado, dirigente conservador, qualificou de "repúblicas independentes" (e que na realidade eram as comunidades campesinas de Marquetalia, El Pato, Guayabero y Riochiquito). Paralelamente foi orquestrada uma bem montada campanha de imprensa destinada a "provar" que naquelas regiões reinava a anarquia e o terror. Ao debate e à campanha seguiram-se as espingardas e os canhões e o *palmo*.

Em 18 de Maio de 1964 o governador colombiano iniciou operações contra as regiões agrárias insubmissas, utilizando para isso mais de 16 mil efectivos pertencentes a unidades combinadas de terra e ar. Os campesinos não puderam resistir a um adversário que os superava em número e capacidade de fogo, e uma vez mais abandonaram as terras e as casas para se instalarem nas vertentes dos Andes colombianos, onde formaram três destacamentos guerrilheiros sob o comando de Manuel Marulanda Velez, Ciro Castaño e Oscar Reys. Marulanda Velez — o qual já nesta altura era um veterano da resistência armada — nos anos seguintes converteu-se num dirigente guerrilheiro de renome lendário: "Tirofixo", em alusão às suas virtudes como atirador.

Em Abril de 1966 realizou-se a Segunda Conferência do Bloco Sul, que determinou a unificação dos

três destacamentos atrás mencionados sob a denominação de Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). O programa adoptado naquela altura compreendia: a) realização de uma reforma agrária; b) industrialização das zonas rurais; c) amplos sistemas de crédito; d) preços remunerativos para os produtos agro-pecuários. Por outro lado, o programa exigia protecção para as comunidades indígenas e a devolução das suas terras, usurpadas pelos latifundiários.

Catorze anos decorridos após a sua fundação as FARC evidenciaram um crescimento lento mas constante. No plano militar os seus combatentes estão dirigidos contra as patrulhas militares que actuaram no campo. O teatro das suas operações tem-se diversificado, incorporando ao primitivo cenário do Sul as regiões aldeias ao longo do curso dos rios Magdalena (no coração geográfico do país), Caquetá y Meta (no Oriente), e a região de Urabá, vizinha do golfo do mesmo nome na costa do Caribe, perto da fronteira com o Panamá.

A maioria destas regiões é constituída por zonas de colonização, pontos da fronteira agrícola interior em que os conflitos sociais se agudizam notavelmente. A estas regiões chegam geralmente campesinos sem terras cujo direito a uma parcela que tenham conseguido obter lhes é logo disputado pelo comerciante (com o qual o camponês se enfeudou) ou pelo latifundiário que vem da primeira geração da colonização, forçando os proprietários a vender.

Estas transacções são pouco ortodoxas, as autoridades faltam ou estão do lado dos latifundiários e a violência estala com excessiva frequência. Nesta situação, a guerrilha transforma-se de facto na única protecção que tem o rendeiro e o trabalhador assalariado contra as arbitrariedades dos latifundiários e os crimes dos seus agentes armados.

O EXEMPLO DA SIERRA MAESTRA E O ELN

O Exército de Libertação Nacional (ELN) é dentro dos grupos revolucionários colombianos o que mais próximo esteve para realizar aquilo que na década de 60 se identificava com a ortodoxia do exemplo cubano. A sua formação – na segunda metade de 1964 – foi efectuada sob o impacto directo dessa revolução e dos seus primeiros sucessos. A 7 de Janeiro de 1965 iniciou as operações militares ocupando Simacota, uma pequena localidade situada na província de Santander, e rapidamente ganhou muitas simpatias entre os estudantes universitários; vários dos dirigentes da hoje extinta Federação Universitária Nacional (FUN) ingressaram nas suas fileiras e foram seguidos por muitos outros estudantes.

Estes aspectos específicos da nova organização sofreram, contudo, uma modificação importante com a vinculação ao ELN do sacerdote Camilo Torres em fins de 1965. O religioso desfrutava nessa altura de uma notável audiência de massas e a sua decisão de abandonar a direcção da

Frente Unida (movimento que ele próprio havia organizado) para se incorporar na luta armada nas montanhas fez estremecer o país e conferiu ao ELN uma inesperada importância a nível nacional. Lamentavelmente Camilo Torres morreu pouco depois durante uma ação militar e a influência que exercia sobre as massas não pôde ser absorvida pelo

movimento guerrilheiro. Apesar disso, o ELN conseguiu penetrar em certos núcleos campesinos e em meios operários (especialmente trabalhadores do petróleo) ao mesmo tempo que estabelecia vínculos com movimentos cristãos de base.

Entre 1965 e 1972 o ELN actuou fundamentalmente na região de Magdalena Medio e em 1973 deci-

Camilo Torres, um exemplo que continua vivo

Em 15 de Fevereiro de 1966 numa emboscada a uma patrulha do exército colombiano, Camilo Torres é atingido por dois tiros de espingarda tendo morte quase imediata. Os seus companheiros agrupados num destacamento do Exército de Libertação Nacional, tentaram recuperar o seu cadáver mas a inesperada resistência do adversário impede-os de o fazerem e acabam por refugiar-se na selva. Os soldados espinham o corpo inerte, fotografam-no, registam as impressões digitais e enterram-no num local ainda hoje considerado segredo militar.

A notícia é rapidamente divulgada e comove profundamente a opinião pública, que de súbito descobre a dimensão exacta do compromisso revolucionário de um padre a quem a sua própria origem familiar e as vinculações com a rede difusa do poder preparavam um destino de abundância e privilégio.

Os seus inimigos mais imediatos, a casta dos políticos oligárquicos, não acreditaram na integridade das suas convicções políticas e na véspera da passagem de Camilo à clandestinidade renovaram infrutuosamente as ofertas de suborno. Mas nesta questão como em tantas outras enganaram-se com alguém cuja vida foi intensamente assumida e vivida com rebeldia.

O primeiro gesto de inconformismo de Camilo Torres foi o seu ingresso no seminário: a família desejava um médico ou um advogado. A este gesto juntou outros mais consistentes e talvez mais significativos para o destino dos seus compatriotas. Em 1962, sendo capelão da Universidade Nacional em Bogotá, celebra, a pedido dos estudantes, uma missa pelos que caíram sob as balas do regime. E no sermão afirma: "mesmo que alguns estudantes não tenham sido católicos, se viveram e morreram em boa fé nas suas crenças podem ter-se salvo".

Estas palavras valem-lhe uma campanha de calúnias na imprensa e uma severa repreensão do seu superior hierárquico, o cardeal.

Dois anos mais tarde dedica todas as suas energias à cria-

diu estender o raio das suas operações e criar uma segunda frente no noroeste, numa zona selvagem situada entre as últimas ramificações da cordilheira ocidental e as planícies da costa caribe. O grupo guerrilheiro empregou muitos recursos neste ambicioso projeto que, mais tarde, terminou numa contundente derrota militar em que perderam a vida dois dos ir-

mãos Vásquez Castaño — membros da direção — e muitos combatentes.

A derrota comprometeu seriamente a unidade da organização e determinou uma grave crise interna em que uma das consequências foi a saída de Fábio Vásquez do comando supremo. Actualmente o ELN encontra-se em fase de reorganização total.



ção e funcionamento de uma granja-escola no município de Yopal, destinada a preparar dirigentes camponeses. O pacífico objectivo irrita contudo os latifundiários da região que o acusam de promover na granja "o treino de guerrilheiros".

Nesse mesmo ano, na qualidade de membro da Junta Directiva do Instituto Colombiano da Reforma Agrária, opõe-se a uma decisão desse organismo amplamente favorável a um grande latifundiário o que lhe vale a irada impugnação de Alvaro Gómez Hurtado, uma das figuras mais destacadas do Partido Conservador. Pouco depois junta-se a outros intelectuais e personalidades políticas progressistas que tentam impedir a "Operação Marquetalia", uma operação militar que com a participação de 16 000 homens leva a guerra de extermínio aos camponeses do movimento agrário do sul de Tolima e Huila.

Finalmente Camilo rompe com audácia o compromisso histórico entre a hierarquia eclesiástica e a oligarquia e surge no cenário político nacional a promover a formação de um movimento, a Frente Unida do Povo, que em pouco tempo consegue unificar todos os grupos e partidos da oposição e aglutinar em seu redor o descontentamento popular. A resposta à convocatória de Camilo é multidimensional: o semanário do movimento vende 50 000 exemplares por número, os comícios e as manifestações públicas sucedem-se sem interrupções em todas as cidades do país, as centrais sindicais dialogam com o sacerdote revolucionário em torno do programa da Frente Unida. O clima político é febril e influenciado por ele Camilo adere à guerrilha em fins de 1965.

A 7 de Janeiro de 1966, por ocasião do primeiro aniversário da fundação do ELN, dá a conhecer a sua "Proclamação das Montanhas" na qual explica os motivos que o levaram a empunhar as armas. A 15 de Fevereiro participa na sua primeira ação armada e morre. O seu exemplo, contudo, permanece e multiplica as suas ressonâncias na Colômbia e na América Latina.

O MOVIMENTO DE AUTO-DEFESA OPERÁRIA

O Movimento de Auto-defesa Operária (MAO) é, de certa maneira, o *enfant terrible* da guerrilha colombiana. É o grupo de mais recente formação (1978), provavelmente o mais pequeno e o seu campo de ação é unicamente urbano. A sua primeira grande ação pública, a execução do ex-primeiro ministro do Interior Rafael Pardo Buelvas, foi o episódio armado pior recebido em vários anos pela esquerda e por consideráveis sectores da opinião pública, que o consideraram muito inoportuno.

Apesar disso o MAO tem conseguido impôr-se com golpes de audácia e imaginação. Em 1979 o seu principal dirigente caiu nas mãos da polícia e foi encarcerado na Prisão Modelo de Bogotá, juntamente com outros militantes da organização. Numa soalheira manhã de domingo, os seus companheiros do exterior dinamitaram um dos muros da prisão e conseguiram a fuga do dirigente e de outros cinco camaradas.

Mais recentemente, uma das suas militantes encarcerada em Bogotá foi transferida por motivos de saúde para o Hospital Militar, ao qual nunca chegou: a ambulância que a conduzia foi interceptada no caminho por um comando do MAO que dominou a escolta e a libertou. A audácia de ambas as ações está valorizada pelo tacto de que são as primeiras deste tipo efectuadas com êxito na Colômbia.

NICARÁGUA



Tomás Borge: a democracia revolucionária

O dirigente sandinista fala sobre o pluripartidarismo, as organizações de massas e a imprensa no processo revolucionário. Na democracia nicaraguense, diz, não haverá manipulação das expressões operárias e populares nem represálias contra aqueles que criticarem os abusos e desvios.

Roberto Remo

Ministro do interior, membro da Direção Nacional da Frente Sandinista e único sobrevivente de entre os fundadores dessa organização revolucionária, Tomás Borge não necessita ser apresentado aos leitores de *Cadernos do Terceiro Mundo*. Nesta entrevista em exclusivo pronuncia-se sobre temas políticos polémicos relativos à construção de uma nova sociedade na átria de Sandino.

O Comandante insistiu no carácter po-

lítico pluripartidário do processo na Nicarágua. Gostaria que desenvolvesse um pouco essa ideia, porque, em geral, no exterior tem-se a noção de que a Frente Sandinista é a única força vigente na condução do processo nicaraguense.

Bom, a Frente Sandinista é a força mais importante, a que suportou o peso fundamental da guerra, a que tem suportado igualmente a tarefa extraordinariamente difícil da reconstrução do país e

da condução do processo revolucionário. Mas para além da FSLN há outras forças políticas. Concretamente, o Movimento Democrático Nicaraguense dirigido por Alfonso Robelo, membro da Junta de Reconstrução Nacional; o Partido Liberal Independente, a que pertencem, entre outros funcionários importantes, o ministro do Trabalho, Dr. Virgilio Godoy, e o magistrado do Supremo Tribunal de Justiça, Dr. Rodolfo Robelo; o Partido Popular Social Cristão que, entre outros, inclui o vice-ministro do Trabalho. Há também a participação activa, a todos os níveis, dos cristãos revolucionários do nosso país, como é o caso do ministro dos Negócios Estrangeiros, o sacerdote Miguel d'Escoto, o ministro da Cultura, padre Ernesto Cardenal, e uma série de sacerdotes, como o padre Fernando Cardenal, um jesuíta que dirige a campanha de alfabetização.

É bom que se saiba que, se bem que o peso fundamental das tarefas revolucionárias no nosso país recaia, como é lógico, na FSLN, há outras forças políticas igualmente participantes.

ELEVAR A CONSCIÊNCIA DOS TRABALHADORES

O Comandante anunciou a intenção de transformar a Frente Sandinista num partido político. O que implicaria essa transformação?

A FSLN é um partido político um agrupamento político com os seus estatutos, os seus programas, as suas linhas estratégicas, a sua direcção. Não se trata de transformá-lo mas de consolidá-lo e desenvolvê-lo como partido político.

Nesse processo, seria possível a incorporação de outras forças na Frente?

O Partido Socialista desenvolveu-se e incorporou-se na Frente. Se houvesse qualquer outro organismo que se identificasse plenamente com a estratégia política da Frente, com o seu programa político, nessa altura entrariam em diálogo com ele. Chegámos a fazer esforços para integrar na Frente Sandinista o Partido Comunista da Nicarágua (1), porque considerávamos que no nosso país só podem existir duas grandes forças políticas: a força revolucionária e os seus aliados e a força contra-revolucionária. Pertendíamos integrar o Partido Comunista no contexto revolucionário, mas ele é, infe-

lizmente, dirigido por elementos oportunistas que pretendem liderar o processo revolucionário no nosso país, que pretendem substituir a Frente Sandinista. Assim, como não têm espaço político, nem apoio popular, nem passado revolucionário, aproveitaram-se das limitações do momento, das crises económicas resultantes do passado, e lançaram alguns sectores laborais em lutas economicistas. Foram eles os grandes responsáveis pelos hábitos reivindicativos economistas da classe operária no passado. Nos últimos anos empreendemos esforços extraordinários e conseguimos em grande medida transformar as lutas da classe operária em lutas políticas. Mas ele tem hábitos essencialmente economicistas e a sua única possibilidade de sobrevivência política é através da luta económica, que lhe confere um determinado espaço político.

Os seus intentos fracassaram, porque nós nos associámos intimamente à classe operária, conversámos com os trabalhadores, explicámos-lhes a realidade do nosso país e o projecto político revolucionário. E os trabalhadores, com a sua especial intuição revolucionária, perceberam perfeitamente. Os trabalhadores do nosso país são um sector social atrasado do ponto de vista político. Uma das tarefas fundamentais é elevar o nível ideológico e político dos trabalhadores.

POR UM MOVIMENTO SINDICAL AUTÔNOMO

Será que o pluripartidarismo político a que se refere vai ser expresso no Conselho de Estado prestes a instalar-se?

Esfá previsto um Conselho de Estado que funcione como um local de discussão dos problemas do país. Aí poderão fazer-se ouvir diferentes organizações políticas. Em certa medida, esta ideia não nos agradou muito, porque é uma perda de tempo discutir. Contudo, criámos mecanismos executivos suficientemente activos para que o trabalho do governo, sobrecarregado de emergências neste momento, não fique emperrado.

Claro que, no nosso país, há que pôr em prática a democracia: a vontade do povo expressa através das respectivas organizações. Essa é a democracia mais verdadeira. Os sindicatos, as organizações de massas, devem ter voz, devem exercer

uma influência decisiva nas deliberações do governo. Nos últimos tempos temos tido uma relação muito mais estreita com os trabalhadores e expressámos a necessidade de criar um movimento sindical independente, um movimento sindical autónomo, um movimento sindical que não seja um prolongamento, um apêndice do governo, nem sequer da Frente Sandinista, mas que seja um movimento sindical capaz de dizer "não" ao governo, dentro de um espírito revolucionário. Não um movimento sindical que se oponha à revolução mas um movimento sindical que, estando com a revolução, seja capaz de contestar a direcção revolucionária. Será esta contestação que impulsionará o nosso processo.

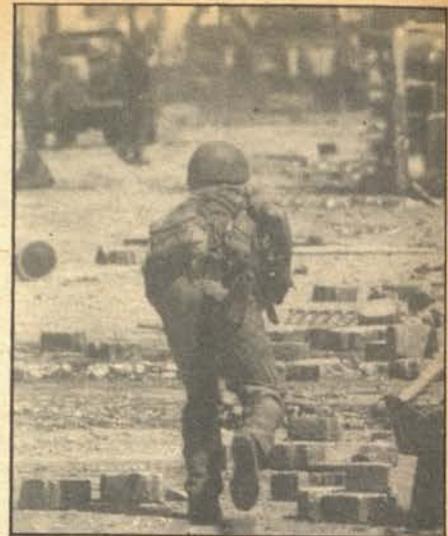
Inicialmente houve uma interpretação um tanto deformada da realidade e tratou-se de desenvolver um movimento sindical "oficialista", por assim dizer. Esta nossa posição, desenvolvida em assembleias sindicais, tem produzido os seus frutos pois conseguimos, em grande medida, a unidade dos trabalhadores. A grande massa dos trabalhadores integrou-se já em organizações sindicais unificadas. Criou-se uma Intersindical. Conseguimos a completa unificação dos trabalhadores da construção civil e do sector forte e combativo dos trabalhadores da saúde. Continuaremos a lutar neste sentido.

A VERDADEIRA DEMOCRACIA

Sob que forma concreta será formulado e que limites terá o pluralismo político?

O pluralismo (político) já está formulado. A revolução sandinista nasceu pluralista e vamos procurar manter o pluralismo político dentro da revolução. Não se pode falar de um pluralismo político em geral, mas de um pluralismo concreto, específico, dentro de um processo revolucionário como o nosso. Porque há alguns sectores que não podem ser admitidos dentro do conceito do pluralismo político. Não podemos admitir os somozistas, por exemplo. Não podemos admitir a existência de organizações contra-revolucionárias. Apenas podemos admitir organizações que se integrem no projecto revolucionário.

Desde que a revolução triunfou, é notório o esforço no sentido da criação de novas organizações de massas e do alarga-



«Guarda pretoriana» somozista vencida pela unidade popular

mento das existentes. O que pensa dos resultados obtidos neste âmbito?

O desenvolvimento ao nível da organização é importante. É a forma de expressão das massas. As mulheres organizadas, os habitantes dos bairros organizados, através dos Comités de Defesa Sandinistas, as juventudes organizadas, os campesinos organizados. Todo este conjunto de organizações de massas constitui a base social da revolução. Consideramos que é assim que se estrutura uma verdadeira democracia. Uma democracia que consiga projectar a vontade do povo.

NÃO À MANIPULAÇÃO DAS MASSAS

Não se corre o risco de que, por essa via, se infiltrarem os contra-revolucionários?

Não. Nos CDS, por exemplo, a que vamos dar prioridade, há vários escalões, vários níveis. Só em Manágua há cinquenta mil CDS, quase toda a população está integrada neles.

Alguns CDS surgiram espontaneamente, um tanto desorientados. Não houve capacidade de controlo de tão elevado número de organizações e alguns CDS ficaram confundidos, foram mal orientados. Há, todavia, alguns que foram manipulados por elementos contra-revolucionários, constituindo, no entanto, uma minoria, uma exceção. As massas são revo-

lucionárias por natureza, mas, naturalmente, as suas organizações requerem mecanismos de controlo político.

Como funcionará esse controlo?

As organizações de massas não devem ser manipuladas. Devem ser a expressão real do sentimento das massas. Mas, por sua vez, a organização revolucionária, a vanguarda revolucionária, tem a obrigação de dirigir essas massas, aprendendo com elas. E nessa confluência, nesse vai-vém, aprende-se com as massas para educar as massas. As massas são uma fonte de sabedoria. Mas, por isso mesmo, não podem ser abandonadas às mãos da reação, não podem ser abandonadas no meio da anarquia. Tem de haver uma direcção política revolucionária.

E as massas apoiam a revolução, apoiam a Frente Sandinista. Há, assim, uma relação natural, uma grande confiança na organização revolucionária. Nada é artificial. Mas, ao mesmo tempo, elas devem conservar a sua autonomia, no sentido de poderem realmente expressar os seus interesses.

DESESTABILIZAÇÃO

Quais são os inimigos da revolução nicaraguense?

Em primeiro lugar, o imperialismo. O imperialismo está aterrado, não tanto pelo facto, em si, da revolução no nosso

país, mas pelo exemplo que significa para a América Latina. Ao imperialismo não convém mesmo destruir-nos militarmente. Não só porque lhe é difícil realizar uma intervenção directa, mas também porque poderá destruir-nos mas não poderá conquistar-nos... Além disso, se conseguisse desestabilizar o nosso país, destruir o apoio social, fazer fracassar a revolução por vias não militares, isso, sim, seria uma grande vitória para o imperialismo. De aí que o nosso principal dever para com os povos da América Latina, e não só para com o nosso próprio povo, seja consolidar o nosso processo revolucionário.

De entre as forças internas, o nosso inimigo irredutível é a burguesia vendepátrias e traidora que está a descapitalizar empresas para contribuir para a desestabilização. Ela não tem um órgão representativo do ponto de vista político, mas provavelmente vai tentar introduzir-se no Partido Social Cristão.

Certamente que os somozistas saneados, os neo-somozistas, os contra revolucionários e o imperialismo vão unir-se no interior de um mesmo projecto que têm a ver com o que se considera serem intentos de desestabilização. Alguns alimentaram ilusões de nos podermos vender, de poderem atemorizar-nos. Agora já estão convencidos de que nem nos vendemos nem nos rendemos.



Combatentes sandinistas, protagonistas de uma luta tenaz e heróica

ESTA REVOLUÇÃO É IRREVERSÍVEL

Na Nicarágua criticou-se, além disso, a extrema-esquerda.

Há alguns grupos da extrema-esquerda que foram ultrapassados pela revolução e já não têm nada a fazer no nosso país. Advertimos esses grupos que íamos fazer uso do poder e parece que não acreditaram em nós. Tivemos que fazer uso do poder revolucionário e das leis naturais da revolução. As vezes não há leis escritas. Mas existem leis não escritas... A revolução é uma fonte de direito. E tivemos que fazer uso do poder revolucionário para enfrentá-los e desbaratá-los, como faremos no futuro. Não vamos dar-nos ao luxo de permitir que sejam postas em perigo as vitórias, os resultados alcançados pelo nosso povo. Esta revolução é irreversível.

O encerramento do jornal diário *El Pueblo*, que seguramente é parte dessa ultrapassagem da extrema-esquerda, foi criticado no exterior como um ataque à liberdade de imprensa...

“El Pueblo” era um jornaleco da extrema-esquerda, radical, de um radicalismo idiota, totalmente divorciado da realidade. Encerrou-se o periódico “El Pueblo”, porque começou a incentivar uma luta contra o Plano de Reactivação Económica. Não podemos dar-nos ao luxo de permitir isso. Além do mais, os responsáveis por esse diário começaram¹ a conspirar contra a revolução. Tinham as suas células. Reuniam-se clandestinamente. Conspiravam e tinham “buzones”, como chamámos aos depósitos de armas. Tinham cerca de 400 armas e talvez até mais, porque não creio que as tenhamos descoberto na totalidade, ainda que constituíssem a maior parte. Num país pequeno como o nosso, 400 armas são uma quantidade considerável. Estavam a preparar o terreno através da sua publicação, da desestabilização do país, da prática contra-revolucionária. Pretendiam desacreditar os dirigentes da revolução. Chegaram à calúnia e à obscenidade. Mas, para além disso, preparavam actividades militares. E provavelmente executaram algumas. Muito se falou das provocações militares por parte das MILPAS, que são o seu braço armado. Realmente não se pode dizer que isso esteja totalmente comprovado, porque é possível que os somozistas ar-

mados utilizem o nome das MILPAS, mas não há dúvidas de que, pelo menos, tinham projectos militares.

Insistimos neste ponto, porque no exterior...

Penso que isso foi utilizado como pretexto para atacar a nossa revolução.

ESTIMULAR A CRÍTICA

Mas isso não implica que o processo tema a crítica...

Pelo contrário, estamos tentando estimular a crítica. Não queremos jornais que se convertam em apologistas das medidas revolucionárias e das actividades do governo ou da Frente Sandinista de Libertação Nacional. É útil e necessária uma crítica construtiva que toque a fundo os males inevitáveis de um processo, que ataque a burocracia, por exemplo, os abusos que por vezes se cometem. Todas estas coisas fomos nós próprios os primeiros a combater. Que os jornais sejam um espelho do descontentamento que possa surgir face a determinadas medidas e que recolham o pensamento do povo. Não temam os que criticam. Não haverá razão para isso. Pelo contrário, vamos estimular-los ainda mais do que os estimulámos no passado. Todo o processo tem as suas dificuldades, os seus arrastamentos do passado. A herança do passado pesa muito. Os hábitos negativos, o abuso de alguns, o facto de quererem aproveitar-se do poder, o oportunismo, os desvios, a prepotência...

Temos insistido muito na simplicidade, na modéstia revolucionária, na austeridade da vida pessoal. Os dirigentes revolucionários devem estar como que numa vitrina de onde sejam visíveis. E a imprensa deve ser como um espelho que os torne ainda mais visíveis. Os dirigentes não se podem dar ao luxo de incorrer em desvios nem em formações, nem mesmo de ter uma conduta pessoal inadequada. Devem ser revolucionários durante as 24 horas do dia, até mesmo quando estiverem ressonando... nem em sonhos devem pecar contra a revolução.

(1) O Partido Comunista da Nicarágua foi criado há dois anos como resultado de uma cisão no seio do Partido Socialista, que tradicionalmente agregava os comunistas nicaraguenses. Ao realizar-se esta entrevista, na primeira semana de Março, militantes sindicalistas deste partido haviam promovido uma greve numa fábrica de Manágua como forma de reivindicação de aumentos salariais.

Uma perspectiva latino-americana



Libertação e autonomia na década de 80

Juan Somavía

A década de 80 nasce na incerteza: surge, simultaneamente, perigosa e plena de possibilidades.

Perigosa, porque irremos ser testemunhas de uma luta maçônica pela redistribuição do poder a nível mundial e nacional. Há uma reestruturação em marcha, não completamente prevista pelas mentes mágicas dos computadores nem pela sabedoria do pensamento. Como sempre, os processos sociais reais são mais espontâneos, mais ricos, mais complexos e mais inesperados que as previsões. Nestas circunstâncias a manutenção da paz mundial será uma obrigação de todos e não apenas das grandes potências. Nos úl-

mos meses fomos alertados para o facto de que a Terceira Guerra Mundial e Nuclear deixou de ser uma realidade impensável a curto prazo. No pensamento de muitos surgiu, violenta e apaixonadamente, uma pergunta que a "détente" adormeceu: que direito têm as grandes potências de tomarem a decisão de aniquilar o globo?

Mas é, também, uma década cheia de possibilidades pela potencialidade que, no mundo periférico, os nacionalismos populares e os nacionalismos religiosos já demonstraram. A Nicarágua e o Irão são casos específicos de uma nova forma de irrupção na política internacional de países

que sacodem as estruturas de dominação para procurarem as suas próprias vias de autonomia.

O QUADRO INTERNACIONAL

A "ordem" internacional do pós-guerra, sob a hegemonia norte-americana, deu sinais de desintegração no decurso dos anos 70. Os efeitos e ramificações desta situação marcarão a história imediata.

Como em política todo o vazio tem tendência a encher-se, a ordem antiga defende os seus interesses procurando dividir as suas crises. Ao mesmo tempo, um novo equilíbrio está em gestão sem que se lhe pos-



Nicarágua: auspícios encorajadores para a América Latina no limiar dos anos 80

sa, por enquanto, distinguir perfis muito definidos. A lógica desta situação global dominará a década de 80 expressando-se, sobretudo, em três processos que actualmente já é possível detectar:

– a luta entre os esforços por identificar e proteger o ser nacional de cada sociedade, garantindo o desenvolvimento através das raízes autenticamente autóctones e a presença avassaladora de um modelo transnacional de desenvolvimento que, para a maioria dos países da terra é elitista, estrangeirante e inadequado;

– a luta entre um capitalismo em crise que precisa de se renovar e um socialismo que se desenvolve enquanto se busca a si próprio.

A maneira como estes conflitos se vão apresentando e solucionando estabelecerá um quadro de apoio

ou contensão dos processos nacionais tanto no Terceiro Mundo como nos países industrializados.

AMÉRICA LATINA

Apesar da enorme e crescente influência dos factores internacionais, com as suas limitações e estímulos, os fenómenos nacionais estarão no centro dos problemas sociais latino-americanos.

O pensamento popular e a acção política continuaram a girar principalmente em torno das acções necessárias para atingirem a libertação integral dos povos face às estruturas de domínio que os oprimem a nível local e internacional. Definitivamente, a problemática nacional continuará a ser o eixo em torno do qual se articula a história da maioria dos povos da zona e do Terceiro Mundo.

Para mais de 2000 milhões de habitantes da Terra esta será a verdadeira agenda social da década de 80.

Em termos gerais, a América Latina vem de um passado desalentador. A década de 70 entrega-lhe o testemunho dramático do retrocesso nas conquistas populares e na convivência democrática no quadro de uma crescente penetração do modelo transnacional de desenvolvimento. Mas, ao iniciar a década de 80, vastos sectores nacionais na América Latina estão a criar novos espaços políticos para as lutas populares contra os autoritarismos políticos e económicos, locais e estrangeiros. Procuram saber como e de que modo se poderá promover uma mudança significativa dessa realidade latino-americana, conscientes de que é necessário ir definindo as ideias matriz e as formas

de articulação política que permitam a entrada em execução, estável e maioria, dessas mudanças.

Face a essa tarefa não se pode ter nem um optimismo irrealista subjectivo nem um pessimismo imobilizante mecânico. Planam sobre a América Latina "modelos", "saídas" e "mudanças" forjadas por interesses alheios às maiorias nacionais e que respondem a diversos esforços para impedir que se desencaiem as forças sociais que lutam por modificações radicais na vida quotidiana dos homens e mulheres do continente. Por várias vias e em vários idiomas a divisa pareceria ser: "há que abrir o jogo sempre que se possa controlar a situação". Como tantas outras vezes no passado, há e haverá grupos nacionais que desempenharão a sua clássica função de cavalos de Troia.

Mas há também sinais que alimentam a esperança. Como a própria *praxis social* nunca são completamente nítidos nem completamente definitivos. Há uma dialética em curso que não se pode negar nem sobrevalorizar; há que se estar atento para recolher da história imediata os dados que permitem avançar tanto quanto possível no caminho de uma autêntica democracia integral. A queda da ditadura de Somoza na Nicarágua, os sinais de democratização no Brasil, a busca de uma solução democrática no Equador, Peru e Bolívia, a luta do povo salvadorenho, o início da recuperação da soberania do Panamá sobre o Canal são antecedentes que permitem situar as perspectivas latino-americanas no âmbito de uma mudança

popular possível se bem que não realizada. Conscientes igualmente de que as forças do *statu quo* procuram conter e fazer retroceder os avanços que se produzam e que, em mais de um caso, o conseguiram.

CREATIVIDADE NA DIVERSIDADE

Em termos práticos esta situação coloca a todos um gigantesco desafio de criatividade política tanto no terreno da análise como no da ação concreta.

Os anos 70 proporcionam testemunhos suficientes para se afirmar que os modelos inquestionáveis e as babilias ideológicas chegaram ao fim. A *praxis social* demonstrou que não se atingirá uma libertação integral imitando experiências que vão além das nossas próprias realidades. Necessariamente tem de ser a compreensão das especificidades de cada formação social, de cada cultura nacional e regional, de cada estruturação de classes, de cada base material, de cada situação geográfica e geopolítica o que irá definindo o caminho e o ritmo das modificações. O pluralismo dos pontos de vista e das soluções terá de ser tão amplo e diversificado como as diferenças que existem nas várias situações. Já apareceram e hão-de aparecer no futuro diversas combinações de experiências progressistas e revolucionárias que servirão de estímulo e fonte de aprendizagem, que serão úteis para recolher conhecimentos e experiências mas sem que nenhuma delas se possa vir a tornar como modelo universal.

Este processo faz parte

de uma luta comum que envolve a maioria dos povos do Terceiro Mundo onde, mesmo que as soluções possam ser autónomas, há e haverá múltiplas relações e conexões entre todos os esforços locais. Neste sentido, os processos de desenvolvimento nacionais têm uma dimensão realmente internacional e colectiva. Por exemplo, o curso político que o processo brasileiro tomou não será pura e simplesmente copiado na América Latina pelos restantes regimes autoritários da zona. Todavia, também não se pode esquecer que foi um caso exemplar para a "intelectualidade castrense" e, por isso, dá-nos uma visão geral das condições de subsistência ou esgotamento do Estado autoritário no continente.

Da perspectiva das ciências sociais em que esta análise se situa, torna-se evidente que a criatividade política necessária para avançar na concepção e desenvolvimento dos processos de libertação nacional terá de dar respostas a muitas interrogativas que, em diferentes línguas, se colocam a nível popular. Uma observação dos fenómenos sociais e políticos indicará que há quatro áreas de fundamental importância que requerem uma focagem inovadora: a concepção do socialismo, os instrumentos da democracia, o desenvolvimento da identidade cultural e a consolidação da autonomia regional e nacional.

A CONCEPÇÃO DO SOCIALISMO

Os povos do Terceiro Mundo que continuam a pensar e a actuar cada vez

mais no quadro das ideias socialistas sentem que o capitalismo foi incapaz de se tornar uma alternativa viável para eliminar a pobreza, a desnutrição, o desemprego, a falta de habitação e educação e, em geral, de dar satisfação às necessidades básicas das populações. Na sua actual fase transnacional promove modelos de concentração de rendimentos, de marginalização social e de homogeneização cultural que acabam por criar enclaves sociais desnacionalizados em cujo interior os seus membros se sentem e agem como verdadeiros cidadãos transnacionais. Pior ainda: quando tem "éxito" nos números vem acompanhado de sistemas políticos autoritários fortemente repressivos como na Coreia ou na Formosa. A lógica deste modelo extremo não é susceptível de se modificar parcialmente. Não se trata de o tornar um pouco mais justo, um pouco menos abusivo. É necessário assumir o facto de que a lógica concentradora que o impulsiona produz obrigatoriamente sociedades de exploradores e de explorados. É por isso que a utopia socialista continua a vigorar no coração dos povos e se baseia na necessidade, profundamente humana, de resgatar a própria dignidade.

Mas não chega dizer-se que se quer atingir uma sociedade socialista. O voluntarismo, desvinculado do conhecimento analítico-prático de cada sociedade e das margens de ação que ela e o sistema internacional permitem, levou já a demasiados falhanços. Daí a enorme responsabilidade que pesa sobre a chamada classe política nos países

do Terceiro Mundo. São já muitos os que se revelaram incapazes de dar à política o conteúdo de imaginação e criatividade necessário para apresentar soluções adequadas no momento adequado. Damos de frente, muitas vezes, com a reiteração de "slogans" gastos e com conceitos mil vezes repetidos e, frequentemente, longe da realidade social a que se pretende aplicá-los e, por isso, ineficientes como solução dos problemas que pretendiam enfrentar. O divórcio entre a viabilidade real do discurso político, meramente ideologizante, e a natureza dos problemas concretos e diárias com que os homens, as mulheres e as crianças dos sectores populares se debatem (e também parte da classe média) adquiriram nas últimas décadas algumas características bastante críticas.

Nos anos 80 terá de se responder a uma exigência legítima dos povos, a nível nacional: qual o significado concreto do socialismo que se está a propor e, por conseguinte, em que consiste o socialismo para cada caso. Porque, actualmente, já se tornou claro que se pode dizer que o corpo de conceitos que enforma o ideal socialista tem uma única forma de execução, que se expressa num modelo singular e que definitivamente existe só uma matriz universalmente válida. Os valores de libertação, os objectivos da justiça, as aspirações humanistas, o desejo de igualdade e democracia é que constituem os elementos comuns da procura. Mas a proposta nacional que os sectores progressistas e revolucionários apresentem para cada país terá

de responder nas suas formulações, no seu conteúdo e na sua forma de execução às particularidades que mencionámos.

OS INSTRUMENTOS DA DEMOCRACIA

Tudo o que anteriormente se disse leva também a que se coloque um aspecto central na construção de sociedades alternativas, igualitárias e participativas: quais serão os instrumentos da democracia. Aqui é necessário definir duas perspectivas claras. Por um lado, a democracia não é apenas o voto, não é só a antiga e clássica divisão de poderes, o executivo, o legislativo e o judicial. Não é apenas a resposta justa aos problemas da *origem* do poder. Esta é uma condição necessária mas não suficiente. Pensamos que a democracia do século XX, que aspiramos construir, deve resolver a questão do *exercício democrático* do poder. Deve valorizar, particularmente, as conquistas do sufrágio universal, a protecção dos direitos humanos e as experiências advindas de diversos processos revolucionários, ampliando a gestão do processo político e a responsabilidade colectiva na consecução dos objectivos de cada sociedade. Trata-se de uma democracia integral: objectivamente democrática, nos campos políticos, económicos, sociais e culturais que contemple os diversos níveis de organização da sociedade e que estimule as diversas formas de articulação dos grupos sociais organizados. Ela não se constrói de uma só vez nem para sempre, não permanece maficada nos quadros

estreitos de uma constituição mas fica impressa como um carácter que "inverte" a sociedade civil na qual a institucionalidade jurídica é um instrumento flexível que estimula a penetração e a expansão da democracia.

Em termos práticos isto significa reconhecer um eixo fundamental: a participação popular que dá vida e oxigénio a uma democracia. As sociedades sem participação são sociedades mudas, são sociedades onde progressivamente o tecido social se vai desintegrando por falta de oxigénio vital. Quando a ordem substitui o diálogo, quando a autoridade não presta contas, quando uns mandam e outros apenas podem obedecer, esmaga-se a seiva vital que é a confrontação organizada das ideias. É por isso que a participação nunca pode ser considerada como uma concessão gra-

tuita da autoridade, ela é, por essência e por definição, um direito popular. De novo nos encontramos aqui com as formas concretas que o processo democrático adopte e com os instrumentos específicos através dos quais se expressa a participação — eles responderão a circunstâncias muito variadas. E aí está exactamente o desafio. É sempre mais fácil mandar que consultar. É sempre mais cómodo decidir entre poucos que entre muitos. O ideal de participação não é fácil de organizar, tem custos e põe problemas de natureza distinta. Haverá sempre aqueles que dirão que é "eficiente" restringir a participação a favor da produtividade. Estes são problemas reais que devem enfrentar-se adentro do quadro das circunstâncias próprias de cada país e do estádio de desenvolvimento social em que cada nação

se encontre. Fica, porém, a apresentado o postulado inamovível: não há democracia integral sem estruturas de participação real das maiorias nacionais.

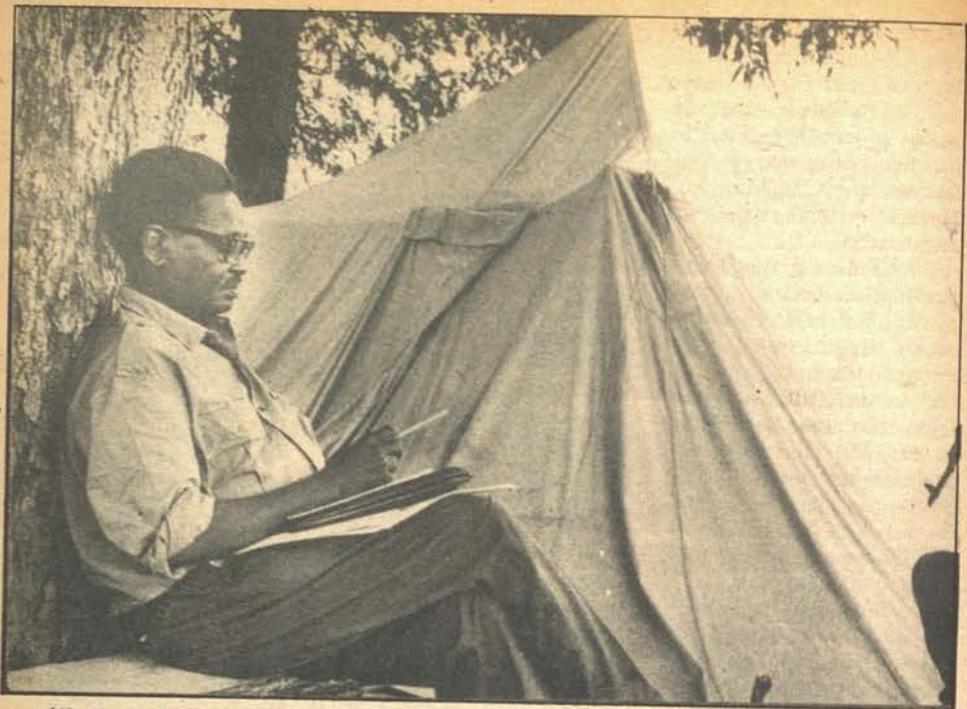
A vida quotidiana indica-nos o lugar central que esta temática ocupa nos grupos sociais e nos partidos e movimentos políticos reprimidos por uma diversidade de regimes autoritários. Ela também nos assinala até que ponto a questão do exercício democrático do poder é a fronteira entre a revolução que se torna histórica e popular e a que se burocratiza.

IDENTIDADE CULTURAL

Vinculado às especificidades que nos preocupam, que necessariamente apontam para um pluralismo na concepção do socialismo e das formas de democracia, emerge um tema que, no



Cada povo terá que percorrer o seu próprio caminho de democratização



«Não é por acaso que, na história do Terceiro Mundo, tantos poetas e intelectuais foram os libertadores e os chefes políticos»

decurso dos anos 80, terá especial importância: o desenvolvimento da identidade cultural de cada país e dos diferentes grupos étnicos, religiosos ou culturais que podem existir no interior de cada nação. A cultura nacional é um bem nacional. Pertence e deve estar ao serviço de todos. De certa maneira é a memória colectiva que nos vincula ao nosso passado e nos projeta criativamente em relação a outras culturas e religiões. O sedimento cultural constituído pelos valores que, historicamente, se foram impondo numa sociedade constitui, simultaneamente, uma riqueza e um dado histórico. É uma riqueza porque dá raízes a uma nação mas também é um dado histórico porque o quadro cultural pode constituir tanto um impulso como um travão às ne-

cessidades de mudança em benefício das maiorias. É por isso que, tal como o socialismo e a democracia, a cultura não pode conceber-se como algo estático mas como um processo continuamente renovado que permite conservar das heranças históricas os valores que dão fisionomia e direcção constante a uma formação social, mas que também permite ir incorporando as novas achegas que surjam da construção de sociedades alternativas.

Nesta relação dialéctica entre a cultura ancestral e a cultura a que as nossas vidas dão origem encontra-se um vértice fundamental no desenvolvimento da capacidade de criatividade política. Este é o lugar e o momento histórico em que se expressa e se afirma a identidade nacional e onde surge, como um envolvente da

dinâmica social, a dinâmica propriamente nacional. Por isso é que entender cabalmente os fenómenos culturais nacionais é uma componente indispensável da compreensão dos fenómenos políticos globais. Esta verdade escapou a muitos no passado e levou a erros, tanto na concepção das mudanças como na sensibilidade a respeito de como e de que modo havia que fazê-las e explicá-las no quadro de uma cultura determinada. Não é por acaso que, na história do Terceiro Mundo, tantos poetas e intelectuais foram os libertadores e os chefes políticos.

CONSOLIDAÇÃO DA AUTONOMIA

Nenhuma das expressões e desafios atrás mencionados poderão atingir-se ou

enfrentar-se correctamente senão no quadro de um efectivo exercício da autonomia nacional. Não se trata de fazer rufer os tambores nem de agitar bandeiras em torno de falsos nacionalismos historicamente ultrapassados. Trata-se, sim, de reclamar e exigir o direito de cada sociedade ter a possibilidade de adoptar democraticamente as orientações políticas, económicas, culturais e sociais que considere adequadas. Não se procura a autarquia mas também não se aceita a dominação. Na luta pela liberdade o desenvolvimento do nacionalismo transforma-se numa força integradora e mobilizadora. É uma força que deve amalgamar-se — não para se enfrentar agressivamente com outras nações num processo de reversão histórica mas para afrontar a solução dos problemas próprios.

Todavia, a afirmação da autonomia nacional não depende apenas da vontade de exércê-la. É aqui que se vinculam essencialmente as exigências da dinâmica nacional com as realidades limitadoras do sistema internacional nas quais estão inseridos os países do Terceiro Mundo. A capacidade de autonomia nacional — e o reconhecimento das necessárias autonomias regionais, religiosas e étnicas — não surgirá como um presente da história. A busca da autonomia enfrenta sempre uma hegemonia pré-existente. Na cena contemporânea, o mundo industrializado, a estrutura transnacional e as grandes potências exercem diversas formas de poder que se articulam com aliados internos para promover ou obstruir a consolidação

da autonomia conforme os interesses em jogo.

ALGUNS DOS PROTAGONISTAS LATINO-AMERICANOS

A exigência de criatividade de política expressa-se num desafio dirigido especialmente a três protagonistas sociais fundamentais: as organizações populares, os partidos políticos e as forças armadas. Tratarei estes temas da perspectiva e da experiência que me está mais próxima: a dos países latino-americanos.

AS ORGANIZAÇÕES POPULARES

O povo, como protagonista organizado, terá a responsabilidade fundamental de transformar a agenda social dos anos 80 em realidades políticas concretas a nível nacional. Aqueles que recorrem à força e ao autoritarismo para moldar as sociedades em proveito de interesses minoritários, tarde ou cedo encontram-se perante o facto desse povo, aparentemente silencioso, não estar silenciado e, por detrás da fachada da "ordem" imposta pela autoridade, surge a legitimidade das maiorias. Todavia, tudo isto podem ser apenas belas palavras se não houver organizações sociais e de classe adequadas em todos os níveis da sociedade. Sem uma dedicação constante, sem um laborioso trabalho de sapa, sem a articulação de múltiplas formas de mobilização popular e sem a consciência política de que, para além das antigas ou actuais divergências, a grande massa do povo tem interesses basicamente comuns, será muito difícil

criar as condições necessárias para a libertação nacional e popular,

É no seio de cada povo, em todos os países, em cada condição histórica particular, que deve surgir, como força promotora da mudança, a capacidade e a decisão de articulação popular, desde os sindicatos até às organizações femininas, desde o movimento estudantil até às organizações profissionais, desde as comunidades de base da igreja até aos partidos políticos, desde os vizinhos até à província. Para lá das condições particulares em que surgiu a palavra de ordem "o povo unido jamais será vencido" a praxis política demonstrou que essa ideia tem uma forte validade objectiva. A divisão, as divergências, a desunião e o sectarismo no seio do povo conduzem à paralisia das lutas populares e democráticas e ao constante domínio das minorias. Pelo contrário, quando há unidade, há condições para a vitória.

OS PARTIDOS E MOVIMENTOS POLÍTICOS

Mas este problema da divisão no seio do povo tem muito a ver com a crise profunda que atravessam os partidos e movimentos políticos latino-americanos, tanto do centro como da esquerda. Ao entrarmos na década de 80 há uma renovação tão urgente quanto indispensável que deve operar-se na chamada classe política e naqueles que aspiram ou se pretendem transformar em chefes políticos. De um modo rápido e dramático um certo "estilo" de fazer política tornou-se obsoleto. O belo

discurso já não pode substituir o conhecimento dos problemas e a chamada puramente ideológica, desvinculada dos problemas quotidianos, soa e comprehende-se apenas como teoria, dogma ou ambas as coisas.

A renovação abarca, entre outros, os seguintes aspectos:

a) A superação das divisões que parecem ser uma praga histórica que persegue os sectores progressistas e revolucionários de todo o mundo. Como disse Tomás Borge, para não capitular ante o inimigo "às vezes temos de capitular ante as nossas divergências".

b) A capacidade de enterrar o sectarismo no debate político, esse sectarismo que arvora a convicção própria em lei universal e que exclui e condena qualquer outra visão da realidade.

c) O aperfeiçoamento de uma linguagem popular que descreva os problemas e as suas soluções a partir da forma como eles se expressam realmente na sociedade, sem os encerrar numa semântica evada de arquétipos ideológicos, e doutrinários. Como disse um escritor latino-americano, trata-se de "aprender a falar às pessoas e não à ciência".

d) O reconhecimento de que a eficiência, a capacidade e o reconhecimento técnico devem transformar-se em património a valorizar, em vez de se as considerar como características supostamente "tecnocráticas" logo subalternas e sem interesse na decisão política.

e) A aceitação de que as estruturas partidárias não podem pretender controlar

as acções das organizações sociais autónomas. O que significa reconhecer que os sindicatos, as organizações populares e gremiais e outras formas de mobilização social não podem ser consideradas como apêndices políticos dos partidos e que se deve reconhecer a sua vida própria e os interesses particulares que representam.

f) Ganhar consciência de que o mundo está cheio de novas realidades que devem abordar-se a partir de uma perspectiva política renovada. Isto exige um progresso analítico em áreas tão diversas como a expansão do modelo transnacional de desenvolvimento, o ressurgimento do apelo religioso, os conflitos armados entre países socialistas, o crescente desgaste da ecologia, o potencial autoritário das novas tecnologias de telecomunicações, os problemas que a informática põe, a concentração do poder de comunicar e outros temas de idêntica importância.

Tudo isto supõe uma concepção de partido em que possa entrar o sol e a luz, onde a participação não se transforme em conformismo tácito, seja qual for a tendência, mas em que se viva do oxigénio fresco e abundante do debate aberto e democrático e do respeito pessoal e político, tanto nas decisões das maioria que fixam a orientação como nas opiniões das minorias que existam no seio do partido.

Há duas práticas que se devem superar. Aquela que teme o questionamento e constrói a unidade em torno de um aparente consenso promovido verticalmente. A segunda é a que teme

a disciplina e constrói a unidade através da incorporação de todas as posições seja qual for a sua representatividade relativa. Ambas estas atitudes esquecem que participação e disciplina são duas faces de uma mesma moeda: uma não existe sem a outra. O acto de participar traz implícita a aceitação disciplinada das decisões colectivas que resultem do debate e a legítima exigência de disciplina fundamenta-se no carácter participativo da decisão.

A tarefa é enorme. É de esperar que pelo caminho algo se tenha aprendido e que as forças progressistas e revolucionárias sejam agora capazes de enfrentar-se nos anos 80 com a união, a visão, a imaginação e a falta de preconceitos que lhes permita criar novos factos políticos. Há que superar muitos complexos de esquerda, muitas obstruções mentais têm de ser dissipadas para que se gerem propostas de alteração que sejam realmente capazes de atrair as maiorias nacionais, desde os sectores populares até aos sectores da classe média.

AS FORÇAS ARMADAS

As forças armadas da América Latina tornaram-se um protagonista político central, cuja capacidade de orientar o destino dos seus países na base de doutrinas orgânicas e institucionais, não tem nada a ver com a antiga guarda pretoriana dos clássicos tiranos.

Como resultado disto, em muitos pontos da América Latina, o mundo parece estar de pernas para o ar: em nome da nação des-



Nos derradeiros anos da década de 70 o declinar do fascismo latino-americano era um facto adquirido

faz-se o nacional e transnacionaliza-se o país; invocando o "o livre jogo das forças de mercado" estabelece-se uma economia concentraçãoária e monopólica; em nome do bem-estar surge a extrema pobreza; e, em nome da liberdade, corre-se à repressão e ao terrorismo do Estado. Assim se instalaram modelos políticos que substituem a livre expressão de todo um povo pelo livre consumo de uns poucos.

Apesar de todo o seu poder aparente muitos sectores das forças armadas nestes países iniciam a década com medo do futuro. O desastre processual que desencadearam está a virar-se contra elas. A distâ-

ncia que há entre um povo atemorizado e um povo indignado até à ação violenta e desesperada é curta. Isto sabemo-lo todos.

Por isso, na América Latina, a questão das forças armadas é um tema inevitável. Já se escreveu e disse muito sobre o assunto. Não se pretende aqui retomar a fundo esse debate mas tão só fazer ressaltar algumas implicações que, no quadro dos temas anteriormente tratados, tenderão a actuar sobre os acontecimentos da década de 80. Sinteticamente, a observação da situação revela os seguintes aspectos centrais:

a) Certas experiências históricas do Terceiro Mundo deram exemplos de si-

tuações nacionalistas em que personalidades ou integrantes das forças armadas se comprometeram, em maior ou menor grau, com as necessidades dos menos favorecidos. Não foram sempre nem necessariamente uma força antipopular (Nasser, Velasco Alvarado, Torres, Arbenz).

b) Na América Latina, principalmente a partir da Revolução Cubana, a obsessão com a subversão e os "inimigos internos" impediu amplos sectores das forças armadas de compreenderem as raízes profundamente nacionais e populares que têm os pedidos de alteração das estruturas. Interpreta-se tudo através do prisma mundial dos interesses imperiais na zona e tende-se a olhar o próprio país com olhos estrangeiros.

c) Para além das origens reais da doutrina da "segurança nacional" e dos estragos políticos e sociais que tal doutrina produziu em tantos países da zona, há uma pergunta fundamental que todos terão de enfrentar no decurso da década, especialmente os países do Cone Sul e da América Central: continuarão as forças armadas com a sua actual função institucional de protectores de interesses minoritários nacionais e transnacionais ou são concebíveis alterações tão importantes, na sua orientação e perspectivas, que isso lhes permita renovar-se até ao ponto de se associarem às forças democráticas que reflectem uma alternativa nacional e popular em proveito das maiorias?

Evidentemente, não haverá uma reacção uniforme em todos os países da zona e, em cada circunstância

particular, hão-de surgir alternativas, produto da articulação dos poderes em luta, da experiência concreta e das tradições de cada sociedade.

d) Se a resposta for positiva, esta mudança de orientação provirá de modificações internas no seio das instituições militares ou de pressões sociais externas que as induzem a caminharem juntas com o povo ou haverá ainda combinações dos dois elementos?

e) Se a resposta for negativa, estarão todos os elementos dos diversos ramos das forças armadas dispostos a aceitar as consequências dessa decisão? Sobretudo a darem aso a que o fracasso das aspirações à justiça, igualdade e participação

não tenha outra solução senão a insurreição em todas as suas formas? O fundamental na década será saber se e em cada situação nacional, os integrantes das forças armadas já atravessaram para sempre o Rubicão e se encontram definitivamente no ponto de não retornos, situação a partir da qual a confrontação se torna historicamente inevitável.

f) Tudo o que atrás fica dito leva à conclusão que o apelo a uma nova criatividade passa também pelos homens de uniforme. Também o seu papel tem de estar definido pelas realidades e necessidades concretas dos povos de cada país, por um verdadeiro nacionalismo que reforce a autonomia pátria e não pela im-

portação de ideologias alheias ao ser nacional. Também eles e cada sociedade têm que repensar o seu verdadeiro papel para o futuro. Nesse quadro, a legitimidade da sua função social só pode resultar do consenso e não da autodesignação autoritária.

COMENTÁRIO FINAL

Um apenas: nunca se pode esquecer que, por detrás de todos estes temas, há seres humanos de carne e osso; pessoas que vivem e sofrerem; homens, mulheres e crianças para os quais o conceito de libertação e a sua autonomia não são meras palavras mas sim a essência de uma nova vida pessoal, familiar e social que querem construir para eles e para a sua pátria.



CULTURA

Dependência e individualidade nas literaturas africanas de língua portuguesa

Manuel Ferreira



O comentário que se segue cinge-se às literaturas africanas de língua portuguesa e nada terá a ver com a *literatura colonial*, durante muito tempo confundida, intencionalmente por muitos, com aquela, de tal modo que ainda hoje alguns sentem dificuldade em operar a completa distinção.

Discursos mais do que diferentes, são opostos. A literatura colonial evidencia o ponto de vista do autor que aceita o estatuto colonialista ou quando o não aceita ainda não conseguiu libertar-se inteiramente dele. Assim a raiz do seu discurso literário, na essência, privilegia o branco, o colono que é entendido como o portador de valores culturais e civilizacionais superiores e se torna o herói mítico num espaço em que o negro é reprimido, coisificado; ou quando se pretende imprimir uma perspectiva humanizada, pouco mais se lhe concede do que um estatuto paternalista. Os textos colonialistas revelam-se inteiramente inaptos para a apreensão da complexa realidade social e psicológica do universo africano. E não a compreendendo invertem-lhe o sentido. Na literatura africana de língua portuguesa, ao contrário, tudo se passa, tudo se elabora de modo inteiramente diferente. A raiz do discurso desta literatura é na verdade o homem africano que não funciona já nos textos como por mero acidente mas sim como entidade soberana, que de facto é, no seu mundo específico. O centro do universo narrativo ou poético é assim o homem africano, enquanto ao branco, como elemento

real de presença e actuação, se lhe confere o tratamento adequado.

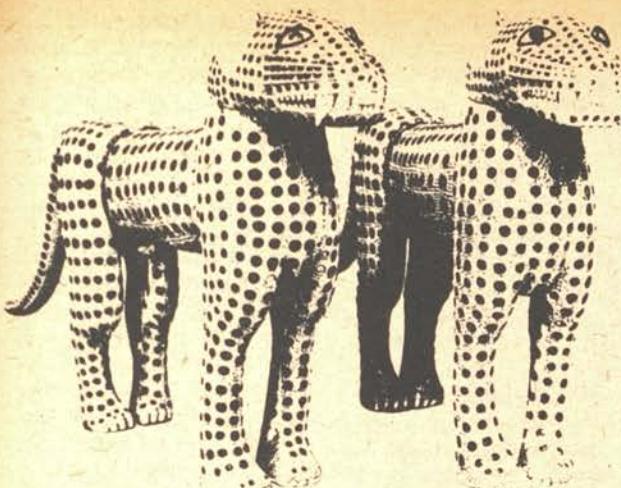
Deixemos de lado a literatura colonial versus literatura africana de língua portuguesa, destinada a ficar arrumada no discurso da humilhação ou do imperial colonialismo, salvo raras exceções, para considerarmos apenas as *literaturas africanas de língua portuguesa*, ao cabo as reais literaturas da África onde se fala o português.

Os primeiros indícios das literaturas africanas de língua portuguesa vêm dos meados do século XIX. Pelo menos no que respeita às literaturas angolana e cabo-verdiana. Dizemos pelo menos porque em relação às literaturas das outras ex-colónias portuguesas há que adiantar o seguinte: de Moçambique não possuímos elementos concretos para fazermos uma afirmação tão precisa, dado que a investigação histórico-literária ainda não é suficiente para nos permitir uma conclusão definitiva, embora os dados que temos ao nosso alcance nos conduzam à convicção da ausência de fortes indícios de características retintamente moçambicanas no século XIX. Em relação a São Tomé e Príncipe há que considerar a existência de dispersos do poeta de expressão dialectal (*forro*), Francisco Stocler. E no que concerne à Guiné-Bissau, de facto as primeiras manifestações do discurso literário escrito são recentes: aparecem com a própria luta de libertação nacional, embora possamos eventualmente considerar a existência de inéditos, ainda que não anteriormente à década de 50. O caso de Vasco Ca-

bral, recentemente revelado no n.º 5 da revista *Africa*, é um exemplo, uma vez que ali foram publicados poemas seus datados a partir de 1955, um facto novo e relevante, quanto a nós.

De qualquer modo pode afirmar-se, isso sim, que as cinco literaturas surgem, com expressão verdadeiramente autónoma, no século XX. Mas ainda aqui haveria que definir etapas cronológicas diferenciadas para cada uma delas. Só para dar um exemplo diríamos que o discurso literário cabo-verdiano como representação ou expressão da verdadeira realidade cabo-verdiana se afirma a partir de 1936 com a revista *Claridade* enquanto a angolana se demarca, em 1951, com a revista *Mensagem*.

Mas serão importantes estes factos para um artigo, não necessariamente longo, que há-de subordinar-se ao tema da dependência e da individualidade? Talvez não, talvez sim. Mais importante, todavia, será retermos que estas literaturas nascem e desenvolvem-se numa situação do discurso (Todorov) ou num contexto denominado colonialismo. O colonialismo, todos sabemos, é a negação da personalidade do outro. Em todos os aspectos. Para além da repressão individual, da exploração económica, da negação do sentimento e da consciência nacionais, injecta a ideia de uma pátria outra. Ele, o colonialismo, nega ou reprime a cultura autóctone e obriga à cultura metropolitana. Altera os hábitos sociais, intervém na culinária, no vestuário, no sistema agrícola, no regime de propriedade, na habitação, no sistema jurídico, na or-



dem social milenariamente estabelecida, impõe novos padrões de cultura e substitui a língua. O colonialismo, de caso pensado ou por força do seu sistema interno, despersonaliza o colonizado, deprime-o, destrói-lhe a imagem que ele forma do seu universo singular, coisifica-o e não lhe permite que ele se torne sujeito de história. Cria-lhe o complexo de inferioridade em relação à sua cultura, deforma-o, aniquila-o como cidadão africano. Por outro lado, já em período avançado, vai permitindo que alguns aprendam a ler em português e dá azo a que uma minoria ascenda ao ensino secundário e desça uma pequena parte ao ensino universitário.

Mas este é um percurso lento de séculos. Na história do colonialismo português os efeitos de uma aprendizagem são visíveis nos meados do século XIX. Cria-se, inclusive, uma burguesia mestiça e negra. Isto vem coincidir com a instalação do prelo que abre as portas à imprensa oficial, ao jornalismo, à possibilidade até do aparecimento de valores literários. Valo-

res literários que de algum modo se tornam nos produtores dos primeiros sinalis destas literaturas.

Quando, porém, isto acontece, quando se propicia materialmente o aparecimento de valores literários, já essa camada da burguesia mestiça ou negra se encontra, na generalidade, degradada do ponto de vista cultural. Mercê da assimilação ou da aculturação, que consideramos uma fase posterior da assimilação, essas camadas da burguesia criaram, em muitos aspectos e em alguns casos, e numa espécie de corte vertical, complexos em relação à sua cultura o que significa em relação a todos os valores reais e profundos inerentes ao homem africano. O aparelho político, robô do aparelho ideológico ou o aparelho ideológico controlador do aparelho político, constroem um universo prático e mítico diferente do originário.

Vamos a dizer, os valores de força e prestígio circulantes no sistema social são agora europeus. Os modelos deixaram de ser africanos em substituição dos modelos europeus. Seja cla-

ramente dito: a harmonia fora quebrada e instalado o caos na sociedade africana, agora sociedade colonial-africana.

Então os produtores de textos, de uma forma generalizada, até porque adquiriram complexos de inferioridade em relação ao seu sistema cultural: língua, relações de comportamento, mitos, crenças, hábitos, jurisdição, etc., actuam como assimilados ou como aculturados e movimentam-se espalhados pelo sistema cultural europeu. Em tudo vão seguir, par e passo, os modelos do colonizador. Nesta fase de total dependência, a sua individualidade é extremamente problemática para não dizermos deformada.

Sendo o colonialismo um sistema carregado de contradições, os germens da sua própria destruição emergem em diversas circunstâncias e a vários níveis. Essa burguesia intelectual, negra ou mestiça, com o rodar dos anos vai adquirindo consciência da sua própria dependência e da sua apagada individualidade e actuando intelectual e culturalmente de harmonia com tal mudança. Mudança lenta, demorada porque as tenazes do sistema colonial são muito fortes e determinadas. Mas há um momento em que essa consciência começa por ser nítida, pelo menos em alguns poetas, depois nos prosadores e vai entretanto influenciar outros e em determinado momento estão criadas as condições precisas para uma deliberada mudança no acto da escrita. Essa influência exercida entre os intelectuais tende à organização de grupos, por vezes relativamente pequenos, que

terminam por se associar em volta de revistas ou suplementos literários. Então outros grupos ou estratos sociais vão ser sensibilizados para o facto. Neste caso, a tendência é para a inserção da literatura na prática política, exercendo-se mútua influência.

Começam assim a estar construídas as condições necessárias para se transitar de um sentimento regional ou nacional para uma consciência nacional. Mas chegados a esta fase do processo evolutivo, a reacção das forças colonialistas é imediata e profundamente se-

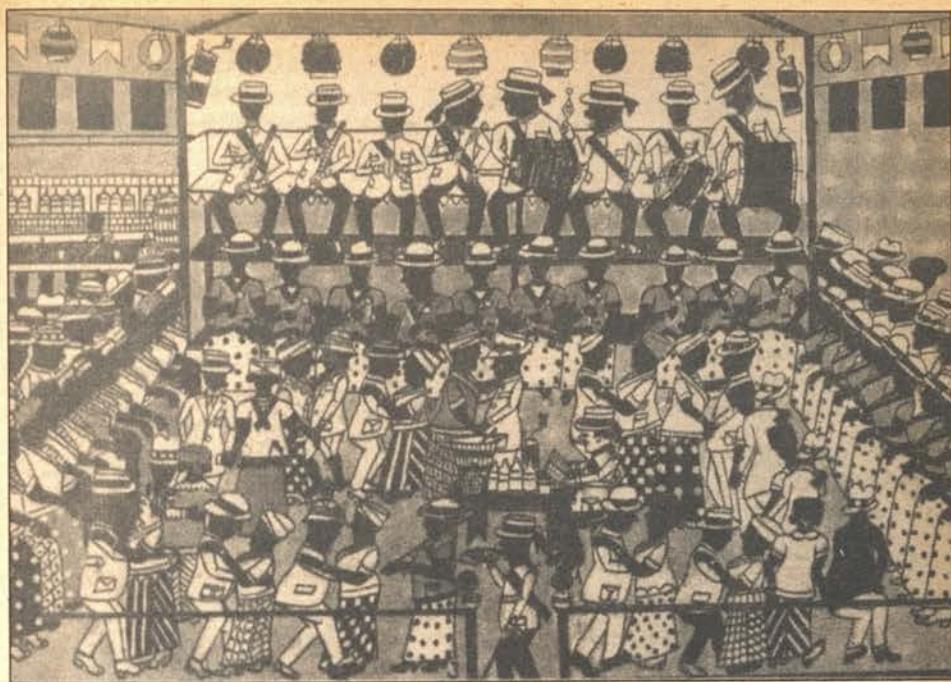
vera. O aparelho de estado colonialista procura travar o passo a esta evolução e a sua prática é a de destruição imediata, e sem apelo, das actividades culturais e literárias, provocando a dispersão dos grupos responsáveis. Realiza-o através de todos os meios de repressão ao seu alcance, nomeadamente da Censura e da PIDE. O recuo dos intelectuais e dos produtores de textos é apenas aparente. Faz-se por receio, por defesa, por tática mas jamais é suprimido o movimento de consciencialização, antes pelo contrário: lançadas as primeiras sementes, jamais os factores da mudança deixaram de actuar permanentemente, ainda que na aparência possam dar a impressão do contrário. Inclusive a repressão violenta das forças coloniais vai esquivar as consciências, criar a animosidade e, a pouco a pouco, vai-se instaurando a ideia da necessidade de uma forte actividade literária paralelamente à organização política já em marcha. E quanto mais avançada é a organização política mais decididamente os escritores superam a sua condição de colonizados e se impõem através da produção de textos de raiz nacional e empenhamento numa luta comum. Ao de cima vêm então as características de uma literatura de resistência e de combate. Deste modo se vai diluindo a dependência e se vai desenvolvendo a individualidade do escritor africano. Quando surge o desencadeamento da luta armada, o que acontece aos escritores? Grande parte deles, que estiveram na base da fundação dos movimentos de libertação, estão

agora no seio da luta armada, outros abandonaram o seu país escapando à perseguição e à prisão, outros ficaram enganosamente silenciosos, na verdade remoendo a ingrata situação de uma espécie de semi-clandestinidade.

Nesta fase o escritor pensa a sua terra em termos de pátria, nação, rejeita o outro, o colonizador, e está determinado a uma prática literária integrada na nova situação, toda ela voltada, de vez, para a conquista da libertação nacional. Assume-se como homem inteiramente livre, repensa as suas raízes culturais, faz o reencontro consigo próprio e integra-se no destino colectivo da sua gente. Liverto interiormente, na sua qualidade de cidadão, como dissemos, mas enquanto escritor são ainda alguns e significativos os aspectos que impedem a destruição total da sua dependência e, consequentemente, não permitem a posse da sua inteira individualidade. Pelo menos em relação aos que ficaram na tal situação de semi-clandestinidade. A sua voz está condicionada por diversos liames, que lhe limitam o gesto e a expressão literária. É certo que ele, inclusive, busca nos valores populares e até nas próprias línguas maternas os elementos que há-de incorporar nos seus textos, o que contribui em grande parte para a sua libertação, mas ainda a não alcançou totalmente. Essa só virá a conseguir com a independência nacional e a destruição completa do sistema colonial.

Podíamos quiçá, e em resumo, e numa aplicação generalizada, apontar os momentos essenciais da evolu-





ção das literaturas africanas de língua portuguesa em relação ao fenómeno da dependência e individualidade.

momento primeiro: o escritor africano encontra-se em estado quase absoluto de alienação, incapaz de se libertar dos modelos europeus. É como se fora puro acidente os seus textos tivessem sido escritos em África, pois podê-lo-iam ter sido na Europa por qualquer escritor europeu ou não.

momento segundo: apesar de um determinado grau de alienação, os escritores ganham, porém, a percepção de um certo regionalismo e o discurso acusa já alguma influência do meio social, geográfico e cultural em que estão inseridos e a enunciação vive já dos primeiros sinais de sentimento nacional.

momento terceiro: o es-

critor, após ter adquirido a consciência da sua condição de colonizado, liberta-se completamente da alienação e a sua prática literária cria a sua razão de ser na expressão das raízes profundas da realidade social nacional entendida dialecticamente.

momento quarto: com a independência nacional é de todo eliminada a dependência dos escritores africanos e reconstituída a sua plena individualidade. Dir-se-á, no entanto, que os textos dos poetas integrados na guerrilha se confundem, por vezes, com os escritos após a independência nacional.

É evidente que este esquema, como qualquer outro esquema, pode padecer de alguma rigidez. E parece mesmo. Em cultura e sobremodo em criação literária, por complexa, as coi-

sas não são assim tão demais inflexíveis. Admite-se que, para certos casos, o mesmo autor possa — mercê do carácter fluídico da sua produção e por se encontrar na charneira de dois destes momentos consecutivos — ocupar dois espaços simultâneos. Mas o que nós pretendemos nestas breves páginas foi desfolhar algumas ideias gerais e não fornecer um compêndio completo.

Caberia agora, com o apoio dos textos, entrarmos na demonstração alargada das nossas próprias asserções. Mas isso levar-nos-ia demasiado longe.

Todavia, adiantamos um exemplo para cada um dos "momentos" de modo a que, no menos, forneçamos uma ideia, ainda que escassa, do que se pretende com este arrazoado.

Primeiro momento:

José Lopes,
poeta cabo-verdiano

A UM POETA

*Doces quimeras de outrora,
não apresseis vosso termo!
Pode raiar uma aurora
Nesta noite de meu ermo...*

*Dispensai-me um só carinho
De tantas mágoas em meio,
Brandas penugens de um ninho,
Vagas ternuras de um seio!...*

*Roubai-me aos olhos o pranto,
Se estão tão perto do riso...
É muito pedir-vos tanto,
Mas de mais nada preciso...*

(1893)



Segundo momento:

Joaquim Cordeiro da Matta,
poeta angolano

NEGRA!

*Só, negra, como te vejo,
eu sinto nos seios d'alma
arder-me forte desejo,
desejo que nada acalma.
Se te roubou este clima
do homem a cor primeva;
branca que ao mundo viesses,
seria das filhas d'Eva
em beleza, oh negra, a prima!...
gerou-te em agro torrão;
S'elevar-te ao sexo frágil
temeu o rei da criação;
é qu'és, oh negra criatura,
a deusa da formosura!...*

(1884)

Terceiro momento:

António Nunes,
poeta cabo-verdiano
da geração da *Certeza*.

TERRA

*Nha Ciha, conte-me
aquela história
de meus irmãos
hoje perdidos
no mundo grande ...*

*Nha Chica, eu sei:
anos de seca,
gentes morrendo,
casa sem telhas,
de porta em porta
olhos crescendo
barriga inchando,
um dia tombam
de olhos vidrados
por qualquer canto ...*

*Lisboa, América,
Dakar ou Rio:
— dentro de nós
surge esta ideia
partir!, partir!*

*Resignados,
os que ficaram
ficam esperando
que as nuvens toldem
que a chuva caia
que o chão fecunde
cobrindo os montes
cobrindo as várzeas ...*

*Ah! anos fartos!
Milho, feijão,
pilão cochindo,
fumo no ar,
riso nos lábios,
grog, cigarros,
batuques, bailes
e casamentos ...*

*Olho estes campos,
olho estes mares,
e sinto a Vida
prendida à terra,
feita de sonhos
que um dia esvaem-se
— mas surgem sempre ...*

Quarto momento: Sérgio Vieira, poeta moçambicano:

ALVORADA

(um canto de confiança)

*Sobre ti,
com o sangue
e a tristeza que nasceu em nós,
desce a luz do dia que se faz.
Como morre na terra a vida,
para que novas vidas germinem ao sol,
como se entrega crepitando ao fogo
o ramo forte da árvore,
assim,
vida e calor,
grito novo de esperança,
chegas tu, no mistério do luto.
E ainda doloridas
te oferecemos as nossas mãos trabalhadoras,
vermelhos e tristes
te entregamos os nossos olhos vigilantes,
e as nossas vidas de combatentes
mil vezes serão tuas,
no grito novo e enorme
como o flutuar da bandeira que içaste:
A luta continua*

*e sobre ti,
com a tristeza da manhã de Fevereiro,
com a esperança do Sol que nasce,
com a força imensa da vida
que cresce no ventre da mulher,
sobre ti,
desce a confiança do partido e do povo.
A ti,
reivindicamos a purificação e vingança
que o nosso sentido de justiça exige,
queremos um fogo ainda maior
que ao marilhar das ondas do índico
respondam os canhões da esperança,
que o limpopo transporte convulsivas
as carcaças de pontes,
que o zambeze se transforme em rovuma do maputo
e a tua mensagem
faça de nós ciclone devastando o inimigo.
E queremos
no amor que te damos,
na fé em que te envolvemos,
que nos transportes ao futuro
e faças da esperança realidade.
E preciso que o vermelho das buganvílias
grite alegria na pátria
e o sangue se torne apenas recordação.
À Pátria que ele nos deixou
deves acrescentar a revolução que a bomba
deixou incompleta
e do nosso grito
Independência ou morte
queremos construída
a realidade do
venceremos*



Lançamento do Guia 1980



Da esquerda para a direita: Alexandre Ribeiro, da CDL, Neiva Moreira, Pinto Santos e Beatriz Bissio

No dia 25 de Fevereiro, na Casa da Imprensa, em Lisboa, apresentámos ao público o *Guia do Terceiro Mundo de 1980*. vindos de um périplo pelo Médio Oriente, estiveram connosco os companheiros Neiva Moreira e Beatriz Bissio. Entre a centena de leitores e amigos da nossa revista encontravam-se presentes os embaixadores de Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Jugoslávia. Do Conselho da Revolução compareceram o brigadeiro Franco Charais, coronel Pezarat Correia, comandante Martins Guerreiro e o major Vasco Lourenço, além do antigo presidente da República general Costa Gomes, almirante Rosa Coutinho, tenente-coronel Fabião, major Corvacho, major Tomé, Manuel Lopes, do secretariado da CGTP-IN, vários camaradas da Imprensa e muitos outros.

Após uma curta explicação de Carlos Pinto Santos acerca da edição portuguesa do *Guia*,
pág. 124 n.º 22/Abril 80

Beatriz Bissio fez uma exposição sobre a origem e o porquê dos *Cuadernos del Tercer Mundo* e da edição em língua espanhola do *Guia* de 1979. A ideia dos *Cuadernos* surgiu na Argentina em 1974 como constatação por um grupo de jornalistas da imagem distorcida dada pela Imprensa ocidental da Cimeira dos Não Alinhados efectuada em Argel, em 1973. A necessidade de encontrar uma alternativa à Informação dominada pelos trusts transnacionais levou esse grupo de jornalistas, na sua maioria oriundos de países do Terceiro Mundo e sob a direcção de Neiva Moreira, a criarem os *Cuadernos*.

O projecto do *Guia*, como também explicou Beatriz Bissio, nasceu em Lima, em 1975, quando a mesma equipa de jornalistas iniciou a elaboração de uma série de monografias sobre países do Terceiro Mundo nas vésperas da Cimeira dos Não Alinhados de Sri Lanka, em 1976. A aceitação desses textos, quando publicados no jornal peruano "Expresso", levou a



O representante da embaixada jugoslava e os embaixadores de Cuba, da Guiné-Bissau e de Cabo Verde (na segunda fila)

que uma equipa coordenada por Pablo Piacentini e Roberto Remo, decidisse reuni-los e completá-los. O resultado foi o *Guia del Tercer Mundo 1979*.

Depois da exposição de Beatriz, Neiva respondeu a questões postas pelos jornalistas presentes na sala sobre a viagem que os nossos companheiros acabavam de efectuar ao Médio Oriente e de que publicamos neste número a primeira parte do trabalho ali realizado. Aliás a situação no Médio Oriente e também em El

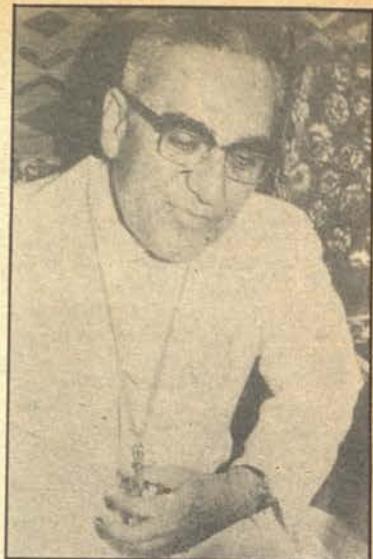
Salvador, Nicarágua e Brasil foram temas largamente desenvolvidos nas entrevistas que o nosso editor internacional deu à rádio e televisão portuguesas.

No termo desta jornada de convívio aceitamos um desafio: as edições do *Guia 81*, em espanhol, português e provavelmente também em francês, serão mais cuidadas, tratarão de novos aspectos e desaparecerão algumas lacunas existentes na edição deste ano.



Da esquerda para a direita: general Costa Gomes, coronel Pezarat Correia e major Vasco Lourenço

El Salvador Extrema-direita assassina Monsenhor Romero



Argentina: ataque à Universidade

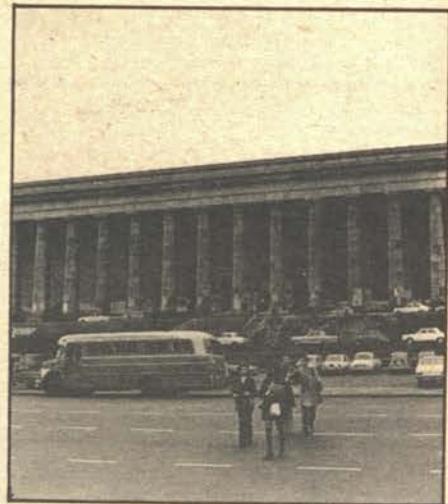
O Governo argentino anunciou que a entrada de alunos para as universidades será limitada no ano de 1980. O número de estudantes que vai poder ingressar nos cursos superiores é quatro vezes e meio menor que em 1974. As críticas levantadas a esta medida fizeram surgir outras em relação ao que se passa actualmente com o ensino superior no país.

No ano de 1980 só poderão ingressar nas universidades 33 860 alunos, ou seja, menos de um quarto dos 146 265 alunos que entraram nas universidades argentinas em 1974.

As dificuldades que estão a ser levantadas ao acesso aos cursos-superiores e que englobam uma redução no orçamento e a elaboração de novas leis a aplicar nas universidades, levou estudantes, docentes, políticos e outras destacadas individualidades a contestarem tais medidas, sendo unâmines na afirmação de que elas são um atentado contra a própria existência da Universidade.

À diminuição da entrada de alunos para a universidade há a acrescentar uma elevada deserção: 100 por cada 39 graduados. Estes números são citados num estudo feito sobre a Universidade de Buenos Aires, a maior do país, mas a situação repete-se ou agrava-se nos restantes estabelecimentos de ensino superior.

Assim, dos 33 860 jovens que se matricularem nas universidades no próximo ano lectivo, só 9500 concluirão os estudos.



Segundo dados da Liga Argentina da Cultura, 170 mil profissionais com cursos superiores — que custaram ao país 40 milhões de dólares — trabalham actualmente no estrangeiro por falta de oportunidade no seu país. Esta organização afirmou há alguns meses que o actual Governo, a pretexto da reordenação do ensino «tem vindo a destruir todas as leis e obras que tinham imposto a Argentina à consideração de todo o mundo civilizado.»

As novas leis a aplicar na Universidade são, nos seus traços gerais, semelhantes às promulgadas pelos Governos militares do Chile, Uruguai e do Brasil.

(*Prensa Latina*)

Monsenhor Óscar Arnulfo Romero, arcebispo de São Salvador, pagou com a morte as denúncias sobre a repressão, a arbitrariedade e os atentados contra a pessoa humana por parte das forças de segurança ao serviço dos interesses da oligarquia salvadorenha.

Na noite de 24 de Março, quando se preparava para celebrar missa na pequena capela do Hospital da Divina Providência, nos subúrbios da capital, Monsenhor Romero foi assassinado pelas rajadas de metralhadora ligeira empunhadas por quatro atiradores que de imediato se puseram em fuga.

Após várias ameaças de morte, a extrema-direita salvadorenha fazia calar a voz de quem sempre defendera o direito e a justiça dos oprimidos, das massas camponesas. Ainda no domingo anterior, do púlpito da Catedral de S. Salvador, Monsenhor Romero se insurgira contra a oligarquia que domina o país, exortando os militares a não obedecerem a nenhuma ordem para matar, condenando veementemente a morte de 25 camponeses durante uma incursão

do Exército em San Pablo Tacachico, a 60 quilómetros a norte da capital. A homilia fora transmitida pela primeira vez em mais de um mês, pela emissora católica "Yasax", cujas instalações tinham sido dinamitadas por um grupo clandestino de extrema-direita. Nela o prelado havia afirmado "de nada servirem as reformas se acompanhadas de tanto sangue", numa crítica directa à ambígua política da Junta Militar-Civil que governa o país.

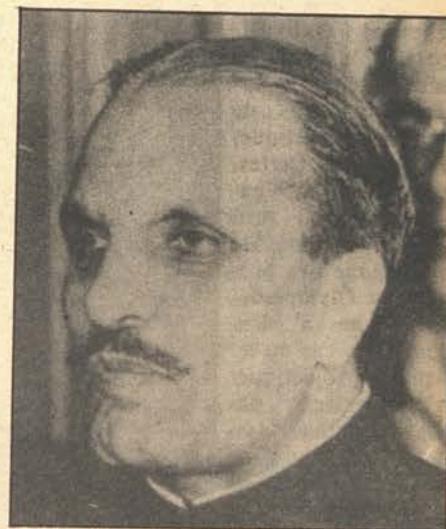
Dado o prestígio que Monsenhor Romero gozava no país, não só nos meios católicos como em todos os sectores democráticos e entre os camponeses, tudo leva a crer que a sua morte agudizará ainda mais os conflitos sociais naquele conturbado país centro-americano, mostrando que os interesses dos trabalhadores, das massas populares não se poderão defender no país de forma pacífica e dialogando, como ele sempre defendeu, face a uma oligarquia apostada em defender pela violência os seus privilégios.

Zia Ul Haq em desacordo com Washington

Numa entrevista dada nos primeiros dias de Março, a um jornal libanês, o presidente paquistanês, general Zia Ul Haq, declarou-se disposto a colaborar com Cabul e Moscovo na solução da crise da região. Essas propostas, repetidas dias mais tarde num discurso pronunciado em Islamabad, vão ao encontro das ofertas de desnúviamento do presidente afgão Barbak Karim e referem-se ao envio de uma força internacional para a zona fronteiriça dos dois países. A missão deste destacamento que Zia Ul Haq deseja ser constituído por soldados de países islâmicos ou não alinhados, será a de não permitir infiltrações e fiscalizar as entradas e saídas respectivas.

O presidente paquistanês propôs ainda a constituição de uma equipa internacional para inspecionar os campos de refugiados afgãos no seu país. "Estou a fazer sugestões com toda a sinceridade, no interesse mais vasto da paz mundial e da segurança regional. O Paquistão não deseja envolver-se na rivalidade entre as superpotências", afirmou.

Estas declarações precedem de alguns dias a rejeição oficial pelo Governo de Islamabad da oferta de auxílio norte-americano de 400 milhões de dólares para o reforço da segurança do Paquistão. "Um punhado de amendoins", como o classificou Zia Ul Haq que mais não servi-



ria do que "provocar a animosidade da URSS, que é agora mais influente nesta região do que os Estados Unidos".

Posteriormente a Imprensa de Islamabad noticiou que tinha sido dominada uma tentativa de golpe de Estado já muito referida pelas agências internacionais. E enquanto o *The Pakistan Times* e *The Muslim* citavam Zia Ul Haq denunciando o golpe abortado "perpetrado por estrangeiros" fontes diplomáticas na capital indicavam que dois funcionários do consulado em Lahore, A. Fuller e S. Senbrown, deixaram precipitadamente o Paquistão.

Notícias do petróleo

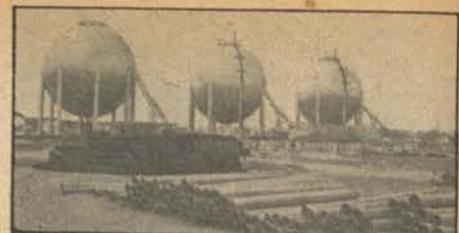
I – Dólares da OPEP nos Bancos ocidentais

185 mil milhões de dólares foram depositados, nos últimos seis anos, pelos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo nos Bancos capitalistas. No final de 1979 essa soma deve ter atingido os 230 mil milhões.

O capital activo no estrangeiro dos seis maiores produtores do Médio Oriente é de 150 mil milhões de dólares.

II – Novas ameaças de Carter contra a OPEP

James Carter, no seu relatório anual ao Congresso norte-americano propôs de novo aos países ocidentais industrializados uma tática comum com vista a estabelecer "ordem nos mercados mundiais de petróleo". Depois dos apelos dos EUA para a utilização dos fornecimentos de cereais como meio de pressão sobre os países da OPEP e das ameaças directas de recurso à força, esta proposta faz parte inte-



grante da campanha imperialista de culpar a OPEP de todos os males de que padece a economia ocidental.

III – A exploração do petróleo indonésio

A "Pertamina" empresa estatal da Indonésia explora apenas seis por cento do petróleo extraído no país. Todo o resto está nas mãos dos monopólios ocidentais e japoneses que assim dominam o sector fundamental da economia da Indonésia, um dos maiores exploradores de petróleo do Mundo.

A América Latina perde 4 mil milhões de dólares



Conferência sobre a Civilização Árabe-Islâmica

الندوة العالمية للحضارة العربية الإسلامية
ودورها في تقدم الإنسانية



شبلية ٢٠ - ٢٢ مارس ١٩٨٠

tadas comunicações sobre a Liberdade de Pensamento e os Direitos Humanos na Civilização Árabe-Islâmica, aspectos da produção científica, literária e artística na Civilização Árabe-Islâmica, a sociedade na Civilização Árabe-Islâmica e suas relações com outras civilizações, a Civilização Árabe na Andaluzia.

Na delegação portuguesa à Conferência participou a nossa colaboradora Elsa Rodrigues dos Santos em representação da Associação dos Amigos dos Países Árabes que apresentou uma comunicação sobre os estudos e actividades culturais relacionados com a cultura árabe em Portugal.

Realizou-se em Sevilha, nos dias 20 a 23 de Março uma Conferência Internacional sobre a Civilização Árabe-Islâmica e o seu papel no Progresso Humano, presidida por Omar Al Hamidi, Secretário-Geral do Congresso Africano e pelo Alcaide de Sevilha. Participaram na organização a Liga dos Estados Árabes em Madrid, o Instituto Hispano-Árabe de Cultura em Madrid, a Universidade Autónoma de Madrid e a Universidade de Al Fateh em Tripoli. Tomaram parte cerca de 170 congressistas de todo o mundo e foram apresen-

As vozes da imprensa alternativa

PRISMA La Habana 2/80

latinoamericano **ESPECIAL**

Infación: Un mal insoluble

UN VISTAZO AL MUNDO

Rio de Janeiro

CHILE

Sin las botas puestas

CUBA

La luz verde al ejercito

En la isla de la juventud

ESTUDIANTES AFRICANOS

Prepararse para el futuro

COLOMBIA Col. 9-20 PERU Salas 120
COSTA RICA Cárdenas & R. 100-1000 REP. DOM. 9.270
ECUADOR 100-1000 VENEZUELA 4.270
CUBA Col. 9-30 AMÉRICA 25
MÉXICO Mex. 5-15 ESPAÑA 75
PANAMÁ Balboa 10-60 PORTUGAL Estados 20

A revista mensal de informação latino americana e mundial
editada por Prensa Latina sob um prisma diferente, que
completará extraordinariamente as suas fontes de informação



EXPORTA:
CHÁ
AÇÚCAR
COPRA
CAJU
SISAL

Enacomo

Empresa Nacional de Comercialização

C. P. 698
MAPUTO
TELEX: 6-35

DUAS EMPRESAS QUE ASSEGURAM O DESENVOLVIMENTO DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

COMETAL MOMETAL S.A.R.L.

EXPORTA:

VAGÕES CISTERNAS
VAGÕES DE CARGA GERAL
PLATAFORMAS PARA CONTENTORES



C. P. 1401
MAPUTO. MACHAVA
TELEX:
6535 DNIME-MO

